

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, EDUCAÇÃO BÁSICA E
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

LORRANE VIMERCATI RODRIGUES

**ASSIMETRIA DE GÊNERO NA DOCÊNCIA:
TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS DE CENTROS DE ENSINO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO EM ALEGRE**

ALEGRE

2026

LORRANE VIMERCATI RODRIGUES

**ASSIMETRIA DE GÊNERO NA DOCÊNCIA:
TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS DE CENTROS DE ENSINO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO EM ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, na área de Ensino de Ciências Naturais e Matemática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Carvalho

ALEGRE

2026

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R696a Rodrigues, Lorrane Vimercati, 1996-
Assimetria de gênero na docência : trajetórias de professoras de Centros de Ensino da Universidade Federal do Espírito Santo em Alegre / Lorrane Vimercati Rodrigues. - 2026.
149 p. : il.

Orientadora: Maria Aparecida de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde.

1. Ciência. 2. Docência. 3. Feminismo. 4. Gênero. 5. Mulheres na educação. I. Carvalho, Maria Aparecida de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde. III. Título.

CDU: 37


LORRANE VIMERCATI RODRIGUES

**ASSIMETRIA DE GÊNERO NA DOCÊNCIA:
TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS DE CENTROS DE ENSINO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO EM ALEGRE**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, na área de Ensino de Ciências Naturais e Matemática.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2026.


COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA APARECIDA DE CARVALHO**
Data: 12/03/2026 19:40:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **ALANA NUNES PEREIRA DE OLIVEIRA**
Data: 16/03/2026 09:25:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dr.^a Alana Nunes Pereira de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente
 **ALINE DE MENEZES BREGONCI**
Data: 13/03/2026 12:35:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Aline de Menezes Bregonci
Universidade Federal do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS VOGEL**
Data: 13/03/2026 12:27:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Vogel
Universidade Federal do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA LIMA MIRANDA**
Data: 13/03/2026 12:18:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Camila Lima Miranda
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

AGRADECIMENTOS

Este espaço sempre me parece pequeno diante da imensidão de pessoas, afetos e histórias que atravessaram minha caminhada até aqui.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Maria José e Paulo César, que sempre acreditaram no poder transformador do estudo, não importasse a escolha que eu fizesse (foram muitas e diferentes). Foram eles que me ensinaram que o conhecimento é caminho de liberdade. Obrigada pelo amor incondicional, paciência e apoio inabalável. Sem a base que me deram, eu não seria quem sou.

Ao meu marido, Gustavo, meu companheiro de vida, obrigada por me apoiar, ouvir e compreender em todos os momentos desta caminhada. Por dividir comigo as dores de cada relato difícil e por vibrar nas alegrias de cada conquista que registrei. Obrigada por ouvir minhas inquietações e me ajudar a transformá-las em movimento e resistência. Sem você, talvez minhas angústias se perdessem no silêncio, mas, com você, elas se tornaram força, palavra e coragem.

À minha orientadora, Maria Aparecida, mulher fantástica que me acolheu com generosidade e guiou meus passos com firmeza e sensibilidade. Sua escuta, palavras de incentivo e cuidado em acalmar minhas ansiedades foram fundamentais para que esta dissertação se construísse. Obrigada por acreditar no meu trabalho, por confiar em mim e por estar presente em cada etapa desta jornada. Além de orientadora, você foi inspiração.

Às minhas queridas FIFIS, que fizeram do mestrado um espaço mais leve, divertido e humano. Entre conversas, risos, desabafos e cumplicidades, nossa amizade foi abrigo diante das pressões acadêmicas. Levarei cada uma de vocês comigo para além da universidade, pois tenho certeza de que juntas somos mais fortes.

Agradeço profundamente às mulheres que se dispuseram a compartilhar suas histórias e confiaram em mim para isso. Cada relato foi uma lição de vida, uma demonstração de coragem e uma prova da potência que existe em resistir.

Aprendi com vocês que a luta é diária, que as dores são coletivas e que as conquistas, por menores que pareçam, são vitórias para todas nós.

E, sobretudo, agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim, aquelas que ousaram sonhar e resistir quando sequer lhes era permitido falar. Graças à luta de cada uma, hoje posso escrever, pesquisar e ser ouvida. Minha voz carrega um

pouco da história de todas elas, e meu compromisso é seguir honrando esses legados, abrindo caminhos para que outras mulheres também possam escrever, ensinar, ocupar e transformar.

Por fim, a todas e todos que me acompanharam nesta trajetória, deixo registrado o meu mais sincero “obrigada”.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância”.

Simone de Beauvoir

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a trajetória pessoal e profissional das docentes que atuam no Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde e no Centro de Ciências Agrárias e Engenharias, da Universidade Federal do Espírito Santo, nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas. A pesquisa busca desvelar e problematizar práticas, discursos, valores e preconceitos vivenciados ao longo de suas trajetórias como cientistas. Como objetivos específicos, pretende-se analisar os fatores que influenciaram a escolha pela docência no ensino superior, identificar barreiras e facilitadores na carreira e compreender as estratégias desenvolvidas para inserção, permanência e desenvolvimento profissional. A relação das mulheres com a Ciência é historicamente marcada por exclusões, da negação de acesso às universidades e invisibilização de suas contribuições. Embora a participação feminina tenha crescido, persistem assimetrias de gênero, especialmente nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, áreas ainda atravessadas por concepções que associam a produção científica ao masculino. Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas narrativas com docentes vinculadas a departamentos majoritariamente masculinos. As entrevistas foram analisadas por meio da articulação entre análise narrativa e análise de conteúdo, e dessa articulação emergiram categorias interpretativas. Os resultados indicam que, apesar do descrédito, da solidão em ambientes predominantemente masculinos, dos impactos da maternidade e de práticas de machismo velado, essas docentes constroem estratégias de resistência, apoio mútuo e reinvenção profissional. As narrativas evidenciam que desigualdades de gênero, classe e raça ainda estruturam o espaço universitário, ao mesmo tempo que a presença feminina produz redes de solidariedade e inspira novas gerações. O estudo reforça a necessidade de tensionar e transformar a universidade, ainda marcada por pilares androcêntricos, contribuindo para o debate sobre igualdade de gênero na Ciência e para a valorização das trajetórias docentes femininas.

Palavras-chave: Ciência; gênero; mulheres; segregação.

ABSTRACT

This research aims, as its general objective, to investigate the personal and professional trajectories of female professors who work at the Center for Exact, Natural, and Health Sciences and at the Center for Agricultural Sciences and Engineering of the Federal University of Espírito Santo, in the fields of Natural Sciences, Agricultural Sciences, and Exact Sciences. The study seeks to unveil and problematize the practices, discourses, values, and prejudices experienced by these women throughout their careers as scientists. As specific objectives, the study intends to analyze the factors that influence their choice of teaching in higher education, identify the barriers and facilitating factors in their careers, and understand the strategies developed for professional entry, permanence, and development. The relationship between women and science has historically been characterized by exclusion, denial of access to universities, and the invisibility of their contributions. Although women's participation has increased, gender asymmetries persist, especially in the fields of Natural Sciences, Agricultural Sciences, and Exact Sciences, which are still permeated by conceptions that associate scientific production to men. In order to achieve the proposed objectives, narrative interviews were conducted with female professors affiliated with predominantly male departments. The interviews were analyzed through the articulation between narrative analysis and content analysis, from which interpretative categories emerged. The results indicate that, despite experiences of discredit, isolation in predominantly male environments, impacts of maternity, and practices of subtle sexism, these women develop strategies of resistance, mutual support, and professional reinvention. The narratives reveal that inequalities of gender, class, and race still structure the university space, while the presence of women fosters networks of solidarity and inspires new generations. This study reinforces the need to challenge and transform the university, which is still marked by androcentric foundations, contributing to the debate on gender equality in science and to the valorization of women's academic careers.

Keywords: Science; gender; women; segregation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estágios e fases da revisão de literatura.....	26
Quadro 2 - Descrição dos critérios da pesquisa.....	28
Quadro 3 - Resultados iniciais por bases de dados	29
Quadro 4 - Total de resultados a partir dos critérios de inclusão e exclusão.....	29
Quadro 5 - Total de trabalhos a partir dos critérios.....	30
Quadro 6 - Lista com os trabalhos encontrados a partir da observação dos critérios	31
Quadro 7 - Categorização das palavras-chave	32
Quadro 8 - Aspectos metodológicos analisados nos trabalhos selecionados	34
Quadro 9 - Fases principais da entrevista narrativa	75

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - percentual do número total de bolsas-ano concedidas no país e no exterior, por grande área segundo o sexo do bolsista, 2001-2023 do CNPq	65
Tabela 1 - Distribuição percentual de gênero entre os docentes da UFES nos Centros de Ensino	71
Tabela 2 - Distribuição dos docentes por departamentos em que a diferença de gênero seja superior a 19% a favor dos homens	73
Tabela 3 - Distribuição de gênero entre os docentes do CCAE nos departamentos	86
Tabela 4 - Distribuição de gênero entre os docentes do CCENS nos departamentos	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AC	Análise de Conteúdo
ALCESTE	Analyse des Lexèmes dans des Contextes Élémentaires d'un Segment de Texte (Análise dos Lexemas nos Contextos Elementares de um Segmento de Texto)
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAMTUC	Campus Universitário de Tucuruí
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Centro de Artes
CAUFES	Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo
CCAE	Centro de Ciências Agrárias e Engenharias
CCA-UFES	Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo
CCE	Centro de Ciências Exatas
CCENS	Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde
CCHN	Centro de Ciências Humanas e Naturais
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CE	Centro de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CEFD	Centro de Educação Física e Desportos
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CEUNES	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT	Centro Tecnológico
EM	Entrevista Narrativa
ESAES	Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo
FAFIA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IRAMUTEQ Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Interface de R para Análises Multidimensionais de Textos e de Questionários)

PPGEEDUC Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores

PROGEP Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

SciELO Scientific Electronic Library On-line

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES Universidade Federal do Espírito Santo

UFPA Universidade Federal do Pará

UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO	41
3.1 O LEGADO DE SIMONE DE BEAUVOIR	41
3.1.1 A mulher como o “Outro”	42
3.1.2 Objetificação, controle e patriarcado	45
3.1.3 Casamento e maternidade	47
3.1.4 A mulher e o mercado de trabalho	51
3.2 O FEMINISMO DE BELL HOOKS	56
3.3 O SEXISMO CIENTÍFICO	61
4 PERCURSO METODOLÓGICO	67
4.1 A PESQUISA	67
4.2 LOCAL	68
4.3 ETAPAS DA PESQUISA	70
4.3.1 Primeira etapa – Panorama das assimetrias de gênero na UFES .	70
4.3.1.1 As narradoras	71
4.3.2 Segunda etapa – Processo de estruturação da coleta de informações	74
4.3.2.1 Procedimento de entrevista narrativa	74
4.3.3 Terceira etapa – Contato inicial com as “narradoras” da pesquisa e realização das entrevistas	78
4.3.4 Quarta etapa – Transcrição das entrevistas e validação	78
4.3.5 Quinta etapa – Análise dos dados	79
4.3.5.1 Análise das narrativas	79
4.3.5.2 Análise de conteúdo	80
5 RESULTADOS	83
5.1 PANORAMA DAS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NA DOCÊNCIA NA UFES 83	
5.1.1 Mulheres na docência nos Centros de Ensino de Alegre	85
5.1.1.1 Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAЕ)	85
5.1.1.2 Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)	87

5.2	ANÁLISE DAS NARRATIVAS	90
5.2.1	Ada	90
5.2.2	Alice	94
5.2.3	Djamila	98
5.2.4	Dorothy	102
5.2.5	Emmy	105
5.2.6	Grace.....	108
5.2.7	Hedy	111
5.2.8	Mary	114
5.2.9	Rita	116
5.3	DAS NARRATIVAS À ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	118
5.3.1	Exclusão simbólica.....	119
5.3.2	Maternidade e culpa	122
5.3.3	Espelhamento e resistência.....	125
6	“CONSIDERAÇÕES FINAIS”	130
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICE A – CIENTISTAS CITADAS NESTE TRABALHO	140
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	142
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	145

APRESENTAÇÃO

Geralmente os temas das dissertações estão ligados às vivências das pesquisadoras, sua realidade, anseios, curiosidades e experiências. Com esta pesquisa não foi diferente, meu percurso para chegar até aqui se dividiu em diversas etapas que foram fundamentais para moldar o meu olhar sobre o tema. Assim, a construção desta pesquisa está totalmente relacionada comigo e com as minhas percepções ao longo da vida.

Desde muito pequena, sempre me interessei por Ciências Exatas e via que as minhas amigas da escola não tinham o mesmo interesse. No ensino médio, quando nos eram feitas as famosas perguntas: “Qual profissão você vai querer seguir?” ou “Que faculdade vai querer fazer?”, o que estava sempre na ponta da minha língua era “Engenharia Civil” ou “Engenharia de Petróleo e Gás” ou ainda “Geologia”, enquanto as outras meninas respondiam “Enfermagem”, “Pedagogia”, “Psicologia”, entre outras. Isso me gerava diversos questionamentos, mas, devido a minha falta de entendimento na época, eu não entendia o motivo, acreditava apenas que aquelas meninas não tinham aptidão para determinadas áreas. No entanto, a situação mostra que estávamos refletindo as imposições culturais e estereótipos sociais sem nem mesmo saber!

Uma experiência que me marcou profundamente na infância foi quando minha escola organizou uma Olimpíada de Matemática interna, semelhante à Olimpíada Brasileira de Matemática, com várias fases eliminatórias. Eu e meu melhor amigo nos destacamos e ficamos empatados em primeiro lugar na nossa categoria. Ficamos muito felizes com o resultado, mas, pouco depois, fomos chamados à secretaria da escola. Sem saber o motivo, recebi a notícia de que apenas um de nós poderia avançar para a segunda fase. Foi então que ouvi algo que nunca esqueci: “Lorrane, você precisa desistir. Decidimos levar ele para a segunda fase porque, por ser menino, será mais fácil para ele avançar nas próximas etapas”. Aquela justificativa me deixou profundamente triste e frustrada, mas não havia o que fazer. Na época pensei que era uma simples escolha da direção. A vida seguiu, os anos passaram, mas essa memória permaneceu comigo.

Muitos anos depois, me graduei em Geologia e em Licenciatura em Matemática. Na minha formação em Geologia, percebi que, nós mulheres, criamos diversos artifícios para superação de obstáculos gerados pela diferença de gênero,

como buscar grupos constituídos apenas por mulheres para essas atividades, principalmente nas aulas de campo, muito comuns durante o curso. Além disso, durante a graduação em Geologia, participei como bolsista de iniciação científica no Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) no núcleo de Cachoeiro de Itapemirim, onde percebi a quase ausência de mulheres na área de Ciências da Natureza e Exatas. Já na minha formação em Matemática, pude observar que o número de mulheres, discentes e docentes, era muito inferior ao de homens, e que geralmente as matérias ministradas pelas mulheres eram, em geral, básicas e iniciais, ficando a cargo dos homens as matérias mais complexas e de final do curso.

Foi a partir dessas percepções e vivências ao longo da minha vida e formação acadêmica que nasceram as inquietações que me conduziram a esta pesquisa. A oportunidade de transformá-las em objeto científico surgiu no processo seletivo do mestrado, quando vi a possibilidade de aprofundar o tema, buscar referências teóricas para fundamentar criticamente minhas próprias experiências.

Acredito que, quanto mais discutirmos e refletirmos sobre esse tema, e quanto mais conhecimento for produzido e compartilhado, maior será a conscientização sobre a importância da igualdade de oportunidades. Assim, menos meninas terão de enfrentar situações injustas ou ouvir frases como: “Decidimos levar ele para a segunda fase porque, por ser menino, será mais fácil para ele avançar nas próximas etapas”. Trabalhar para mudar essa mentalidade é essencial, pois ela não se restringe a episódios pontuais, mas reflete um sistema enraizado de valores patriarcais que atravessam instituições educacionais, profissionais e familiares.

Essa lógica naturaliza desigualdades desde a infância, produzindo efeitos que se estendem à vida adulta. Problematizar essa questão significa reconhecer que não se trata apenas de corrigir injustiças individuais, mas de enfrentar uma estrutura de poder que legitima privilégios masculinos e limita a autonomia feminina. Nesse sentido, o enfrentamento dessas desigualdades passa pela construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, através de políticas públicas, práticas pedagógicas e iniciativas institucionais que assegurem, de fato, que o gênero não determine as oportunidades nem o lugar de ninguém. É a partir desse compromisso que se organiza a presente dissertação, cuja estrutura foi dividida em seções.

Na Seção 1, “Introdução”, apresentamos a temática das mulheres nas ciências de maneira abrangente, destacando sua relevância e os desafios enfrentados por elas. Neste capítulo, são apresentados a problemática e os objetivos que orientam a

pesquisa, buscando contextualizar a discussão e estabelecer as bases para os outros capítulos.

Na Seção 2, “Revisão de literatura”, apresentamos uma análise de trabalhos que abordam temas relacionados a esta pesquisa, alinhados aos objetivos propostos na Introdução. Esse levantamento busca contextualizar o estudo dentro do panorama existente, destacando as contribuições das obras consultadas, fornecendo, assim, uma base para o desenvolvimento das seções seguintes.

Na Seção 3, “Referencial teórico”, apresentamos a literatura fundamental para contextualizar e sustentar os aspectos teóricos desta pesquisa. Nessa seção, exploramos temas centrais, como relações de gênero, feminismo, divisão sexual do trabalho e o sexismo nas ciências.

Na Seção 4, “Percurso metodológico”, detalhamos a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa, especificando sua natureza, o instrumento principal de coleta de informações (entrevista narrativa) e os procedimentos envolvidos. As etapas do estudo são apresentadas em cinco momentos: (i) panorama das assimetrias de gênero na docência da UFES; (ii) processo de estruturação da coleta inicial de informações; (iii) contato inicial com as narradoras da pesquisa e realização das entrevistas; (iv) transcrição e validação do conteúdo das entrevistas; e (v) análise dos dados, com destaque para a análise das narrativas e o uso da análise de conteúdo como técnica interpretativa.

Na Seção 5, “Resultado”, traçamos um panorama abrangente sobre a relação de gênero entre os docentes dos Centros de Ensino da UFES. Os focos principais são o Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) e o Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAEE), onde a pesquisa se desenvolveu. Nesta seção, discutimos as dinâmicas de gênero presentes nessas áreas, destacando as assimetrias, buscando entender o cenário da pesquisa, e apresentamos a análise das entrevistas com as docentes, bem como as categorias construídas a partir da análise de conteúdo. Os resultados evidenciam os principais desafios enfrentados pelas mulheres na docência universitária em áreas masculinizadas.

Por fim, na Seção 6, “Considerações finais”, retomamos os objetivos da pesquisa à luz dos resultados obtidos. Destacamos as contribuições do estudo para o debate sobre gênero na universidade. Enfatizamos a importância de dar visibilidade às experiências das mulheres na Ciência e no ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, a Ciência é compreendida não como um campo neutro, universal e descolado das dinâmicas sociais, mas como uma prática histórica e socialmente situada, atravessada por relações de poder, valores culturais e disputas simbólicas. Enquanto espaço institucionalizado de produção e validação de conhecimentos, seus critérios de legitimidade foram construídos ao longo do tempo sob forte influência de paradigmas eurocêntricos, androcêntricos e elitizados. Desse modo, a Ciência é entendida simultaneamente como produção de saber e como estrutura social, na qual se inscrevem hierarquias de gênero, raça e classe que condicionam acessos, reconhecimentos e permanências.

A Ciência está inserida na vida do público em geral e, ao caracterizá-la, não é preciso muito esforço para evidenciar o quanto é masculinizada. Chassot (2017) explica que a história das mulheres nas Ciências foi marcada por negações, seja em sua inserção na área, seja por oclusão de suas contribuições, e isso se refletiu duramente na trajetória feminina nas Ciências. O autor também ressalta a significativa ausência de mulheres na Ciência, em áreas tradicionalmente vistas como inadequadas para elas devido a normas culturais que limitavam seu acesso a essa profissão. Lerner (2019, p. 18) afirma que a “[...] História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações”.

De fato, a desigualdade de gênero é um fenômeno historicamente construído e sustentado por fatores culturais, sociais e políticos. Desde tempos remotos, diversas sociedades estabeleceram normas e valores que reforçam hierarquias entre homens e mulheres, perpetuando a discriminação e limitando o acesso a direitos e oportunidades. Saffioti (2015) destaca essa construção ao afirmar que a:

[...] desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (Saffioti, 2015, p. 75).

Essa reflexão evidencia que a desigualdade não é uma condição inata, mas um produto das dinâmicas sociais que a perpetuam. Reconhecer esse caráter construído da desigualdade é essencial para questionar e transformar as estruturas que a sustentam, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa. Sendo assim, Silva e

Ribeiro (2014) apontam que, apesar das transformações sociais que permitiram a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, ainda persistem heranças de conceitos e estruturas que condicionam suas atitudes e oportunidades. Essas influências históricas, disseminadas por meio das mídias e da comunicação social, contribuíram para a consolidação da dominação masculina em diversas áreas, incluindo as Ciências. Nesse sentido, mesmo quando conseguem ocupar espaços acadêmicos, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas para alcançar posições de poder e decisão. Nas universidades, por exemplo, a presença feminina em cargos de reitoria continua sendo exceção, o que revela que a estrutura patriarcal permanece estabelecendo limites nas trajetórias das mulheres no espaço institucional. No caso da UFES, nunca houve uma reitora empossada. Entretanto, vale destacar que a professora Ethel Leonor Noia Maciel foi eleita no pleito universitário de dezembro de 2019 para a reitoria, mas não teve sua nomeação confirmada pela Presidência da República. Mesmo no cargo de vice-reitoria, a UFES teve apenas três mulheres até o momento: a professora Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, que exerceu a vice-reitoria entre 2012-2013, e faleceu em 2013; a professora Ethel Leonor Noia Maciel (2013-2020); e a professora Sonia Lopes Victor, que começou sua gestão em 2024. Esse cenário mostra que a desigualdade de gênero não se restringe ao acesso, mas se manifesta também na distribuição de prestígio, autoridade e legitimidade, reforçando a necessidade de analisar de que forma essas dinâmicas repercutem nas carreiras das mulheres cientistas.

Nesse sentido, Saffioti (2015) reforça que, embora o patriarcado tenha passado por mudanças e perdido algumas de suas formas mais explícitas de controle, como o poder legal dos homens sobre a vida e a morte de suas esposas na Roma Antiga, a violência contra as mulheres e a deslegitimação de suas trajetórias profissionais e acadêmicas ainda são evidências de sua permanência. Além disso, os discursos sexistas que culpabilizam as vítimas e questionam suas capacidades seguem presentes, dificultando a ascensão feminina em espaços historicamente masculinos, como o campo científico. Portanto, a desigualdade de gênero não se limita a vestígios de um patriarcado extinto, mas se manifesta de novas formas para manter estruturas de poder desiguais.

hooks (2019) argumenta que a ordem patriarcal de gênero confere múltiplas camadas de privilégio, sendo o primeiro associado ao masculino. Além disso, o branco representa uma vantagem adicional dentro dessa estrutura de poder e, quando

combinada com a riqueza, fortalece ainda mais a posição dominante do indivíduo. Dessa forma, o poder hegemônico se estabelece como predominantemente masculino, branco e, idealmente, heterossexual, refletindo uma hierarquia social que perpetua desigualdades estruturais. Já Saffioti (2015) ainda analisa o caráter essencialmente masculino do que ela chama de “contrato original” (Saffioti, 2015, p. 57), destacando que ele foi historicamente estabelecido entre homens, tendo as mulheres como objeto desse acordo. Nessa lógica, a diferença sexual é transformada em diferença política, resultando na dicotomia entre liberdade e sujeição. Ou seja, enquanto os homens são posicionados como sujeitos livres e agentes do contrato social, as mulheres são colocadas em uma posição subalterna, privadas de autonomia. Isso implica, até hoje, em suas escolhas profissionais.

Dessa forma, Saffioti (2015) evidencia que o patriarcado se configura como uma expressão do poder político, estruturando relações de dominação que ultrapassam o âmbito privado e se manifestam em todas as esferas da sociedade. Essa dinâmica reflete um sistema que naturaliza a subordinação feminina e consolida a centralidade masculina nas instituições políticas, econômicas e sociais. Assim, o patriarcado além de ser um fenômeno cultural e simbólico, também é uma estrutura que fundamenta e perpetua a desigualdade de gênero ao longo da história.

Além disso, Saffioti (2015, p. 68) salienta que, embora as mulheres não sejam diretamente cúmplices do patriarcado, elas acabam, muitas vezes e até de maneira inconsciente, colaborando para a sua manutenção. Isso ocorre porque o sistema patriarcal está profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais, moldando valores, comportamentos e expectativas desde a infância. Dessa forma, muitas mulheres reproduzem padrões e normas que reforçam a desigualdade de gênero, sem necessariamente perceberem que estão contribuindo para a perpetuação desse regime. Esse processo demonstra como o patriarcado se sustenta pela dominação masculina e pela internalização de suas normas por toda a sociedade, dificultando a sua superação.

Prado e Fleith (2020) sustentam que todo esse contexto histórico pré-estabelecido pelo patriarcado, que concebe as mulheres como sendo seres frágeis, inseguras e emotivas, aliado às dificuldades que enfrentam ao optar por serem cientistas, como permanência e promoção na carreira, segregação, hierarquização, desvalorização do seu trabalho, e por conciliarem multitarefas, faz as mulheres acreditarem que são menos aptas para as atividades científicas. Na concepção de

Alves (2013), a sub-representação das mulheres em determinadas áreas das Ciências se dá devido a aptidões pré-impostas, tais como possuir menor capacidade para raciocínio abstrato, sob a justificativa de suas atitudes serem dominadas pela subjetividade/emoção, em lugar da objetividade/razão, as quais, por sua vez, são historicamente vinculadas ao masculino. Esse aspecto pode ser claramente observado nas Ciências, visto que as mulheres se concentram principalmente em áreas das Ciências Humanas, que requerem sensibilidade, enquanto homens se concentram em Ciências Exatas e Engenharias, que requerem pensamentos lógicos. Essas reflexões suscitam a necessidade de indagar se as dinâmicas de exclusão que historicamente marcaram a presença feminina nas Ciências também se reproduzem na universidade pública, em particular na UFES, nos Centros de Ensino de Alegre.

Para além disso, Prado e Fleith (2020) ainda destacam que enquanto nos homens foram evidenciadas capacidades como inteligência, razão e habilidades de decisão, nas mulheres foi evidenciada a sensibilidade. Os autores, assim como Alves (2013), apontam que a lógica por trás dessas capacidades sustenta a delimitação de espaços específicos para cada sexo, os homens ocupando os espaços públicos e produtivos, enquanto as mulheres, os espaços privados e reprodutivos, tendo ainda que arcar com a responsabilidade pelo cuidado da família. Na visão de Silva e Ribeiro (2014), até os anos 1940 era função restrita das mulheres o ato de cuidar, seja das crianças, seja da casa ou da família, o que as direcionou para a atribuição de profissões que davam sequência a esse papel socialmente designado. Essa atribuição fortaleceu a cultura patriarcal que condicionava a mulher no espaço privado e a considerava como sexo frágil.

Silva e Ribeiro (2014) afirmam que também era vinculada às mulheres a incapacidade de conciliar atividade científica, família e maternidade. Nesse sentido, as autoras defendem que, ao escolher uma carreira científica, a mulher se vê frente a vários conflitos, como cuidar da família, dos filhos e manter a vida acadêmica ativa. Assim, muitas escolhem a família, outras a Ciência e uma pequena parte tenta conciliar ambas. Essas últimas vivem em batalhas internas por não conseguirem ser tão produtivas na Ciência como gostariam; tampouco conseguem se dedicar plenamente aos filhos. Recai sobre elas, ainda, a necessidade de fazer inúmeras tarefas concomitantemente, gerando sobrecarga física e mental.

Essa difícil conciliação entre maternidade e carreira científica, destacada por Silva e Ribeiro (2014) como fonte de conflitos internos e sobrecarga para muitas mulheres, é reforçada por Oliveira e Roque (2024), que apontam:

A maternidade dentro do contexto acadêmico enfrenta obstáculos significativos, incluindo o desequilíbrio entre as responsabilidades familiares e as exigências profissionais, que muitas vezes são incompatíveis (Oliveira; Roque, 2024, p. 131).

Nesse contexto, Lerner (2019) argumenta que, ao serem incumbidas das responsabilidades domésticas e do cuidado dos filhos, as mulheres ficaram sobrecarregadas com tarefas que exigiam tempo e dedicação constantes. Conforme Oliveira e Roque (2024, p. 131), no Brasil, em 2022, as mulheres não ocupadas dedicaram, em média, 24,5 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, quase o dobro das 13,4 horas dedicadas pelos homens na mesma condição. Já entre os indivíduos ocupados, as mulheres ainda assumiram, em média, 6,8 horas a mais que os homens nessas atividades, revelando um desequilíbrio persistente na divisão das tarefas.

Esse desequilíbrio na divisão das tarefas domésticas e de cuidado, conforme apontado por Lerner (2019) e Oliveira e Roque (2024), perpetua um cenário em que os homens, isentos dessas responsabilidades diárias, dispõem de mais tempo e liberdade para se dedicar ao avanço de suas carreiras. Essa dinâmica, sustentada por normas sociais e culturais, impõe uma barreira significativa ao desenvolvimento profissional das mulheres, limitando suas oportunidades de ascensão e reconhecimento.

Com o tempo, essa sobrecarga afeta sua disponibilidade e sua capacidade de competir em igualdade de condições com os homens no campo científico, perpetuando uma desigualdade estrutural que dificulta o acesso e a permanência das mulheres nas áreas acadêmicas e de pesquisa. Como a mulher cientista que tenta conciliar a carreira com a vida pessoal tem as mesmas cobranças de produtividade que homens que se dedicam em tempo integral e exclusivo ao trabalho, muitas desistem da carreira e optam pela família. Diante disso, Silva e Ribeiro (2014) afirmam que a escolha pela carreira científica pode se tornar um processo permeado por dúvidas para muitas mulheres. Isso ocorre porque, além das expectativas sociais relacionadas à maternidade e ao cuidado familiar, frequentemente recai sobre elas a

necessidade de conciliar múltiplas responsabilidades. Soma-se a esse cenário o fato de que a cultura da Ciência foi historicamente estruturada a partir de valores e modelos de trajetória predominantemente masculinos.

No entanto, essas noções baseadas em estereótipos de gênero ignoram as dinâmicas sociais mais amplas que moldam as escolhas e oportunidades das mulheres. Áreas como Ciências Exatas, tradicionalmente associadas a uma neutralidade de valores, são também arenas em que as dinâmicas sociais de gênero, raça e classe se manifestam de forma mais acentuada. hooks (2019) analisa essas questões, destacando a interseccionalidade como um pilar essencial para compreender as desigualdades estruturais. Essa perspectiva é crucial ao abordar a assimetria de gênero na docência em áreas como Matemática, Física e Engenharia, onde as mulheres continuam sub-representadas e frequentemente enfrentam barreiras impostas por normas patriarcais profundamente enraizadas.

Nesse sentido, Alves (2013) destaca que a divisão sexual do trabalho se baseia em dois pilares: a separação e a hierarquização. Para a autora, a separação consiste na diferenciação entre o trabalho das mulheres e o trabalho do homem, enquanto a hierarquização consiste na valorização, econômica e social, do trabalho dos homens frente ao das mulheres. Ao longo das últimas décadas, a luta por igualdade de gênero tem impulsionado mudanças importantes: “O feminismo contemporâneo contribuiu para transformar a posição das mulheres na Ciência, [...] testemunhamos avanços significativos no que diz respeito à inserção e à participação das mulheres no campo científico” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 450). As autoras afirmam ainda que, mesmo que o número de mulheres em ambientes em que se fazem Ciência e pesquisa seja expressivo, essa participação ocorre de modo dicotomizado, uma vez que as mulheres tendem a se concentrar em determinadas áreas, tais como: Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Enfermagem, entre outras. De fato, Chassot (2017) afirma:

Por que, na aurora do terceiro milênio, há mais alunas em cursos de Pedagogia? Ou mais alunos em cursos de Geologia? Não continuamos ainda demarcando quais são os espaços públicos ou quais as profissões dos homens e quais das mulheres? (Chassot, 2017, p. 13-14).

Nesse sentido, hooks (2019, p. 23) observa que “[...] o feminismo precisa se tornar um movimento político de massa para que possa ter algum impacto

revolucionário, transformador, em nossa sociedade”. Essa visão reforça a necessidade de transformar em locais de equidade e inclusão os espaços das Ciências Exatas, em que a desigualdade de gênero permanece institucionalizada. Além disso, ela argumenta que “[...] as análises feministas da situação da mulher tendem a focar exclusivamente no gênero, se abstendo de fornecer um alicerce para a edificação de uma teoria feminista” (hooks, 2019, p. 41). No caso da docência, essa crítica é fundamental, pois destaca a importância de um olhar abrangente que considere as barreiras de gênero e os efeitos interseccionais de raça e classe.

Nesse contexto, conforme Chassot (2017) destaca, a diferença numérica entre homens e mulheres nas Ciências é atualmente uma questão obsoleta, uma vez que há uma crescente participação feminina nas áreas científicas. No entanto, persiste uma segregação significativa quando se observa o tipo de Ciência em que homens e mulheres estão envolvidos. As mulheres ainda são predominantemente representadas em campos científicos considerados “humanos” ou “biológicos”, enquanto os homens dominam áreas mais associadas à Tecnologia, Física e Matemática. Essa divisão, muitas vezes baseada em estereótipos de gênero, reflete desigualdades persistentes e precisa ser superada. Para garantir uma verdadeira igualdade no campo científico, é necessário combater essas divisões e promover um ambiente mais inclusivo, onde o gênero não determine o acesso ou a ascensão em qualquer que seja a área do conhecimento.

Entender como a sociedade patriarcal divide os papéis ocupacionais entre homens e mulheres é fundamental para compreender por que, ainda hoje, elas permanecem minoria em determinadas áreas das Ciências. Na docência, essas dinâmicas são particularmente visíveis: Silva e Ribeiro (2014) destacam que mulheres educadoras em Ciências Exatas frequentemente se encontram na interseção de múltiplas expectativas, sendo cobradas a atuar como acadêmicas exemplares, a desafiar estereótipos de gênero e, ao mesmo tempo, a lidar com resistências explícitas e implícitas em ambientes historicamente masculinos. Essa condição é reforçada por estereótipos sociais que, desde cedo, delimitam os espaços esperados para meninas e meninos e influenciam diretamente seus futuros. Como observa Rosenthal (2018, p. 24): “[...] essa espécie de normatividade naturalizada também permeia o que conhecemos como sexismo, que é a discriminação baseada no sexo”, expressão que legitima ideias como “a responsabilidade do cuidado da casa é da

mulher”, “mulheres lidam melhor com crianças” ou “homens são mais objetivos, logo são líderes melhores”.

A presença feminina nas Ciências da Natureza, Exatas e Agrárias, portanto, é um reflexo da luta histórica contra a exclusão sistemática das mulheres em campos que moldam o progresso tecnológico e científico. No entanto, essa presença, embora crescente, ainda é marcada por desafios que vão desde a falta de representatividade em cargos de liderança até as disparidades salariais e o preconceito inconsciente. Dado o histórico de exclusão das mulheres nas Ciências, esta pesquisa se justifica pela necessidade de dar visibilidade às trajetórias docentes dessas áreas masculinizadas, a fim de promover reflexões críticas sobre as desigualdades de gênero e estimular a formulação de políticas de equidade que favoreçam a plena participação feminina nos espaços científicos e acadêmicos.

Diante desse cenário social e cultural que ainda persiste atualmente, a questão central que orientou esta pesquisa foi: “O que as vivências, pessoais e profissionais, de professoras lotadas em departamentos do CCAE e CCENS da UFES, cuja grande maioria é de homens, diz sobre a assimetria de gênero na carreira docente?”. A problemática central desta pesquisa reside na permanência de uma estrutura patriarcal que, profundamente enraizada na sociedade, continua a moldar práticas, discursos e valores que naturalizam desigualdades de gênero. Esse sistema simbólico e institucional, historicamente consolidado, atravessa as experiências individuais e coletivas, influenciando comportamentos, relações e formas de reconhecimento nas mais diversas esferas sociais, inclusive no campo científico e universitário. Assim, parte-se da compreensão de que o patriarcado, enquanto ordem social e cultural, sustenta mecanismos de exclusão que impactam a inserção, a visibilidade e a ascensão das mulheres nas Ciências, e podem se manifestar de formas distintas: ora de maneira mais sutil e naturalizada, ora de modo mais direto e explícito.

O objetivo geral é investigar a trajetória pessoal e profissional das docentes que ministram aulas no Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) e no Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAЕ) da Universidade Federal do Espírito Santo, nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, buscando questionar e entender práticas, discursos, valores e preconceitos vividos por essas mulheres ao longo de suas trajetórias como cientistas.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram estabelecidos três objetivos específicos: compreender os fatores que influenciaram a escolha pela carreira

docente no ensino superior; identificar os elementos que atuaram como facilitadores e as barreiras enfrentadas ao longo de suas trajetórias profissionais; e analisar os mecanismos desenvolvidos por essas mulheres cientistas para garantir sua inserção, permanência e desenvolvimento na docência. Para tanto, foram realizadas entrevistas narrativas, cuja escolha metodológica se justifica pela possibilidade de acessar experiências vividas, produzir memória coletiva e constituir um legado a partir das trajetórias dessas mulheres. As narrativas, posteriormente analisadas por meio da articulação entre análise narrativa e análise de conteúdo, permitiram interpretar não apenas os acontecimentos relatados, mas também os sentidos atribuídos a eles, evidenciando como essas trajetórias se inscrevem em dinâmicas sociais mais amplas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se uma revisão de literatura a partir de trabalhos que discutem a ausência das mulheres nos momentos iniciais de constituição das Ciências, bem como os desdobramentos históricos dessa exclusão na configuração contemporânea do campo científico. Tranfield, Denyer e Smart (2003) afirmam que o principal objetivo de realizar uma revisão da literatura é permitir que o pesquisador mapeie e avalie os trabalhos existentes, especificando uma questão de pesquisa para desenvolver ainda mais o conhecimento sobre o tema. Os autores ainda destacam que a estratégia utilizada para a busca dos trabalhos deve ser descrita em detalhamento suficiente para garantir que possa ser replicada.

O método de revisão escolhido foi a revisão integrativa. “Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Os autores destacam que se trata de um método que reúne e organiza os resultados de diferentes estudos sobre um tema específico, permitindo a análise das informações de forma sistemática e estruturada. Portanto, escolheu-se esse método por seus critérios específicos e pela possibilidade de ser executado por um único pesquisador.

O processo de revisão integrativa deve seguir uma sucessão de etapas bem definidas. Para isso, foi adotado o método de Tranfield, Denyer e Smart (2003), que é estruturado em três estágios e nove fases, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Estágios e fases da revisão de literatura

Estágios	Fases
Estágio I: Planejamento de revisão	Fase 0 - Identificação da necessidade de revisão; Fase 1 - Elaboração da proposta de revisão; Fase 2 - Desenvolvimento do protocolo de revisão.
Estágio II: Execução da revisão	Fase 3 - Identificação da pesquisa; Fase 4 - Seleção dos estudos; Fase 5 - Avaliação da qualidade dos estudos; Fase 6 - Extração e acompanhamento do processo; Fase 7 - Síntese dos dados.
Estágio III: Comunicação e divulgação da revisão	Fase 8 – Relatório e recomendações; e Fase 9 – Buscando evidências na prática.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025), com base nos estágios de Tranfield, Denyer e Smart (2003).

i) Estágio I – Planejamento da revisão

Tranfield, Denyer e Smart (2003) denominam a fase inicial da revisão integrativa de “Fase 0 – Identificação da necessidade de revisão”. Rosenthal (2018), em seus estudos, destaca que as mulheres passaram séculos impedidas de exercer seus direitos como cidadãs, dentre os quais o direito de estudar. Mesmo com o ingresso das mulheres nas universidades, no fim do século XIX, algumas áreas ainda hoje possuem pouca representatividade feminina, como as das Ciências da Natureza, Tecnologias, Engenharias e Matemática. Então foram considerados os trabalhos que abordam o processo de divisão sexual do trabalho e as relações de gênero que influenciam as trajetórias profissionais de mulheres docentes nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas.

Nas buscas preliminares realizadas nas bases de dados, foram identificados estudos abrangendo diversas áreas do conhecimento. Essas pesquisas apresentavam uma variedade de perspectivas: algumas exploravam o ponto de vista das docentes, outras das discentes, enquanto algumas analisavam a percepção masculina sobre o tema.

Diante dessa diversidade de abordagens, buscou-se delimitar o foco do estudo; para isso, seguiu-se para a próxima fase, denominada por Tranfield, Denyer e Smart (2003) de “Fase 1 – Elaboração da proposta de revisão”. Foi considerado nessa fase o objetivo principal da revisão e a pergunta norteadora das buscas. A questão norteadora foi: “O que a literatura científica já abordou a respeito da baixa representatividade feminina nas áreas das Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas?”.

Por fim, chega-se ao final do Estágio I, que Tranfield, Denyer e Smart (2003) chamam de “Fase 2 – Desenvolvimento do protocolo de revisão”. Nesta fase, foram definidos os procedimentos para a realização da revisão, incluindo a elaboração dos termos de busca e a definição dos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos. A partir das fases do Estágio I, foi elaborado o Quadro 2, que descreve os critérios da pesquisa. Tranfield, Denyer e Smart (2003) afirmam que apenas os trabalhos que cumpram a todos os critérios de inclusão especificados nesse estágio e que não apresentem nenhum dos critérios de exclusão devem ser analisados.

Quadro 2 - Descrição dos critérios da pesquisa

Crítérios	Descrição
Sujeitos das pesquisas	Docentes e/ou discentes
Área de atuação	Áreas das Ciências da Natureza e/ou Agrárias e/ou Exatas
Contexto	Educação superior

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Nesse contexto, as palavras-chave que foram utilizadas para a realização das buscas foram: “mulheres nas Ciências”, “Ciências Exatas” e “educação superior”.

ii) Estágio II – Execução da revisão

Para Tranfield, Denyer e Smart (2003), esse estágio se inicia com a “Fase 3 – Identificação da pesquisa”, momento em que são selecionadas as bases de dados que serão utilizadas na busca dos trabalhos. Para essa pesquisa as bases escolhidas foram: o Scientific Electronic Library On-line (SciELO)¹, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)³.

Os termos de busca foram escolhidos com base nas palavras-chave previamente definidas. Para otimizar as buscas, foi utilizado o operador booleano AND e o caractere especial aspas. Dessa forma, foram realizadas pesquisas na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES e da BDTD, utilizando a seguinte formulação: “mulheres nas Ciências” AND “Ciências Exatas” AND “educação superior”. Na base de dados da SciELO, foi utilizada a seguinte formulação: “mulheres nas Ciências” AND “Ciências Exatas”. A diferença entre as formulações justifica-se pelo fato de que, ao aplicar a mesma formulação nas três bases, nenhum resultado foi encontrado na SciELO. Por outro lado, nas bases do Portal de Periódicos da CAPES e da BDTD, a ausência de filtros mais específicos resultou em um grande volume de dados, impossibilitando o processo de revisão.

Utilizando os termos de busca acima apresentados, os primeiros resultados geraram uma lista inicial de estudos. Essa lista está apresentada no Quadro 3.

¹ <https://www.scielo.br/>.

² <https://www.periodicos.capes.gov.br/>.

³ <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Quadro 3 - Resultados iniciais por bases de dados

Bases de dados	Resultados iniciais
ScieLO	7
Portal de Periódicos da CAPES	48
BDTD	77
Total	132

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Em seguida, prosseguiu-se com o processo de refinamento dos resultados. Tranfield, Denyer e Smart (2003), chamam essa etapa de “Fase 4 – Seleção dos estudos”. Nesse momento, portanto, procedeu-se com a seleção dos estudos para revisão, com o auxílio do editor de planilha da Microsoft, o Excel.

O refinamento foi realizado por meio da análise do título e do resumo dos 132 trabalhos encontrados previamente. Cada trabalho foi avaliado com base nos critérios de inclusão e exclusão definidos no protocolo, sendo aceito ou recusado de acordo com eles. Os critérios adotados na pesquisa foram:

Critérios de inclusão: livre acesso; idioma português; estudos desenvolvidos no ensino superior em áreas das Ciências consideradas social e culturalmente masculinas, como Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas; possuir como sujeitos de pesquisa docentes e/ou discentes.

Critérios de exclusão: acesso restrito; idioma inglês; estudos desenvolvidos na educação infantil; ensino fundamental ou médio.

O detalhamento do processo de refinamento, conforme os critérios de inclusão e exclusão propostos, está apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Total de resultados a partir dos critérios de inclusão e exclusão

(continua)

Base de dados	Resultados iniciais	Critério de refinamento	Resultados	Resultados após o refinamento
SciELO	7	Acesso aberto	7	2
		Português	6	
		Duplicidade	1	
		Área de atuação	3	

Quadro 4 - Total de resultados a partir dos critérios de inclusão e exclusão

(conclusão)

Base de dados	Resultados iniciais	Critério de refinamento	Resultados	Resultados após o refinamento
Portal de Periódicos da CAPES	48	Acesso aberto	38	8
		Português	37	
		Duplicidade	1	
		Área de atuação	9	
BDTD	77	Acesso aberto	77	13
		Português	76	
		Duplicidade	0	
		Área de atuação	13	
Total após refinamento				23

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Posteriormente, seguiu-se para a próxima etapa desse estágio, denominada por Tranfield, Denyer e Smart (2003) de “Fase 5 – Avaliação da qualidade dos estudos”. Nessa fase, após o refinamento, foi definida a questão que orientou o critério de qualidade dos estudos. Essa questão foi escolhida por estar diretamente relacionada ao objetivo geral da pesquisa, a saber: “Os trabalhos apresentam as percepções das docentes sobre suas vivências, práticas, discursos, valores e preconceitos vividos ao longo de sua trajetória formativa?”. Seguindo com o Estágio II, avança-se para a próxima fase, que Tranfield, Denyer e Smart (2003) denominam de “Fase 6 – Extração e acompanhamento do processo”. Nesse momento, foi realizada a leitura dos textos selecionados na Fase 4 e aplicado o critério de qualidade definido na Fase 5.

Quadro 5 - Total de trabalhos a partir dos critérios

Base de dados	Resultados iniciais (Estágio I)	Resultados após o refinamento (Estágio II – Fase 4)	Resultados após aplicação do critério de qualidade (Estágio II – Fase 6)
SciELO	7	2	1
Portal de Periódicos da CAPES	48	8	1
BDTD	77	13	10
Total	132	23	12

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

É importante destacar que, à medida que as etapas do processo avançam, o número de trabalhos selecionados tende a diminuir. Isso ocorre devido à aplicação dos critérios de seleção definidos. A evolução desse processo está detalhada no Quadro 5.

No Quadro 6 estão os trabalhos selecionados que foram utilizados para análise de revisão de literatura.

Quadro 6 - Lista com os trabalhos encontrados a partir da observação dos critérios

(continua)

Base de dados	Título	Autoria/Ano	Natureza
SciELO	Museu, universidade e escola: tríade para promoção de meninas em STEM	Dahmouche <i>et al.</i> 2024	Artigo
Portal de Periódicos da CAPES	Uma professora no Departamento de Física	Silva, Lucimeiry Batista da. & Rabay, Glória de Lourdes Freire 2020	Artigo
BDTD	Mulheres na Ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias	Silva, Fabiane Ferreira da. 2012	Tese
BDTD	Ciência e tecnologia: desequilíbrios de gênero na docência da educação superior	Gomes, Márcia Cristina. 2015	Tese
BDTD	Assimetria de gênero na academia: a carreira profissional e a vida doméstica de docentes e pesquisadores das Ciências Exatas	Martins-Suarez, Fernanda Chiozzini. 2016	Dissertação
BDTD	Relações de gênero e seus efeitos discursivos na constituição de subjetividades nos cursos de Engenharia do Campus Universitário de Tucuruí – CAMTUC/UFPA	Almeida, Edileuza de Sarges. 2016	Dissertação
BDTD	Carreiras de professoras das Ciências Exatas e Engenharia: estudo em uma IFES do Nordeste brasileiro	Silva, Lucimeiry da. 2017	Tese
BDTD	Ser mulher em Ciências da Natureza e Matemática	Rosenthal, Renata. 2018	Dissertação
BDTD	Entre números e saias: a trajetória de mulheres professoras de Ciências Exatas da Universidade Federal do Maranhão	Silva, Fernanda Vanessa de Jesus da. 2020	Dissertação

Quadro 6 - Lista com os trabalhos encontrados a partir da observação dos critérios

(conclusão)

Base de dados	Título	Autoria/Ano	Natureza
BDTD	Mulheres nas Ciências Exatas: condições que possibilitam suas escolhas profissionais	Morales, Andréa Cantarelli. 2021	Tese
BDTD	A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato grosso do Sul, campus de Corumbá	Gianvecchio, Larissa Angelini de Andrade. 2022	Dissertação
BDTD	A vivência de mulheres em cursos superiores majoritariamente cursados por homens na Universidade Federal de Juiz de Fora	Ferreira, Adrielle. 2023	Dissertação

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Por fim, chega-se à última fase do Estágio II, que Tranfield, Denyer e Smart (2003) chamam de “Fase 7 – Síntese dos dados”. Para cumprir essa fase, foi feita a sistematização dos dados. As palavras-chave dos trabalhos selecionados foram agrupadas em três categorias. Essa divisão se deu pelas similaridades conceituais. No Quadro 7, é apresentada a categorização realizada a partir das palavras-chave.

Quadro 7 - Categorização das palavras-chave

(continua)

Palavras-chave	Resultados	Categoria
Ciência	8	Educação e Ciências
Ciências Exatas	3	
Engenharias	1	
STEM	1	
Educação Superior	8	
Trajetórias	1	
Mulheres Cientistas	1	
Escolhas Profissionais	1	Gênero e Academia
Mulheres	6	
Mulheres nas Ciências	1	
Carreira Acadêmica Feminina	1	
Gênero	3	
Gênero no Campo Acadêmico	1	
Mulheres em Carreiras Masculinas	1	
Cursos Majoritários Masculinos	1	
Desigualdade de Gênero	1	

Quadro 7 - Categorização das palavras-chave

(conclusão)

Palavras-chave	Resultados	Categoria
Professoras Universitárias	1	Gênero e Academia
Mulheres Universitárias	1	
Docência	2	
Gênero e Divisão Sexual do Trabalho	1	
Narrativas	1	Estudos Feministas e Igualdade
Análise de Discurso	1	
Estudos Feministas da Ciência	1	
Estudos de Gênero	1	
Relações de Gênero	1	
Igualdade de Gênero	2	
Trabalho Doméstico	1	
Mulheres no Trabalho	2	
Mulheres na Vida Pública	1	

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

A primeira categoria, *Educação e Ciências*, reúne palavras-chave relacionadas à Educação e às áreas específicas de Ciência e Tecnologia. Aqui estão incluídos termos que se referem tanto ao ensino quanto às áreas de conhecimento relacionadas. A segunda categoria, *Gênero e Academia*, foca nas questões de gênero dentro do contexto acadêmico e profissional. Inclui palavras-chave que tratam de carreiras femininas e das barreiras enfrentadas nesse campo com relação ao gênero. Por fim, na terceira categoria, *Estudos Feministas e Igualdade*, o foco está na compreensão das desigualdades estruturais e na promoção da equidade em diferentes contextos sociais e profissionais.

Na continuidade da revisão integrativa, foi realizada uma síntese dos aspectos metodológicos utilizados nos trabalhos analisados. Essa análise permitiu identificar e organizar as abordagens e estratégias metodológicas adotadas. Os resultados dessa síntese estão apresentados no Quadro 8.

Os trabalhos selecionados possuem abordagem qualitativa. A maioria concentra-se no estudo de docentes, embora três trabalhos tenham como sujeitos as discentes. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, a maior parte utilizou entrevistas narrativas. Alguns combinaram esse método com outros instrumentos, como pesquisas documental e bibliográfica. Apenas um trabalho empregou a mesa-redonda como estratégia de coleta de informações.

Quadro 8 - Aspectos metodológicos analisados nos trabalhos selecionados

Aspecto analisado	Resultados
Natureza da pesquisa	
Qualitativa	12
Quantitativa	-
Sujeitos da pesquisa	
Docentes	9
Discentes	1
Docentes e discentes	2
Instrumentos para coleta de informações	
Mesas redondas	1
Pesquisa bibliográfica	4
Pesquisa documental	4
Questionário	1
Entrevista semiestruturada	4
Entrevista narrativa	8
Análise dos dados	
Análise de conteúdo	5
Análise de discurso	5
IRAMUTEQ	1
ALCESTE	1

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Para a análise dos dados, houve uma divisão de abordagem: alguns trabalhos optaram pela análise de conteúdo, de Laurence Bardin, enquanto outros utilizaram a análise de discurso, ora na perspectiva de Michel Pecheux, ora na de Mikhail Bakhtin. Além disso, dois estudos recorreram ao uso de softwares, como o IRAMUTEQ⁴ e o ALCESTE⁵ para auxiliar no processo analítico.

⁴ Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ).

⁵ Analyse des Lexèmes dans des Contextes Élémentaires d'un Segment de Texte (ALCESTE).

iii) Estágio III – Comunicação e divulgação da revisão

O Estágio III se inicia com a “Fase 8 – Relatório e recomendações” (Tranfield, Denyer e Smart, 2003). Para a execução dessa fase, foram analisados os objetivos dos trabalhos e seus referenciais teóricos.

Fazendo uma análise entre os objetivos dos trabalhos, percebe-se que todos têm em comum o foco nas questões de gênero e na experiência das mulheres em contextos acadêmicos e profissionais. Eles analisam as desigualdades, barreiras e preconceitos enfrentados pelas mulheres, em busca de entender como os paradigmas sociais e culturais influenciam em suas vivências em áreas historicamente dominadas por homens. Além de identificar os desafios, os estudos buscam problematizar essas questões e propor caminhos para a equidade, especialmente em campos como as Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas.

Seguindo com a análise, os referenciais teóricos dos trabalhos se aproximam uns dos outros, principalmente no que tange às questões de gênero e seus reflexos no campo acadêmico e científico. Todos os trabalhos abordam sobre as construções patriarcais, aspectos estruturais, sociais e culturais que influenciam a inserção, permanência e ascensão das mulheres em áreas historicamente dominadas por homens. Portanto, é possível estruturar essas abordagens em categorias: *Desigualdade de gênero na academia; Interseccionalidade e marcadores sociais; Subjetividades e discursos de gênero; e Transformação social e estratégias de inclusão.*

Na categoria *Desigualdade de gênero na academia*, autoras como Silva (2012), Gomes (2015), Rosenthal (2018) e Ferreira (2023) trazem referenciais que tratam da desigualdade de gênero na academia, fundamentados em autores como Joan Wallach Scott, que analisa o gênero como uma categoria de análise histórica, e Pierre Bourdieu, com o conceito de “habitus” aplicado à compreensão das barreiras sociais.

Na categoria *Interseccionalidade e marcadores sociais*, Martins-Suarez (2016), Gianvecchio (2022) e Ferreira (2023) buscam entender sobre as experiências de mulheres em diferentes contextos institucionais, para isso abordam sobre a interseccionalidade, mostrando como o gênero se articula com outros marcadores sociais, como raça, classe e localidade.

Já na categoria *Subjetividades e discursos de gênero*, Almeida (2016) e Silva (2017) investigam os impactos das construções sociais no ambiente acadêmico e

como essas normas impostas moldam identidades e escolhas profissionais das mulheres. Para isso, elas trazem teóricos que abordam sobre a formação das subjetividades e dos discursos de gênero. Almeida (2016) baseia-se em teóricos pós-estruturalistas, estabelecendo diálogos com autores como Michel Foucault e Guacira Lopes Louro. Por sua vez, Silva (2017) refere autores como Pierre Bourdieu, Danièle Kergoat e Manuel Castells. Ambas as autoras utilizam Simone de Beauvoir e Joan Wallach Scott para embasar o conceito de “gênero”, enfatizando sua construção histórica e relacional, além de analisar a condição da mulher e sua relação com a opressão patriarcal.

Por fim, categoria *Transformação social e estratégias de inclusão*, Gomes (2015), Silva (2020), Morales (2021) e Dahmouche (2024) se fundamentam em teóricos que abordam sobre a transformação da sociedade patriarcal, com foco na criação de estratégias para inclusão da mulher em ambientes socialmente atribuídos aos homens, em busca de uma sociedade mais equitativa. As autoras baseiam-se em abordagens feministas pós-estruturalistas, examinando o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e os movimentos feministas.

Chega-se à última etapa do Estágio III, denominada por Tranfield, Denyer e Smart (2003) de “Fase 9 – Buscando evidências na prática”. Nessa fase, buscou-se estabelecer relações entre os trabalhos e o contexto social atual sobre gênero na academia, com foco nos principais aspectos dos trabalhos.

Silva (2012) traz em seus estudos o discurso biológico frequentemente utilizado para justificar a divisão de mulheres e homens em áreas científicas, como as mulheres sendo associadas a áreas como Psicologia e Nutrição, e os homens, às Ciências duras⁶, como Física e Engenharia. Esse discurso é aceito e naturalizado pelas sociedades, que atribuem a ausência feminina nessas áreas à falta de aptidão inata. A autora destaca que a ascensão profissional das mulheres é mais lenta e desigual, pois elas enfrentam dificuldades ao conciliar trabalho e responsabilidades familiares, frequentemente adiando a maternidade. Essas barreiras se dão devido a um modelo profissional baseado em padrões masculinos, dificultando a inserção e o desenvolvimento das mulheres em determinadas áreas das Ciências.

⁶ A expressão “Ciências duras” (ou, em inglês, “*hard Science*”) é usualmente utilizada para designar as áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática. No corpo desta dissertação, optou-se pela utilização do termo em português.

Gomes (2015) identificou em seus estudos que a inserção de muitas mulheres nas Ciências Exatas nem sempre foi pacífica, embora muitas não percebessem as dificuldades, naturalizando o processo com base apenas na competência profissional. A autora destacou o preconceito e a discriminação de gênero relacionados à competência, além da dificuldade em conciliar a carreira com os cuidados familiares. Ela reconhece que a escolha pelo trabalho docente dessas mulheres no setor público se deu por ser menos discriminatória do que no espaço privado. Ela também ressaltou as barreiras enfrentadas pelas mulheres como mães, o que frequentemente resulta em múltiplas jornadas de trabalho.

Martins-Suarez (2016) aponta que a inserção das mulheres nas Ciências começou lentamente em áreas como Enfermagem e Serviço Social, avançando para as Ciências Exatas, mas de forma desproporcional em relação aos homens. A autora aponta que, mesmo com maior participação feminina, as mulheres ainda enfrentam o “fantasma” das expectativas sociais relacionadas ao casamento e aos cuidados com a casa, gerando em muitas mulheres frustrações, pois elas precisam optar entre o cuidado com a família, serem mais ativas no trabalho ou até conciliar múltiplas tarefas, gerando nelas sobrecarga física e mental. Diante disso, a autora complementa que mulheres sobrecarregadas com múltiplas tarefas ainda se veem em constante conflito entre as esferas profissional e doméstica por, muitas vezes, não possuírem redes de apoio.

Almeida (2016) traz em seus estudos os efeitos discursivos das relações de gênero na constituição das subjetividades em cursos de Engenharia, tradicionalmente masculinos. Ela destaca que alguns discursos reforçam práticas de dominação, enquanto outros as desafiam. A autora conclui que é essencial a desnaturalização dos ambientes de formação, de modo a permitir que as mulheres constituam suas subjetividades de gênero com liberdade, livres de estereótipos e normas restritivas.

Silva (2017) observa em seus estudos que muitas mulheres enfrentam dificuldades para conciliar o crescimento profissional com a vida pessoal e familiar, com um aspecto afetando o outro. Ela relaciona essa dificuldade à divisão sexual do trabalho e aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres, como mãe e esposa. A autora destaca que, na academia, as mulheres já enfrentam a discriminação ao se inserirem na área e, quanto ao avanço na carreira, as disciplinas voltadas para elas geralmente têm menos prestígio (status) que as dos homens, sendo muitas vezes mais básicas. Além disso, ela mostra que nas universidades as atividades

administrativas de prestígio estão associadas a cargos de comando, que geralmente são ocupados por homens. Ela conclui que as relações de dominação masculina ainda são evidentes na academia e que as responsabilidades familiares continuam a dificultar o desenvolvimento profissional das mulheres.

Rosenthal (2018) destaca a negação do “lugar de mulher” nas carreiras científicas, pois essa negação não é da identidade feminina, mas da posição socialmente imposta às mulheres, funcionando como um obstáculo para a permanência feminina na carreira científica. Ela também afirma que muitas mulheres associam a feminilidade à maternidade, o que reforça o questionamento sobre o lugar ocupado pela mulher e o corpo feminino. A autora aponta as imposições sociais: quando uma mulher escolhe cuidar da família, isso é visto como prioridade; quando opta por não ter filhos, é estereotipada como “solteirona” ou “masculina”. O mesmo não acontece com os homens, ao escolherem a família, são vistos como heróis, e ao escolherem a carreira, são apenas considerados estudiosos ou trabalhadores. Ela conclui que as mulheres enfrentam obstáculos desde cedo ao escolherem profissões nas Ciências da Natureza e Exatas, áreas ainda vistas como masculinas, e que para permanecer nelas, muitas mulheres sentem que precisam negar sua feminilidade para serem aceitas.

Silva (2020) investigou a formação e trajetória de mulheres em áreas dominadas por homens, buscando entender a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero em suas carreiras. Durante a análise, a autora identificou três eixos: *Família e oportunidades*; *Negação*; e *Condescendência*. No primeiro, ela destacou a importância do apoio familiar para o sucesso profissional dessas mulheres, além das dificuldades enfrentadas, como a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos. No segundo eixo, observou que as mulheres não reconheciam ou admitiam tratamentos diferenciados devido ao fato de trabalharem em áreas predominantemente masculinas. Já no último eixo, a autora ressaltou que muitas mulheres naturalizam situações de preconceito e sexismo em ambientes masculinizados, não percebendo ou já internalizando essas atitudes.

A pesquisa de Morales (2021) investigou os fatores que levaram mulheres a escolherem carreiras nas Ciências Exatas. As análises de seu trabalho foram organizadas em três categorias principais: *Processos formativos*; *Relações de gênero*; e *Relações com a pesquisa*. A primeira categoria inclui três subcategorias, como *Relações afetivas*, *Ambiente de estudos* e *Condicionamento do desejo*, que tratam

das influências familiares, educacionais e das percepções sobre as mulheres nas Ciências Exatas. A segunda categoria, explora as diferenças de sexo nos ambientes educacional e profissional, bem como elementos culturais e geracionais. A última categoria, analisa o vínculo das mulheres com a pesquisa científica. A autora conclui que a escolha de carreira é influenciada por fatores como conhecimento sobre a área, relações afetivas e questões de gênero.

Gianvecchio (2022) analisa a inserção de mulheres em profissões consideradas masculinas, abordando sobre o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e os movimentos feministas. A autora destaca que as mulheres enfrentam desafios significativos para inserção e permanência em áreas tradicionalmente masculinas, tanto educacionais quanto profissionais, especialmente por serem mulheres e, quando se adiciona a questão racial, essas dificuldades são amplificadas.

A pesquisa de Ferreira (2023) investigou a experiência de mulheres em cursos superiores em áreas vistas como masculinas. A autora identificou diversas barreiras enfrentadas por essas mulheres, como discriminação, assédio e falta de representatividade. A autora destaca as táticas criadas pelas mulheres para se adaptarem a esse ambiente, como a escolha de roupas para evitar assédios e o ato de ignorar comentários desrespeitosos, além de estarem sempre “entre mulheres”. A autora enfatiza a importância da conscientização e do diálogo para enfrentar essas barreiras.

Dahmouche *et al.* (2024) destacam, em seus estudos, as iniciativas que vêm surgindo no Brasil para promover a inserção de meninas nas Ciências, com apoio de órgãos públicos e privados. As autoras tratam das discussões sobre mulheres nas Ciências Exatas, realizando mesas-redondas. Elas afirmam sobre a relevância de modelos de mulheres bem-sucedidas nas Ciências Exatas, para contribuir para que as alunas percebam essas áreas como acessíveis.

A partir dos trabalhos que compõem esta revisão, compreende-se que a inserção feminina nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas revela um cenário de desafios persistentes e de resistências. Todas as autoras chegaram à conclusão de que as mulheres ainda são sub-representadas nessas áreas e, mesmo que o número de mulheres atuantes nessas áreas esteja aumentando, ainda são fortes e marcantes as influências de fatores históricos e sociais que ligam as mulheres às Ciências Humanas e Sociais e os homens às Ciências Exatas.

Por fim, todas as autoras recomendam que mais trabalhos, ações e políticas públicas sejam criados para dar mais visibilidade ao tema, para que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas e que elas encontrem apoio para a superação das diversas barreiras socialmente impostas, com relação aos paradigmas de gênero. Além disso, que haja a superação da naturalização desse processo de diferenciação de gênero, pois assim haverá aumento, permanência e ascensão das mulheres nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas (que são as áreas dominadas por estereótipos masculinos) e, por consequência do aumento da representatividade feminina, mais meninas irão se interessar por essas áreas de dominância masculina.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico fundamenta-se na articulação entre as contribuições de Simone de Beauvoir e de bell hooks, bem como no debate acerca do sexismo científico, por compreender que a desigualdade de gênero nas Ciências não pode ser analisada a partir de uma única matriz interpretativa. A escolha dessas autoras decorre não de sua relevância teórica no campo dos estudos feministas, mas do percurso formativo desta pesquisa, marcado por inquietações acerca da própria compreensão do feminismo enquanto posicionamento político e analítico. Nesse processo, o contato com Beauvoir possibilitou compreender a construção histórica da mulher como “Outro”, enquanto hooks ampliou essa reflexão ao evidenciar o sexismo como sistema estrutural articulado a raça e classe, permitindo uma leitura mais abrangente das opressões.

A opção por uma teorização combinada emerge de um movimento de amadurecimento crítico da pesquisadora que reconhece o feminismo não como identidade fixa, mas como construção contínua e processo permanente de conscientização. Tal escolha decorre da necessidade de integrar uma análise histórico-filosófica da condição feminina a uma perspectiva político-crítica e interseccional, capaz de evidenciar como as estruturas de gênero se constituem historicamente e, ao mesmo tempo, operam concretamente no campo científico. Articulando essas dimensões, este estudo assume um posicionamento feminista, compreendendo que a produção do conhecimento não é neutra, mas atravessada por relações de poder que moldam trajetórias, legitimam vozes e silenciam experiências.

3.1 O LEGADO DE SIMONE DE BEAUVOIR

Simone de Beauvoir foi uma filósofa existencialista, escritora e ativista feminista. Nascida em Paris, França, em 1908, sua trajetória de vida e obra deixou marcas profundas na literatura, na filosofia e no movimento feminista. Entre suas contribuições mais notáveis estão romances, escritos biográficos e estudos que conectam perspectivas sociais, filosóficas e políticas, consolidando sua posição como uma voz revolucionária.

Historicamente, o feminismo já existia antes de Beauvoir, entretanto suas contribuições foram essenciais para a formulação e desenvolvimento do feminismo

contemporâneo. Ela foi uma pensadora com ideias visionárias, seus apontamentos inspiram a busca pela superação de paradigmas sociais que continuam a separar os espaços destinados aos homens dos destinados às mulheres. Foi ela quem primeiro criticou as imposições sociais às mulheres, quem trouxe à tona a não naturalidade de existir “lugares” predefinidos para homens e para mulheres. Entretanto, chama a atenção o fato que, mesmo após mais de oito décadas do surgimento de suas ideias, a opressão de gênero ainda existe, o patriarcado ainda está impregnado em nossa sociedade, e o que mudou foram apenas os mecanismos utilizados para materializá-lo.

Esse tópico fundamenta-se no livro *O segundo sexo* (1980a, 1980b), de Simone de Beauvoir, publicado em dois volumes, no qual a autora discute a condição feminina na sociedade patriarcal.

3.1.1 A mulher como o “Outro”

Ao refletir sobre a construção da identidade feminina, Beauvoir (1980a, 1980b) mostra como, desde cedo, a mulher é posicionada como o “Outro” em relação ao sujeito universal masculino, cujo privilégio é naturalizado desde a infância. “O privilégio masculino é evidente desde a infância, pois a realização de sua humanidade não entra em conflito com sua identidade como homem” (Beauvoir, 1980b, p. 452). A educação e a socialização feminina, nesse contexto, geram um conflito entre individualidade e expectativas sociais, levando as mulheres a priorizar o desejo de agradar e a renunciar à própria autonomia.

No ambiente escolar, essa desigualdade se manifesta quando meninas são frequentemente inferiorizadas, enquanto pais e professores reforçam, muitas vezes de forma implícita, a ideia de que seu desempenho é naturalmente inferior ao dos meninos em determinadas áreas. Conforme analisa Beauvoir (1980a, 1980b), ao internalizarem essas representações sociais, muitas meninas passam a acreditar que suas capacidades são limitadas, deixando de confiar em seu próprio potencial intelectual. As consequências disso são o comprometimento da autoconfiança nos estudos, algo que se prolonga na vida profissional, contexto em que muitas enfrentam dificuldades para se impor, aceitar desafios e alcançar posições de maior destaque, o que contribui para a sub-representação feminina em determinadas áreas e perpetua a desigualdade no mercado de trabalho. Nesse sentido, ela afirma:

Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia (Beauvoir, 1980b, p. 22).

Assim, “Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto – ela é o Outro” (Beauvoir, 1980a, p. 10). Nesse processo, a mulher é levada a renunciar às suas aspirações como sujeito soberano para corresponder às expectativas de feminilidade, sendo reduzida a objeto e presa. Beauvoir (1980a, 1980b) complementa que, historicamente, o corpo da mulher foi tratado como um objeto de compra, sendo percebido por ela mesma como um capital a ser explorado. A autora deixa claro, em sua obra, seu posicionamento crítico frente à visão de mundo que estabelece as mulheres como “sexo frágil”. Ela descreve que pertencer ao segundo sexo já implica uma visão objetificada do “sexo”. Essa concepção de alteridade é central em sua obra, em que ela explica que a mulher é descrita não como um ser autônomo, mas como algo que só encontra significado em relação ao homem. Essa construção sustenta práticas sociais ao longo da história que negam às mulheres a possibilidade de se afirmarem como sujeitos plenos.

A autora questiona as atribuições que são dadas às mulheres, como cuidar da casa e dos filhos, das que são dadas aos homens, como frequentar bibliotecas e reuniões sociais. Para ela esse “lugar” é atribuído às mulheres bem antes delas se entenderem como mulheres, o que dificulta ultrapassar essa barreira.

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo o ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto a sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (Beauvoir, 1980a, p. 23).

Nesse horizonte, é fundamental refletir sobre a inserção das mulheres no espaço acadêmico, compreendendo-o como um campo que carrega marcas profundas de desigualdade histórica. Como aponta Beauvoir (1980a, 1980b), a igualdade entre homens e mulheres é muitas vezes evocada apenas em termos abstratos, mas, diante de situações de disputa e conflito, sobressaem os argumentos que reforçam a diferença como mecanismo de exclusão.

Essa lógica se reproduziu na Ciência, na qual a presença feminina foi constantemente questionada, silenciada ou minimizada. Hoje, mesmo diante dos avanços conquistados, permanecem tensões que dificultam a plena participação e o

reconhecimento das mulheres, revelando que as estruturas acadêmicas ainda são atravessadas por hierarquias de gênero. Com isso, a autora observa que muitos homens adotam uma postura contraditória: afirmam que as mulheres são iguais aos homens e, portanto, não têm motivos para reivindicações, enquanto simultaneamente defendem que as mulheres jamais poderão alcançar essa igualdade, tornando suas reivindicações inúteis. Ela destaca que os homens até viam as mulheres como capazes, as tratavam como “iguais”, mas sempre inferiorizando-as.

Quando tem para com a mulher uma atitude de colaboração e benevolência, ele tematiza o princípio da igualdade abstrata; e a desigualdade concreta que verifica, não a põe. Mas, logo que entra em conflito com a mulher, a situação se inverte: ele tematiza a desigualdade concreta e dela tira autoridade para negar a igualdade abstrata (Beauvoir, 1980a, p. 20).

Com isso, os conflitos entre homens e mulheres decorrem do fato de que ambos lidam de maneira ambígua com a desigualdade de gênero. Enquanto as mulheres recorrem à ideia de uma igualdade abstrata, garantida em discursos e leis, os homens se apoiam na desigualdade concreta, que ainda se manifesta na realidade social e nas relações de poder (Beauvoir, 1980a, 1980b). Esse contraste evidencia como a noção de igualdade muitas vezes serve para mascarar a manutenção do favorecimento masculino, a posição subordinada da mulher, e manter as desigualdades de classe, tornando a luta por equidade um desafio constante.

A ideia de que “a mulher se torna mulher”, e não nasce como tal, é outra contribuição de Beauvoir (1980a, 1980b). Para ela:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, económico, define a sociedade, é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (Beauvoir, 1980b, p. 9).

Segundo Beauvoir (1980a, 1980b), a história da mulher, por estar vinculada às funções biológicas, é mais influenciada pelo destino fisiológico do que a do homem. No entanto, as diferenças entre os gêneros resultam de construções sociais, e não de determinações naturais. Normas culturais moldam a existência feminina em papéis subordinados, perpetuando desigualdades. Nesse sentido, Beauvoir (1980a, 1980b) afirma que a posição da mulher não pode ser explicada apenas pelo discurso biológico, pois o corpo feminino adquire significado apenas no contexto histórico e

social. A questão de ser o “Outro” só se compreende à luz da forma como a humanidade estruturou sua condição.

3.1.2 Objetificação, controle e patriarcado

A objetificação da mulher, analisada por Beauvoir, é uma das ferramentas centrais de controle do homem sobre o corpo feminino. A mulher é frequentemente tratada como um objeto de desejo, valorizada exclusivamente pela sua aparência e sexualidade, o que desumaniza e limita seu papel na sociedade. Como afirma:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; assim é chamada “o sexo” para significar que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela é-o absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o não essencial perante o essencial (Beauvoir, 1980a, p. 10).

O patriarcado, aqui, é compreendido como um sistema histórico de organização social baseado na dominação masculina, que estrutura relações de poder, define papéis de gênero e legitima hierarquias entre homens e mulheres. Não se trata de um modelo familiar ou de uma configuração privada, mas de uma lógica estrutural que atravessa instituições sociais, políticas, econômicas e simbólicas, naturalizando a autoridade masculina e a subordinação feminina. O patriarcado, portanto, opera como matriz organizadora das desigualdades de gênero, sustentando mecanismos de controle sobre o corpo, a sexualidade, o trabalho e a produção de conhecimento das mulheres.

A subordinação feminina, portanto, não é apenas fruto de práticas contemporâneas, mas está profundamente enraizada em construções históricas, culturais e sociais. Nesse sentido, a análise de Beauvoir (1980a, 1980b) destaca como, desde os primórdios do patriarcado, os homens mantiveram o controle sobre os poderes concretos, estabelecendo normas que perpetuam a dependência e a alteridade das mulheres ao longo do tempo.

Ela afirma que “[...] é o código masculino, é a sociedade elaborada pelos homens em obediência a seu interesse, que definem a condição feminina sob uma forma que é, presentemente, uma fonte de tormentos para ambos os sexos” (Beauvoir, 1980a, p. 246). Beauvoir (1980a) complementa que, embora frequentemente se estabeleça uma oposição entre o mundo feminino e o universo masculino, as

mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e independente; ao contrário, sempre estiveram inseridas, ocupando posições de subordinação, em uma coletividade historicamente governada pelos homens.

Ao longo de sua obra, Beauvoir (1980a, 1980b) faz uma análise profunda das estruturas do patriarcado, que não é um modelo familiar ou social, mas um sistema de dominação que organiza as relações sociais de forma a perpetuar a supremacia masculina. Essa dominação se concretiza especialmente na instituição da família patriarcal, onde a mulher é subjugada, reduzida ao papel de propriedade, e sua autonomia é anulada em favor dos interesses masculinos. Beauvoir (1980a, 1980b) sintetiza assim essa dinâmica: “É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família, a mulher é oprimida” (1980a, p. 75). Com o advento da propriedade privada, o homem passou a buscar a garantia de descendência legítima para a transmissão de sua herança, o que levou ao controle da sexualidade feminina. Esse controle, segundo Beauvoir (1980a), restringiu a liberdade das mulheres e consolidou sua posição de dependência dentro de um sistema que perpetua a supremacia masculina.

O sistema mantém desigualdades por meio de instituições como a família, a religião e o Estado, que reforçam normas e práticas que marginalizam as mulheres. No âmbito político, por exemplo, o patriarcado é evidente na sub-representação das mulheres em cargos de liderança. Já na esfera privada, manifesta-se por meio da desigual divisão de tarefas domésticas, que sobrecarrega as mulheres e limita suas oportunidades profissionais. Nesse cenário, surgem iniciativas que buscam ampliar a presença e a valorização das mulheres em diferentes campos, como editais específicos para pesquisadoras ou programas intitulados “Mulheres na Ciência”⁷. Tais ações representam avanços importantes na tentativa de corrigir desigualdades históricas ao oferecer oportunidades de inserção e reconhecimento às cientistas. No entanto, é preciso destacar que essas estratégias também se configuram como mecanismos controlados pelo próprio sistema patriarcal, uma vez que partem da lógica de que as mulheres precisam de espaços “à parte” para se legitimar. Assim, ao mesmo tempo que promovem maior visibilidade, podem reforçar a ideia de exceção e, conseqüentemente, manter intactas as estruturas desiguais que limitam o acesso e a permanência plena das mulheres na Ciência e na academia.

⁷ Para mais informações sobre programas e projetos de incentivo à presença de mulheres na Ciência, consulte o portal do Ministério das Mulheres, disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br>.

3.1.3 Casamento e maternidade

Beauvoir (1980a, 1980b) analisa o casamento como uma instituição historicamente marcada pela opressão e desigualdade de gênero. Para ela, o modelo tradicional subordinava as mulheres aos homens e as confinava a papéis que atendiam às demandas da sociedade patriarcal, em detrimento de sua autonomia. Educadas a considerar o matrimônio como destino inevitável, eram transformadas em objetos da supremacia masculina: “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento” (Beauvoir, 1980b, p. 165).

A filósofa mostra que essa instituição se fundamentava em uma lógica de propriedade, na qual a mulher passava da autoridade do pai para a do marido, sendo tratada como instrumento de reprodução e guardiã do lar. “A jovem apresenta-se, pois, como absolutamente passiva; ela é casada, dada, em casamento pelos pais” (Beauvoir, 1980b, p. 168). Assim, o casamento configurava uma aliança social e econômica que frequentemente anulava a individualidade feminina.

Como ela destaca: “[...] para a maioria das jovens [...] a conquista de um marido [...] torna-se uma empresa dia a dia mais urgente” (Beauvoir, 1980b, p. 106), pois, ao mesmo tempo, “[...] tudo contribui para frear sua ambição pessoal, enquanto uma enorme pressão social a convida a encontrar uma posição social no casamento, uma justificação” (Beauvoir, 1980b, p. 107-108). Dessa forma, o casamento é imposto como o único caminho legítimo para a mulher, limitando suas escolhas e aspirações individuais.

Nesse contexto, Beauvoir (1980a, 1980b) critica a idealização do casamento, argumentando que ele frequentemente leva à frustração para a mulher. Segundo a filósofa, a pressão social para casar e ter filhos reforça a ideia de que o valor da mulher está essencialmente ligado às funções de esposa e mãe, ou seja, às suas funções biológicas e fisiológicas. Além dos inúmeros limites impostos às mulheres, a mulher casada enfrenta barreiras adicionais, como as que surgem quando ela busca se inserir no mercado de trabalho, pois continua carregando sozinha a responsabilidade pelas tarefas domésticas e familiares. Como destaca Beauvoir, “[...] a situação da esposa é muito mais ingrata do que outrora, porque ela tem ainda os mesmos deveres, mas não os mesmos direitos” (Beauvoir, 1980b, p. 209).

Mesmo aquelas que encontram na profissão uma verdadeira independência enfrenta desafios, já que, para muitas, o trabalho “fora de casa” representa apenas

mais uma fonte de exaustão. Além disso, o nascimento dos filhos frequentemente as obriga a se confinar ao papel de mãe, pois “[...] é atualmente muito difícil conciliar trabalho com maternidade” (Beauvoir, 1980b, p. 209). A autora complementa:

Se atualmente muitas vezes a mulher tem dificuldade em conciliar o ofício, que a retém durante horas fora do lar e lhe toma todas as forças, com o interesse de seus filhos, é porque, por um lado, o trabalho feminino é ainda frequentemente uma escravidão, e, por outro, porque nenhum esforço se fez para assegurar o cuidado, a guarda, a educação das crianças fora do lar (Beauvoir, 1980b, p. 293).

Essa situação revela como a sociedade ainda sobrecarrega a mulher com responsabilidades domésticas e familiares, sem oferecer suporte para que concilie vida pessoal e profissional. Como observa Beauvoir (1980b, p. 463), é ela quem, na maior parte do tempo, sustenta a harmonia do lar, cuidando sozinha da casa e da educação das crianças, enquanto tais obrigações não são naturalmente atribuídas ao homem.

De fato, Beauvoir (1980b) afirma que o casamento proporciona ao homem um equilíbrio entre progresso e estabilidade. Ele vive mudanças em sua vida profissional e política, mas encontra no lar um ponto de ancoragem, um refúgio ao qual retorna, em que a mulher se encarrega do cuidado com a casa e dos filhos. Para a mulher, porém, o casamento tende a restringir sua atuação na manutenção da vida doméstica e na repetição das tarefas cotidianas, vinculadas à esfera privada. Nesse contexto, suas possibilidades de intervir no mundo exterior tornam-se limitadas, e sua transcendência para a coletividade ocorre frequentemente mediada pela figura do esposo.

Ainda com relação ao casamento, Beauvoir (1980b) complementa que os sucessos e fracassos da vida conjugal possuem um peso diferente para cada um dos sexos, sendo muito maior para a mulher do que para o homem. Isso ocorre porque o homem, antes de ser marido, é cidadão e produtor, enquanto a mulher é vista, em primeiro lugar, e muitas vezes de forma exclusiva, como esposa. Diferentemente do homem, cujo trabalho o posiciona em um contexto à parte do casamento, o valor da mulher está diretamente relacionado à sua posição conjugal. Pois, de acordo com Beauvoir (1980b), o marido geralmente ocupa uma posição de superioridade social em relação à esposa e, muitas vezes, também aparenta possuir uma superioridade

intelectual. Ele tem vantagem sobre a mulher no que diz respeito à cultura ou, pelo menos, à formação profissional, pois a ela foi interdito o acesso a ambas.

Beauvoir (1980a, 1980b) destaca que a emancipação feminina passa necessariamente pela desconstrução do casamento como instituição opressora. A autora defende que as mulheres tenham o direito de escolher seus próprios caminhos, seja casando, seja permanecendo solteiras ou vivendo relações não convencionais, sem que sejam julgadas ou marginalizadas pela sociedade. Ela destaca que é “[...] pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação ‘natural’” (Beauvoir, 1980b, p. 248). Com isso, a autora afirma que a inferioridade atribuída à mulher tem suas origens no fato de ela ter sido historicamente limitada a repetir a vida por meio da maternidade, enquanto o homem criava razões para viver que eram consideradas mais significativas do que a simples existência. Nesse sentido, reduzir a mulher exclusivamente ao papel de mãe é perpetuar essa condição de desigualdade (Beauvoir, 1980b).

Ao fazer uma análise profunda de como a maternidade é utilizada pela sociedade como um mecanismo para restringir a liberdade das mulheres e reforçar papéis de gênero tradicionais, a autora destaca que a sociedade apresenta a maternidade como um “destino natural” e glorioso, que dá sentido à existência feminina. No entanto, ela denuncia que essa idealização muitas vezes resulta na negação da autonomia e das possibilidades de realização pessoal da mulher. A autora ressalta que a imposição desse papel não é apenas um reflexo de uma suposta biologia feminina, mas uma construção social que aprisiona a mulher em um ciclo de dependência e subserviência. Ao ser socialmente condicionada a priorizar a maternidade e os cuidados domésticos, a mulher é afastada de outras formas de realização, especialmente na esfera pública e profissional. Essa limitação está enraizada em fatores históricos, como ela observa, ao afirmar que a “[...] razão profunda que, na origem da história, vota a mulher ao trabalho doméstico e a impede de participar da construção do mundo é sua escravização à função geradora” (Beauvoir, 1980b, p. 153). Como Beauvoir complementa:

Os trabalhos domésticos a que está votada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo (Beauvoir, 1980a, p. 83).

A filósofa também destaca as contradições da idealização da maternidade: enquanto é celebrada como a expressão máxima da feminilidade, as dificuldades enfrentadas pelas mães são frequentemente negligenciadas. A falta de suporte social, a sobrecarga do trabalho doméstico e a ausência de políticas que permitam às mulheres conciliar maternidade e carreira criam barreiras para a emancipação feminina: “Voltada à procriação e às tarefas secundárias, despojada de sua importância prática de seu prestígio místico, a mulher não passa desde então de uma serva” (Beauvoir, 1980a, p. 100). Todo esse contexto influencia na inserção, na permanência e na ascensão das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam inúmeras barreiras. A ausência de políticas públicas adequadas para o cuidado infantil, por exemplo, agrava esse cenário, como aponta Beauvoir (1980b):

Cumprir acrescentar que, por falta de creches, de parques infantis convenientemente organizados, basta um filho para paralisar inteiramente a atividade da mulher; ela só pode continuar a trabalhar abandonando a criança aos pais, a amigos ou a criados. Tem que escolher entre a esterilidade, muitas vezes sentida como uma dolorosa frustração, e encargos dificilmente compatíveis com o exercício de uma carreira (Beauvoir, 1980b, p. 466).

Essa realidade leva muitas mulheres a optar pela não maternidade, como forma de preservar suas trajetórias profissionais, uma vez que as estruturas sociais e institucionais ainda não oferecem o suporte necessário para que carreira e maternidade coexistam de maneira equilibrada. Assim, a escolha por não ter filhos, embora dolorosa para algumas, surge como alternativa para escapar dos encargos que dificultam a continuidade e o progresso de suas atividades profissionais. Nesse contexto, Beauvoir (1980a, 1980b) critica a estigmatização das mulheres que optam por não exercer a maternidade, apontando que, na visão social dominante (masculina), essa escolha frequentemente é percebida como rejeição à essência feminina e até como ato desumano. Ela reflete sobre como essa pressão reforça a ideia de que o valor da mulher está essencialmente associado à sua capacidade de gerar e cuidar de filhos. Dessa forma, as mulheres que decidem seguir outros caminhos acabam sendo marginalizadas, em um processo que limita sua liberdade de escolha e perpetua estereótipos rígidos sobre o papel feminino na sociedade. Como ela aponta:

Algumas também, sem rechaçar com desgosto a maternidade, são por demais absorvidas pela sua vida amorosa ou por uma carreira, para que lhe

reservem um lugar na existência. Têm medo do fardo que o filho representaria para elas ou para o marido (Beauvoir, 1980b, p. 259).

Assim, a filósofa nos convida a refletir sobre a maternidade, não como destino fixo, mas como escolha que deve ser acompanhada de condições que respeitem a autonomia e a dignidade das mulheres. Para isso, é necessário romper com os paradigmas culturais que naturalizam e glorificam a subordinação feminina, muitas vezes mascarada pelo discurso do amor maternal.

3.1.4 A mulher e o mercado de trabalho

As mulheres enfrentam inúmeros desafios ao construir suas trajetórias profissionais, muitas vezes conciliando as exigências tradicionais da feminilidade com a busca por reconhecimento e sucesso no mercado de trabalho. Ao longo da história, seu papel esteve frequentemente limitado ao espaço doméstico, e mesmo com os avanços conquistados, ainda há desigualdades significativas no ambiente profissional. Como destaca Beauvoir:

Quando se julgam as realizações profissionais da mulher e quando a partir delas se pretende antecipar-lhe o futuro, cumpre não perder de vista esse conjunto de fatos. É no seio de uma situação atormentada, escravizada ainda aos encargos tradicionalmente implicados na feminilidade, que ela se empenha numa carreira (Beauvoir, 1980b, p. 467).

Ao longo dos anos, a luta feminista conquistou avanços significativos, permitindo que as mulheres enfrentassem menos dificuldades para se afirmar na sociedade e no mercado de trabalho. No entanto, conforme destacado por Beauvoir (1980a, 1980b), as mulheres ainda não conseguiram superar completamente as limitações historicamente impostas à sua identidade feminina, que por séculos as restringiram.

Beauvoir (1980a, 1980b) reconhece os avanços proporcionados pelas lutas feministas, mas destaca que a luta pela igualdade de gênero ainda enfrenta resistências significativas. Para ela, mesmo as mulheres que conquistam espaço profissional não usufruem das mesmas vantagens e reconhecimento de que gozam os homens, afirmando que “[...] as que têm uma profissão séria não tiram dela os mesmos benefícios sociais que os homens” (Beauvoir, 1980b, p. 247). Nesse sentido,

a filósofa evidencia como as transformações sociais convivem com a persistência de padrões conservadores, que continuam a dificultar a plena emancipação feminina.

Tais avanços ampliaram as oportunidades para as mulheres, permitindo que elas ocupem alguns espaços, podendo, por exemplo, estudar e praticar esportes de maneira mais comum. No entanto, ela ressalta que essas conquistas ainda vêm acompanhadas de expectativas contraditórias, pois, enquanto se exige que as mulheres busquem êxito, espera-se também que preservem sua feminilidade. Como ela observa:

Hoje, graças às conquistas do feminismo, torna-se dia a dia mais normal encorajá-la a estudar, a praticar esporte; mas perdoam-lhe mais do que ao menino o fato de malograr; tornam-lhe mais difícil o êxito, exigindo dela outro tipo de realização: querem, pelo menos, que ela seja também uma mulher, que não perca sua feminilidade (Beauvoir, 1980b, p. 23).

Ademais, Beauvoir analisa como as expectativas sociais impostas às mulheres desde a juventude impactam seu desenvolvimento e oportunidades. A partir da puberdade, as jovens começam a enfrentar barreiras que limitam seu potencial em diversas áreas, especialmente nos domínios intelectuais e artísticos. Sobre isso, a autora observa:

A partir da puberdade a jovem perde terreno nos domínios intelectuais e artísticos. Há muitas razões para isso. Uma das mais frequentes está em que a adolescente não encontra em volta de si os incentivos que oferecem a seus irmãos; ao contrário: querem que ela seja também uma mulher e é-lhe preciso acumular as tarefas de seu trabalho profissional com as que sua feminilidade implica (Beauvoir, 1980b, p. 71).

Essa limitação reflete o temor masculino diante de mulheres que rompem com as expectativas tradicionais. Afinal, “[...] os homens não gostam [...] de mulher culta, nem de mulher que sabe o que quer: ousadia demais, cultura, inteligência, caráter, assustam-nos” (Beauvoir, 1980b, p. 73). Para garantir sua posição de superioridade, os homens restringem os espaços das mulheres, exigindo que elas se conformem a um ideal de feminilidade que, segundo a autora, significa “[...] mostrar-se impotente, fútil, passiva, dócil” (Beauvoir, 1980b, p. 73).

A exclusão histórica das mulheres de áreas ligadas à racionalidade, abstração e experimentação não é natural, mas resultado de um processo de socialização que as direcionou ao cuidado e à esfera doméstica. Esse afastamento reflete um modelo

que associa o masculino ao controle e ao domínio da natureza, enquanto o feminino é relegado à submissão. Nesse sentido, Beauvoir afirma: “As mulheres não têm domínio sobre o mundo masculino porque sua experiência não lhes ensina a manejar a lógica e a técnica: inversamente, o poder dos instrumentos masculinos abole-se às fronteiras do domínio feminino” (Beauvoir, 1980b, p. 377). Essas exclusões são reforçadas por discursos que tratam as diferenças de gênero como sendo biológicas. Entretanto, Beauvoir ressalta que as capacidades humanas não são determinadas pelo sexo, mas moldadas por contextos sociais e culturais. Nesse processo, as mulheres foram associadas a áreas vistas como “Ciências femininas”, como as Humanas, Sociais e as da Saúde, em oposição aos campos de maior prestígio intelectual, dominados pelos homens. Nesse contexto, ela reflete sobre a relação da mulher com a autoridade masculina, destacando:

No terreno da abstração e da lógica, a mulher resigna-se amiúde a aceitar a autoridade masculina; mas quando se trata de ideias, de hábitos que a interessam realmente, ela lhe opõe uma tenacidade matreira (Beauvoir, 1980b, p. 224).

Essas representações impactam diretamente o espaço acadêmico e profissional, restringindo a inserção feminina em campos ligados ao raciocínio lógico e à experimentação científica, como Engenharias, Tecnologias e Ciências Exatas. Como resultado, as mulheres permanecem sub-representadas nessas áreas, enquanto são direcionadas para setores menos valorizados em termos de prestígio institucional e de remuneração. Essa divisão reforça uma hierarquia de gênero que atravessa tanto as escolhas individuais quanto a própria estrutura universitária e do mercado de trabalho.

Para a filósofa, a liberdade feminina exige a desconstrução das hierarquias de gênero, de modo que as mulheres possam escolher suas áreas de atuação sem restrições impostas por expectativas sociais. Essa transformação é condição para a igualdade e a autonomia, permitindo que cada uma trace seu percurso conforme seus próprios desejos. A persistência da desigualdade reflete um problema estrutural que vai além da simples inclusão de mulheres, trata-se de reconhecer e implementar uma igualdade real, capaz de romper com as barreiras históricas e sociais que as limitam. Nesse sentido, Beauvoir (1980b, p. 332) afirma: “É muito difícil a uma mulher agir como uma igual ao homem quando essa igualdade não está universalmente

reconhecida e concretamente realizada”. Além disso, ela ainda ressalta que as soluções aparentes e superficiais oferecidas são apenas falsas evasões, que não permitem à mulher ser, de fato, dona de seu próprio destino.

Beauvoir (1980a, 1980b) questiona a suposta inferioridade intelectual feminina ao afirmar que a ausência de grandes obras produzidas por mulheres não decorre de falta de talento, mas da exclusão sistemática que lhes negou a possibilidade de desenvolver e expressar suas capacidades. Nesse sentido, adverte que “[...] os fatos históricos não devem ser tomados como verdades eternas”, pois resultam de contextos sociais e culturais em constante transformação. Sua reflexão se intensifica ao perguntar: “Como as mulheres poderiam jamais ter tido gênio, quando toda possibilidade de realizar uma obra genial – ou mesmo uma obra simplesmente – lhe era recusada?” (Beauvoir, 1980b, p. 482).

Ao discutir a ausência feminina em determinados campos, Beauvoir (1980a, 1980b) evidencia que não se trata de incapacidade, mas de silenciamento e marginalização. Para ela, atribuir essa ausência a uma suposta falta de habilidade significa perpetuar uma visão distorcida e injusta da realidade. A filósofa também questiona se mudanças nas leis, instituições e costumes seriam suficientes para garantir igualdade efetiva: “Mas bastará mudar as leis, as instituições, os costumes, todo o contexto social para que mulheres e homens se tornem realmente semelhantes?” (Beauvoir, 1980b, p. 494). Ela conclui que a mulher não é naturalmente submissa, mas produto de construções históricas que a moldaram conforme fatores sociais e culturais. Assim, se tais condições tivessem sido outras, os resultados também teriam sido distintos, demonstrando que as limitações impostas às mulheres derivam da estrutura social, e não de uma essência imutável (Beauvoir, 1980b, p. 494).

Outro fator que requer destaque é a independência econômica da mulher, que é um passo fundamental para sua emancipação, mas não garante, por si só, a igualdade plena em relação ao homem. Aspectos sociais, morais e psicológicos ainda impõem barreiras que dificultam essa equiparação, como destaca Beauvoir (1980b, p. 451): “A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem”.

Isso nos leva à desigualdade salarial, que é uma das faces mais visíveis da opressão sistêmica enfrentada pelas mulheres. Beauvoir (1980a), evidencia como as desigualdades de gênero se refletem diretamente nas estruturas econômicas e profissionais da sociedade. Para a autora, homens e mulheres não partem do mesmo

ponto de partida na competição por oportunidades, uma vez que os homens historicamente ocupam posições mais vantajosas e desfrutam de privilégios estruturais que limitam o acesso das mulheres a espaços de poder e decisão. Essa disparidade é especialmente visível no mercado de trabalho, onde os homens dominam os cargos mais importantes, recebem salários mais altos e têm maiores chances de ascensão, perpetuando um sistema de exclusão feminina. E em seu tempo, Beauvoir já dizia:

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes (Beauvoir, 1980a, p. 14-15).

De acordo com Beauvoir (1980a, 1980b), a construção da liberdade feminina não ocorre de maneira espontânea, mas exige a ação humana dentro das condições já existentes no mundo. Cabe aos indivíduos lutar para que essa liberdade prevaleça, promovendo mudanças que levem à sua concretização. Dessa forma, a verdadeira libertação da mulher no âmbito profissional e social não significa romper completamente os laços que a conectam ao homem, mas sim redefini-los de maneira equitativa, garantindo que ela não seja reduzida apenas às relações que mantém com ele. O reconhecimento de sua autonomia e capacidade de existir para si mesma é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma Beauvoir:

Libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir também para ele: reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá entretanto um outro para o outro (Beauvoir, 1980b, p. 500).

Enfrentar a desigualdade de gênero nas Ciências exige um compromisso com a igualdade de oportunidades, promovendo ações que desafiem estereótipos de gênero e valorizem o potencial feminino. Essa transformação passa pela desconstrução de barreiras culturais e sociais, permitindo que as mulheres ocupem plenamente esses espaços e contribuam de forma significativa para a educação.

3.2 O FEMINISMO DE BELL HOOKS

bell hooks foi uma intelectual, escritora e ativista feminista norte-americana, nascida em 1952 no estado de Kentucky, nos Estados Unidos da América, cuja obra exerceu impacto significativo nos estudos de gênero, raça e classe. Autora de livros, ensaios e reflexões que articulam teoria crítica e engajamento político, hooks destacou-se por propor uma visão interseccional das opressões, evidenciando como racismo, sexismo e desigualdade social se entrelaçam na experiência das mulheres, especialmente das negras.

A decisão de grafar seu nome em letras minúsculas foi intencional e carregada de sentido político: segundo a própria autora, tratava-se de deslocar a ênfase da individualidade para a força coletiva de suas ideias, privilegiando o conteúdo de sua obra em vez da construção de uma imagem pessoal ou de celebridade intelectual. Além disso, hooks adotou como pseudônimo o nome de sua bisavó materna, Bell Blair Hooks, como forma de homenagear a tradição feminina de sua família, ao mesmo tempo que ressignificava essa herança dentro de um projeto crítico de transformação social.

A partir dessa perspectiva identitária e política, suas reflexões teóricas são profundamente engajadas, voltadas à crítica das estruturas de opressão. Em seus escritos, hooks (2019) define o feminismo como um movimento voltado para a eliminação do sexismo, da exploração sexista e da opressão em todas as suas formas, e não apenas como uma luta por direitos iguais entre homens e mulheres. Para ela, deve-se evitar a concepção equivocada de que os homens são os inimigos do feminismo. Ao apontar o sexismo como o verdadeiro problema, a autora enfatiza que tanto homens quanto mulheres podem perpetuá-lo, independentemente da idade, e destaca a necessidade de compreender o sexismo para entender o feminismo. Para ela, o sexismo está interligado ao racismo e ao classicismo, criando diferentes graus de opressão, dependendo da posição social de cada mulher. Ela critica a visão simplista de que o sexismo afeta todas as mulheres da mesma maneira, afirmando que: “O sexismo é, sem dúvida, um sistema de dominação institucionalizado, mas nunca foi capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade” (hooks, 2019, p. 32). Segundo a autora:

O feminismo luta para acabar com a opressão sexista. E, assim, está necessariamente comprometido com a erradicação da ideologia de

dominação que permeia a cultura ocidental em seus vários níveis, bem como com uma reorganização da sociedade em decorrência da qual o autodesenvolvimento das pessoas possa ter primazia sobre o imperialismo, a expansão econômica e os desejos materiais (hooks, 2019, p. 56).

Nesse sentido, hooks (2019, p. 85) argumenta que o sexismo se manifesta de diferentes formas, tanto entre homens e mulheres quanto nas relações entre as próprias mulheres. Enquanto, na maioria das vezes, ele se expressa como dominação masculina, resultando em discriminação, exploração e opressão, entre as mulheres ele se reflete na desconfiança, na competitividade e em posturas defensivas.

A autora destaca que o sexismo influencia comportamentos diversos, desde a forma como algumas mulheres se sentem ameaçadas por outras, sem motivo, até o desprezo por aquelas que adotam diferentes perspectivas sobre sexualidade e trabalho. Além disso, ele leva à desvalorização do trabalho doméstico em favor de uma visão idealizada da carreira e perpetua estereótipos rígidos de dominação e submissão. Assim, hooks (2019) aponta que o sexismo ensina as mulheres a se voltarem contra si mesmas, guiando, consciente ou inconscientemente, suas interações cotidianas.

Além disso, hooks (2019) argumenta que o combate ao sexismo não deve ser apenas uma luta das mulheres, mas sim de toda a sociedade, incluindo os homens, que também são afetados por normas de gênero. Para ela, o feminismo precisa educar homens e mulheres para desconstruir o sistema patriarcal e acabar com a opressão sexista. No entanto, para que esse movimento feminista politizado e de massa se fortaleça, é fundamental que as próprias mulheres superem as barreiras que as dividem. Como ela destaca:

Para construir um movimento feminista politizado, de massa, as mulheres precisam se esforçar mais para superar a alienação que existe entre elas mesmas e se livrar dos grilhões da educação sexista, como, por exemplo, a homofobia, o julgamento com base na aparência, o conflito entre as mulheres devido a práticas sexuais (hooks, 2019, p. 87-88).

hooks (2020, p. 25) enfatiza que o feminismo não é uma característica inata das mulheres, mas sim uma posição política adquirida por meio da escolha e da ação. O fato de nascer do sexo feminino não torna automaticamente alguém feminista, pois todas as pessoas, independentemente do gênero, são socializadas dentro de um sistema patriarcal que naturaliza valores e pensamentos sexistas. Quando as

mulheres começaram a se organizar para discutir o sexismo e a dominação masculina, tornaram-se conscientes de que também haviam sido ensinadas a perpetuar essas ideologias, ainda que, diferentemente dos homens, não se beneficiassem delas da mesma maneira. Como os privilégios do patriarcado favorecem os homens, é menos provável que eles desejem abrir mão dessas vantagens. hooks (2020) afirma que a superação do patriarcado exige, antes de tudo, uma transformação interna das mulheres, por meio de um processo de conscientização que revele como a dominação masculina está enraizada na sociedade e se manifesta no cotidiano. Para a autora, o feminismo não se reduz a uma identidade automática das mulheres, mas constitui um compromisso político baseado em aprendizado e ação coletiva. Nesse sentido, ela enfatiza:

O pensamento e o comportamento sexistas são as ameaças, os inimigos. Enquanto mulheres assumirem a bandeira de políticas feministas sem abordar e transformar seu próprio sexismo, o movimento fica prejudicado (hooks, 2020, p. 31).

Apesar dos avanços na inserção das mulheres no mercado de trabalho e em posições de chefia familiar, o patriarcado ainda estrutura o imaginário social. Para hooks (2020), a conscientização feminista dos homens é tão essencial quanto o trabalho realizado entre as mulheres. Ela ressalta que, se houvesse maior esforço em educar meninos e homens sobre o sexismo e suas formas de superação, o feminismo não teria sido tão facilmente retratado pela mídia como um “movimento anti-homens” (hooks, 2020, p. 30). Isso evidencia que o feminismo não busca inverter a hierarquia de gênero, mas erradicar o sexismo como sistema opressor que afeta toda a sociedade. A ausência de maior engajamento masculino, contudo, permitiu que discursos distorcidos se consolidassem, obscurecendo o verdadeiro propósito do movimento: construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas. Ela enfatiza a importância do apoio dos homens ao pensamento feminista ao afirmar:

Homens de todas as idades precisam de ambientes em que sua resistência ao sexismo seja reafirmada e valorizada. Sem ter homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir (hooks, 2020, p. 31).

A disseminação de uma compreensão distorcida do feminismo é um dos maiores desafios do movimento, em grande parte devido à mídia convencional, que reforça interpretações reducionistas e equivocadas. Muitas vezes, o feminismo é

limitado à busca por igualdade salarial ou à divisão do trabalho doméstico, ignorando que o sexismo é um problema estrutural e sistêmico (hooks, 2020). Para hooks (2020), a superação desse cenário depende da construção de um movimento de massa comprometido com a educação feminista para todas as pessoas, mulheres e homens. Sem isso, teoria e prática feministas permanecem vulneráveis à desinformação produzida pelos meios de comunicação dominantes.

A autora destaca que, desde o início, houve polarização no movimento: enquanto feministas reformistas buscavam igualdade dentro do sistema vigente, feministas revolucionárias defendiam a erradicação do patriarcado (hooks, 2020). Contudo, a mídia deu visibilidade apenas à vertente reformista, consolidando no imaginário social a ideia de que o feminismo visava apenas aos privilégios masculinos. Com isso, a luta por uma transformação estrutural mais ampla foi marginalizada, ofuscando o caráter libertador do feminismo para toda a sociedade. Para ela:

O pensamento feminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reforma e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista (hooks, 2020, p. 21).

hooks (2020) argumenta que o feminismo reformista, ao focar na igualdade dentro do sistema vigente, acabou servindo como um meio de ascensão social para algumas mulheres, sem necessariamente desafiar as estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam a opressão de gênero. Enquanto o pensamento feminista mais radical e visionário era silenciado pelo patriarcado capitalista de supremacia branca, algumas feministas reformistas também contribuíram para essa marginalização, pois sua luta estava centrada na obtenção de direitos individuais dentro da estrutura existente, e não na sua transformação. Dessa forma, essas mulheres conquistaram maior liberdade no mercado de trabalho e puderam escolher estilos de vida mais autônomos, mas sem romper com o sexismo estrutural.

Além disso, hooks (2020) destaca que essa liberdade foi sustentada pela exploração contínua de mulheres de classes mais baixas, que permaneciam relegadas a trabalhos precarizados e mal remunerados. Quando aceitam essa hierarquia, feministas reformistas deixaram de combater a opressão e se aliaram, consciente ou inconscientemente, ao sistema patriarcal e sexista. A autora observa que algumas mulheres, ao alcançar independência econômica, puderam viver uma

“vida dupla”, usufruindo de igualdade no mercado de trabalho, mas mantendo privilégios dentro da esfera privada. Dessa forma, ela propõe um feminismo interseccional e acessível, que atenda às necessidades de todas as mulheres, especialmente as mais marginalizadas. Ela explica os objetivos do feminismo ao afirmar:

Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. E não se trata de privilegiar a mulher em detrimento do homem. Ele pode transformar nossas vidas de um modo significativo (hooks, 2019, p. 59).

A autora enfatiza a necessidade de fortalecer o feminismo como um movimento político amplo para que ele possa gerar mudanças efetivas, afirmando que “[...] o feminismo precisa se tornar um movimento político de massa para que possa ter algum impacto revolucionário, transformador, em nossa sociedade” (hooks, 2019, p. 24). No entanto, essa transformação ainda enfrenta desafios, pois “[...] a ingenuidade política que tem caracterizado a situação da mulher nesse mundo machista ainda persiste” (hooks, 2019, p. 48).

O ponto central na teoria de hooks é a interseccionalidade: a opressão de gênero não pode ser analisada isoladamente da opressão racial e de classe. Como afirma a autora, “[...] o feminismo como movimento para acabar com a opressão sexista chama nossa atenção para os sistemas de dominação e para a inter-relação entre sexo, raça e opressão de classe” (hooks, 2019, p. 65). Para as mulheres negras, o patriarcado está indissociavelmente ligado ao racismo e à exploração econômica, o que diferencia sua luta da luta das mulheres brancas. Dessa forma, hooks (2019) defende um feminismo interseccional, capaz de reconhecer as múltiplas formas de opressão e as especificidades das experiências negras. Ela enfatiza que a teoria feminista se fortaleceria ao demonstrar como racismo e sexismo se interconectam, em vez de tratá-los de forma separada ou de negligenciar a questão racial. Segundo a autora, a construção de um feminismo verdadeiramente revolucionário passa pela inclusão das vozes marginalizadas e pela formulação de estratégias que enfrentem as diversas formas de opressão. Para ela:

A solidariedade fortalece a luta de resistência. Um movimento feminista amplamente empenhado na luta contra o sexismo não é sustentável sem uma frente unida – e cabe às mulheres tomarem a iniciativa e demonstrarem o poder da solidariedade (hooks, 2019, p. 80).

A obra de hooks (2019) é uma contribuição central para o feminismo contemporâneo, pois amplia a compreensão das dinâmicas de opressão e propõe um movimento inclusivo e transformador. Seu feminismo é um chamado à ação, voltado para mudanças concretas na sociedade. Como afirma a autora, “[...] a revolução feminista é necessária caso queiramos viver num mundo livre de sexismo; em que a paz, a liberdade e a justiça prevaleçam; um mundo sem dominação” (hooks, 2019, p. 21). Além disso, hooks (2019) ressalta que o feminismo combate a opressão sexista e fortalece outras lutas por justiça e igualdade, renovando os movimentos de libertação.

3.3 O SEXISMO CIENTÍFICO

Saffioti (2015) e hooks (2019) destacam que todas as mulheres são socializadas dentro da ordem patriarcal, sistema que valoriza positivamente os homens e frequentemente atribui características negativas às mulheres. Como resultado, muitas internalizam essas ideologias de gênero e, por vezes, tornam-se agentes do próprio machismo, reforçando uma estrutura de poder profundamente desigual.

O gênero deve ser compreendido como uma categoria histórica e socialmente construída, que organiza as relações entre homens e mulheres. Para Saffioti (2015), o gênero funciona como uma “gramática sexual”, regulando comportamentos considerados aceitáveis e estruturando divisões sociais. Assim, as desigualdades não decorrem de determinismos biológicos, mas de normas culturais e históricas que moldam identidades e papéis sociais. Beauvoir (1980a, 1980b) corrobora essa perspectiva, argumentando que a passividade atribuída às mulheres resulta de condicionamentos sociais desde a infância, e não de características naturais.

Além disso, a desigualdade de gênero se manifesta historicamente na exclusão das mulheres a direitos fundamentais, como educação e trabalho. Como observa Saffioti (2015), a exploração econômica da mulher esteve sempre associada ao controle de sua sexualidade e capacidade reprodutiva. Esse controle patriarcal sobre a maternidade foi central na limitação da autonomia feminina, impondo restrições que repercutem até hoje, relacionadas à inserção das mulheres em diferentes espaços sociais, inclusive no campo científico, assim como destaca Beauvoir (1980a, 1980b).

O sexismo opera de forma sistêmica, influenciando percepções individuais e instituições sociais, políticas e econômicas. Lerner (2019) observa que, embora o sexo explique a capacidade biológica feminina de gerar filhos, é o gênero que socialmente determina a obrigação de cuidar deles, reforçando hierarquias de poder. Embora o sexismo afete a sociedade como um todo, suas consequências são desproporcionais para as mulheres, que enfrentam restrições ao desenvolvimento intelectual, profissional e político. Além disso, Saffioti (2015) destaca que o sexismo impõe padrões rígidos de comportamento: mulheres são socializadas para a docilidade, conciliação e submissão, enquanto homens são incentivados à agressividade e à competitividade.

Assim, entende-se que o sexismo científico é resultado direto dessa construção histórica de gênero. Como observa Scott (1994), gênero é uma categoria central de análise para compreender como as diferenças entre os sexos se transformaram em desigualdades estruturais. Ao relacionar a produção científica a um modelo masculinizado, como destaca Chassot (2017), perpetua-se a exclusão das mulheres e a manutenção de estereótipos que limitam sua presença nas áreas de prestígio acadêmico. Oliveira e Roque (2024) destacam:

Dados públicos [...] mostram como, apesar de uma melhoria no acesso das mulheres à graduação e à pós-graduação nos últimos anos, mulheres ainda estão menos propensas a se inserirem em determinados campos de pesquisa acadêmica ou em posições privilegiadas da carreira (Oliveira; Roque, 2024, p. 17).

As mesmas autoras apontam que a exclusão das mulheres na Ciência está relacionada à falta de representatividade e à cultura científica, que reflete práticas e hábitos sociais que perpetuam desigualdades. Há uma visão amplamente aceita social e culturalmente que classifica certas carreiras como “femininas” e outras como “masculinas”, reforçando a ideia de que as mulheres não possuem aptidão para determinadas áreas. Esse estereótipo se manifesta na maior presença de mulheres em profissões ligadas aos cuidados e na predominância masculina em áreas como Ciências Exatas e Engenharias.

Alves (2013) destaca que, historicamente, as mulheres foram confinadas ao âmbito privado e reprodutivo, dedicando-se ao cuidado da família, enquanto os homens ocuparam espaços públicos e produtivos, com acesso ao trabalho remunerado. Essa ausência feminina nos primórdios das Ciências, combinada à

divisão sexual do trabalho, restringiu significativamente a inserção, permanência e progressão das mulheres em determinadas carreiras. De acordo com Oliveira e Roque (2024), a sub-representação de mulheres em cargos de liderança na academia e na Ciência resulta de fatores como estereótipos de gênero, preconceitos explícitos e vieses implícitos.

Esses desafios se associam ao chamado “efeito teto de vidro”, que consiste em barreiras invisíveis que dificultam o acesso das mulheres a posições de destaque na hierarquia científica. Essa visão masculinizada da Ciência, como destacada por Oliveira e Roque (2024) ao discutirem o impacto do “efeito teto de vidro” e da maternidade na trajetória profissional das mulheres, é também enfatizada por Chassot (2017, p. 11), que afirma: “Quando se busca caracterizar a Ciência, há algo que aparece muito naturalmente e que não necessita de muitos esforços para ser evidenciado: o quanto a Ciência é masculina”. Baseado no “modelo masculino” de Ciências, a “[...] lógica de uma carreira científica bem-sucedida sustenta-se na equação: pesquisa + publicação = recursos” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 459). As mulheres se veem frente ao dilema: dar atenção à carreira se adaptando ao “modelo masculino” ou se dedicar à maternidade? Algumas desistem de suas carreiras, outras desistem da maternidade, uma pequena parte busca conciliar as atividades e se veem sobrecarregadas física e emocionalmente com múltiplas tarefas.

Silva e Ribeiro (2014) afirmam que atualmente, devido ao feminismo, diversas barreiras com relação à inserção das mulheres no campo científico foram superadas. Porém, as autoras chamam a atenção para o fato dessa inserção ocorrer de modo dicotomizado. Além disso, elas ainda destacam que as mulheres não avançam nas carreiras, conforme ocorre com os homens, e, independentemente da área de atuação, os cargos mais altos são em sua maioria ocupados por homens. Nesse sentido, Silva (2008) e Alves (2013) atentam para a segregação do conhecimento científico, que acontece quando se associam as Ciências Humanas e da Saúde à mulher, por considerarem essas áreas socialmente adequadas a ela. Alves (2013) destaca que a segregação se dá de duas formas: vertical e horizontal. A primeira está relacionada à dificuldade das mulheres em atingir cargos de chefia/comando, enquanto a segunda está relacionada à associação de mulheres a carreiras consideradas femininas.

Nos últimos anos, alguns avanços em direção à igualdade de gênero na Ciência foram alcançados. Entretanto, essa igualdade ainda é limitada, especialmente em

áreas consideradas pertencentes às Ciências duras, como Física, Matemática, Engenharias e Computação. Segundo dados da UNESCO (2024), as mulheres representam apenas 33% do total de pesquisadores, sendo 35% nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Conforme a tabela de distribuição percentual do número total de bolsas-ano concedidas no país e no exterior, por grande área segundo o sexo do bolsista, 2001-2023, da CNPq (Figura 1), atualizada em 2024, observa-se que a participação feminina em Engenharias e Ciências Exatas e da Terra vem aumentando lentamente, mas permanece desigual. Na grande área de Ciências Exatas e da Terra, por exemplo, a participação das mulheres passou de 27,8% em 2011 para 36,6% em 2023.

Figura 1 - percentual do número total de bolsas-ano concedidas no país e no exterior, por grande área segundo o sexo do bolsista, 2001-2023 do CNPq

(em percentual)

Grande área	Sexo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	Feminino	48,1	48,7	48,4	48,2	48,5	48,4	48,8	49,2	49,7	49,4	50,4	50,4	49,7	50,0	49,5	49,5	50,0	49,9	50,4	50,2	51,2	51,9	51,7	51,3
	Masculino	51,9	51,3	51,6	51,8	51,5	51,6	51,2	50,8	50,3	50,6	49,6	49,6	50,3	50,0	50,5	50,5	50,0	50,1	49,6	49,8	48,8	48,1	48,3	48,7
Ciências Agrárias	Feminino	42,4	41,5	42,2	43,4	45,1	46,3	46,5	47,0	47,9	48,5	48,3	48,5	49,9	50,7	50,8	50,7	50,7	50,9	50,7	51,0	51,8	52,5	52,9	53,3
	Masculino	57,6	58,5	57,8	56,6	54,9	53,7	53,5	53,0	52,1	51,5	51,7	51,5	50,1	49,3	49,2	49,3	49,3	49,1	49,3	49,0	48,2	47,5	47,1	46,7
Ciências Biológicas	Feminino	58,1	58,7	59,1	59,2	58,6	59,5	59,6	60,3	61,2	61,3	60,9	60,4	61,6	61,1	61,1	60,3	60,2	59,8	59,5	59,1	59,1	58,9	59,6	60,2
	Masculino	41,9	41,3	40,9	40,8	41,4	40,5	40,4	39,7	38,8	38,7	39,1	39,6	38,4	38,9	38,9	39,7	39,8	40,2	40,5	40,9	40,9	41,1	40,4	39,8
Ciências da Saúde	Feminino	63,4	64,0	64,1	65,3	65,7	65,5	65,5	66,2	67,4	67,9	67,5	66,4	68,2	67,2	67,6	67,6	68,5	68,6	67,6	67,9	68,2	68,4	67,4	66,3
	Masculino	36,6	36,0	35,9	34,7	34,3	34,5	34,5	33,8	32,6	32,1	32,5	33,6	31,8	32,8	32,4	32,4	31,5	31,4	32,4	32,1	31,8	31,6	32,6	33,7
Ciências Exatas e da Terra	Feminino	32,6	33,0	32,8	32,6	32,9	32,8	33,1	33,2	33,3	33,3	35,4	35,3	34,4	34,9	34,0	33,6	34,2	33,5	34,6	34,0	35,6	36,6	35,4	35,9
	Masculino	67,4	67,0	67,2	67,4	67,1	67,2	66,9	66,8	66,7	66,7	64,6	64,7	65,6	65,1	66,0	66,4	65,8	66,5	65,4	66,0	64,4	63,4	64,6	64,1
Ciências Humanas	Feminino	63,1	63,4	62,8	61,6	60,7	60,4	60,3	60,2	60,3	60,7	59,3	58,3	60,1	59,9	59,3	58,4	59,1	58,8	59,1	59,5	59,7	59,9	59,8	60,6
	Masculino	36,9	36,6	37,2	38,4	39,3	39,6	39,7	39,8	39,7	39,3	40,7	41,7	39,9	40,1	40,7	41,6	40,9	41,2	40,9	40,5	40,3	40,1	40,2	39,4
Ciências Sociais Aplicadas	Feminino	55,3	55,4	55,9	54,8	54,7	54,6	54,8	54,4	54,9	55,1	54,3	54,8	58,2	59,0	57,4	56,1	55,3	55,7	55,9	56,0	57,6	58,3	57,5	59,8
	Masculino	44,7	44,6	44,1	45,2	45,3	45,4	45,2	45,6	45,1	44,9	45,7	45,2	41,8	41,0	42,6	43,9	44,7	44,3	44,1	44,0	42,4	41,7	42,5	40,2
Engenharias	Feminino	27,8	29,0	29,7	30,1	32,0	31,9	31,8	32,1	32,7	32,7	34,1	36,2	36,3	38,4	35,8	37,1	38,5	36,9	36,8	37,0	40,0	40,0	36,6	37,6
	Masculino	72,2	71,0	70,3	69,9	68,0	68,1	68,2	67,9	67,3	67,3	65,9	63,8	63,7	61,6	64,2	62,9	61,5	63,1	63,2	63,0	60,0	60,0	63,4	62,4
Linguística, Letras e Artes	Feminino	71,1	70,7	69,0	67,2	66,1	67,0	66,7	66,3	65,9	65,6	65,9	64,5	65,9	64,9	63,9	62,6	62,8	63,0	63,3	63,1	64,3	63,7	63,1	62,5
	Masculino	28,9	29,3	31,0	32,8	33,9	33,0	33,3	33,7	34,1	34,4	34,1	35,5	34,1	35,1	36,1	37,4	37,2	37,0	36,7	36,9	35,7	36,3	36,9	37,5

Fonte: Brasil (2022).

Esse contraste entre as áreas evidencia que a presença feminina ainda se concentra, majoritariamente, em campos de conhecimento associados a atributos socialmente vinculados ao feminino.

As áreas em que mulheres têm o maior número de bolsas são aquelas nas quais os predicados historicamente construídos como femininos são necessários, como habilidades de cuidado. É o caso das áreas de Ciências Sociais, Humanidades e Ciências da Vida (Oliveira; Roque, 2024, p. 25).

Nesse sentido, Oliveira e Roque (2024) destacam que alguns dos critérios utilizados pelo CNPq para conceder essas bolsas de pesquisa incluem a análise da produção científica do pesquisador, sua experiência na formação (mestres, doutores e pós-doutorado) e sua habilidade em liderar projetos, avaliada principalmente pela coordenação e participação em iniciativas de pesquisa. Elas destacam que o gênero não está entre os critérios, mas os dados de distribuição de bolsas mostram que é um fator que influencia, principalmente quando se analisa áreas das Ciências duras.

Com base na mesma tabela do CNPq (Figura 1), percebe-se que os paradigmas históricos ainda se repetem atualmente. Em 2023, as mulheres se concentram em áreas como: Ciências da Saúde (67,4% de mulheres); Linguística, Letras e Artes (63,1% de mulheres); Ciências Humanas (59,8% de mulheres); e Ciências Biológicas (59,6% de mulheres); enquanto os homens se concentram nas áreas: Engenharias (36,6% de mulheres); e Ciências Exatas e da Terra (35,4% de mulheres).

Esses números apresentam claramente a falta de equidade de gênero nas áreas exatas. Mais do que isso, eles sinalizam dois problemas distintos, mas não desconectados. O primeiro é a menor procura de meninas por carreiras nas áreas exatas; o segundo é a dificuldade, maior para mulheres do que para homens, de progredir na carreira nessas áreas (Oliveira; Roque, 2024, p. 155).

Portanto, como observa Rosenthal (2018, p. 22), “[...] uma das construções sociais que está por trás desses números é a de que as mulheres teriam mais aptidão para carreiras que envolvem ‘cuidar do outro’”. Essa premissa, reforçada por imposições sociais, influencia a escolha profissional das mulheres, levando muitas a optar por áreas de Ciências Humanas e da Saúde em detrimento das Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, evidenciando a persistência do sexismo na Ciência.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 A PESQUISA

A pesquisa que aqui se delinea é de natureza qualitativa, fundamentada na compreensão dos significados atribuídos pelas participantes às suas próprias experiências. Para Zanella (2009), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ter como fonte direta de dados o ambiente natural e por valorizar os processos, as percepções e as interpretações dos sujeitos envolvidos. Nesse tipo de abordagem, “[...] a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (Minayo, 2010, p. 21), pois busca compreender fenômenos a partir da perspectiva de quem os vivencia.

No contexto desta investigação, essa opção metodológica se justifica pela natureza do problema de pesquisa, que parte da permanência da estrutura patriarcal na sociedade e de seus reflexos nas trajetórias profissionais de mulheres docentes da UFES, particularmente no CCENS e no CCAE.

Conforme Lakatos e Marconi (2011), nas pesquisas qualitativas há um cuidado maior com os procedimentos e com a interação entre pesquisador e participantes, pois o contato direto possibilita uma compreensão mais profunda do fenômeno estudado. Esse entendimento é compartilhado por Chizzotti (2003), que destaca a importância da partilha entre pesquisador e participantes para a construção de sentidos que emergem da experiência vivida. Ainda, esta pesquisa se insere na abordagem conhecida como “pesquisa narrativa”, que coleta e analisa histórias pessoais para compreender experiências humanas, concentrando-se em como os indivíduos narram suas vidas e eventos para construir sentido, utilizando relatos falados ou escritos como instrumentos para explorar determinado fenômeno. Assim, o foco recai sobre a experiência vivida e sobre os significados que as pessoas atribuem a essa experiência no ato de narrar.

Desta forma, as informações desta pesquisa foram coletadas por meio de entrevistas narrativas, nas quais as participantes, aqui denominadas “narradoras”, contam suas trajetórias pessoais e profissionais. Essa escolha metodológica está ancorada na concepção de Walter Benjamin (1994) sobre a narrativa como forma de transmissão da experiência: narrar é compartilhar o vivido, transformando a experiência individual em saber coletivo. Assim, ao narrar suas histórias, as docentes

produzem sentidos sobre suas trajetórias, ressignificam experiências e constroem memórias que iluminam aspectos estruturais da desigualdade de gênero na universidade. A denominação “narradoras” é, portanto, intencional: reconhece nessas mulheres não apenas o papel de informantes, mas produtoras de conhecimento, cuja fala expressa uma memória viva e coletiva.

No que se refere aos cuidados éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da UFES, campus de Alegre, em 30 de abril de 2025 (Parecer nº 7.539.464). Todas as narradoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice C, que apresentou os objetivos, métodos e garantias de confidencialidade. A identidade das participantes foi mantida em sigilo durante todas as etapas da investigação. Para evitar a identificação das narradoras, foram adotadas medidas como: uso de nomes fictícios nas análises e citações; supressão de informações que pudessem remeter à identificação (como cargos, eventos ou publicações específicas); e apresentação apenas de trechos selecionados das entrevistas, sem referência a departamentos ou cursos.

4.2 LOCAL

A pesquisa foi realizada no município de Alegre, localizado no sul do Espírito Santo, que, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), possui 29.177 habitantes. Além da UFES, a cidade conta com outras duas instituições de ensino superior: o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA).

A UFES foi fundada em 5 de maio de 1954 e integrada ao sistema federal de ensino pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961 (Brasil, 1961). A instituição é uma autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação e atua com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, abrangendo diversas áreas do conhecimento (UFES, c2013a). A universidade oferece cursos de graduação presenciais e à distância, bem como programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, acadêmicos e profissionais. Além disso, desenvolve projetos de pesquisa, tecnologia e extensão em diferentes municípios do Espírito Santo. A sede da instituição localiza-se em Vitória, nos bairros de Goiabeiras e Maruípe. As demais unidades estão situadas nos municípios de São Mateus e

Alegre. A estrutura universitária é composta por 11 Centros de Ensino, que reúnem cursos de áreas correlatas, sendo eles:

- Centro de Artes (CAR) – Goiabeiras;
- Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCA) – Alegre;
- Centro de Ciências Exatas (CCE) – Goiabeiras;
- Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) – Alegre;
- Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) – Goiabeiras;
- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) – Goiabeiras;
- Centro de Ciências da Saúde (CCS) – Maruípe;
- Centro de Educação (CE) – Goiabeiras;
- Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) – Goiabeiras;
- Centro Tecnológico (CT) – Goiabeiras;
- Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) – São Mateus.

A história da UFES em Alegre, segundo informações disponibilizadas pela unidade da instituição sediada em Alegre (História, c2013), remonta à criação da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (ESAES), autarquia estadual instituída em 6 de agosto de 1969, que iniciou suas atividades em 18 de março de 1971 com o curso de Agronomia. Diante das dificuldades financeiras do governo estadual em manter a instituição, foi aprovado o Decreto Estadual nº 752-N, de 4 de dezembro de 1975, que transferiu à UFES os bens e direitos da ESAES, federalizando-a e transformando-a no Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo (CAUFES), implantado oficialmente em 1976 (História, c2013).

Com a ampliação dos cursos e reestruturação interna, o CAUFES passou a denominar-se Centro de Ciências Agrárias Universidade Federal do Espírito Santo (CCA-UFES) em 2001, consolidando-se como polo de ensino, pesquisa e extensão no interior do estado. Ao longo dos anos seguintes, novos cursos foram criados, entre eles os de Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Biologia, Nutrição, Engenharia de Alimentos e Geologia, o que impulsionou a expansão institucional e a diversificação das áreas de conhecimento (História, c2013).

Atualmente, Alegre abriga dois Centros de Ensino, resultantes do desmembramento do antigo CCA por meio da Resolução nº 44/2015 do Conselho Universitário: o CCAE e o CCENS (História, c2013). Juntos, eles oferecem dezessete cursos de graduação, oito cursos de mestrado e três de doutorado, configurando-se

como um importante espaço de formação e produção científica na região sul do Espírito Santo.

De acordo com a Relação dos Servidores da Universidade e com dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), a UFES, por volta de final de 2024 e início de 2025 (período em que esta pesquisa teve início), contava com 3.817 servidores, entre técnicos-administrativos e docentes, sendo 1.904 docentes (incluídos nesse total também os professores substitutos da época) (UFES, c2013b)⁸. Para esta pesquisa, foi realizada uma análise comparativa entre os gêneros de docentes da instituição, considerando inclusive as/os professoras/es substitutas/os em exercício.

4.3 ETAPAS DA PESQUISA

4.3.1 Primeira etapa – Panorama das assimetrias de gênero na UFES

A primeira etapa da pesquisa consistiu na elaboração de um panorama institucional sobre a distribuição de gênero entre docentes da UFES. Para isso, foi realizada uma análise quantitativa com base na Relação de Servidores disponibilizada pela PROGEP, considerando tanto os docentes efetivos quanto os substitutos em exercício.

Inicialmente, os dados foram organizados por Centro de Ensino, com o objetivo de identificar diferenças na proporção de homens e mulheres entre as unidades acadêmicas da instituição. Em seguida, procedeu-se a um levantamento detalhado por departamento, com foco no CCAE e no CCENS, buscando compreender como essas diferenças se manifestavam internamente.

Para a elaboração desse panorama, recorreu-se às informações disponibilizadas pela PROGEP, por meio do arquivo em formato XLS referente à relação de servidores da instituição. A partir desses dados, elaborou-se a distribuição de gênero entre docentes vinculadas/os aos departamentos do CCAE e do CCENS. Esses resultados estão detalhados, nesta dissertação, na Subseção 5.1 “Panorama das assimetrias de gênero na docência na UFES”. A partir dessa análise, foram

⁸ Essas informações, retiradas do arquivo **Relação dos servidores da Universidade (XLS)** (UFES, c2013b), são sempre atualizadas no sistema da instituição. Portanto, se acessado fora do período em que esta pesquisa teve acesso (por volta do final de 2024 e início de 2025), o arquivo fornecerá outro quantitativo acerca do número de servidores da instituição.

identificados os departamentos com predominância masculina mais acentuada, os quais orientaram a seleção das narradoras da pesquisa.

4.3.1.1 *As narradoras*

Com base nos resultados obtidos na etapa anterior, foi possível definir a composição da amostra da pesquisa.

Os critérios de seleção das participantes, aqui denominadas “narradoras”, foram:

- i) serem mulheres docentes;
- ii) estarem lotadas em departamentos do CCAE ou CCENS de composição majoritariamente masculina; e
- iii) possuir disponibilidade para realizar entrevista.

Para atender ao critério do item ii, consideraram-se como departamentos com predominância masculina aqueles em que a diferença percentual entre docentes homens e mulheres fosse superior a 19%, a favor dos homens. Esse valor foi definido com base na média aritmética simples das diferenças percentuais de gênero observadas nos centros de ensino da UFES, que apresentavam maioria masculina.

O cálculo foi realizado a partir dos dados apresentados na Tabela 1, que reúne o número absoluto e percentual de docentes por gênero em todos os centros da universidade. Inicialmente, identificaram-se os centros com predominância masculina, os quais estão assinalados com asterisco (*). Em seguida, somaram-se as diferenças percentuais entre homens e mulheres nesses centros e dividiu-se o resultado pelo total de centros selecionados. O valor obtido – de 19% – foi adotado como parâmetro para classificar como majoritariamente masculinos os departamentos cuja diferença de gênero ultrapassasse esse percentual.

Tabela 1 - Distribuição percentual de gênero entre os docentes da UFES nos Centros de Ensino

(continua)

CENTROS	Nº DE HOMENS	% DE HOMENS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES	DIFERENÇA PERCENTUAL
Centro de Educação	35	34%	69	66%	32%
Centro de Ciências da Saúde	140	38%	230	62%	24%

Tabela 1 - Distribuição percentual de gênero entre os docentes da UFES nos Centros de Ensino
(conclusão)

CENTROS	Nº DE HOMENS	% DE HOMENS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES	DIFERENÇA PERCENTUAL
Centro de Ciências Humanas e Naturais	125	49%	132	51%	2%
Centro de Educação Física e Desportos*	28	53%	25	47%	6%
Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde*	64	52%	59	48%	4%
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas*	115	54%	98	46%	8%
Centro de Artes*	76	55%	64	45%	10%
Centro Universitário Norte do Espírito Santo*	121	57%	90	43%	14%
Centro de Ciências Agrárias e Engenharias*	70	57%	53	43%	14%
Centro Tecnológico*	126	70%	53	30%	40%
Centro de Ciências Exatas*	101	78%	28	22%	56%
UFES	1003	53%	901	47%	6%

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

No CCAE foram identificados dois departamentos com tais características: de Ciências Florestais e Madeira (80% homens e 20% de mulheres) e de Agronomia (85% de homens e 15% de mulheres). No CCENS foram identificados três departamentos com tais características: de Química e Física (68% de homens e 32% de mulheres), de Matemática Pura e Aplicada (69% de homens e 31% de mulheres) e de Computação (78% de homens e 22% de mulheres). Para melhor visualização da distribuição de gênero dos docentes nos departamentos escolhidos, foi elaborada a Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição dos docentes por departamentos em que a diferença de gênero seja superior a 19% a favor dos homens

DEPARTAMENTOS	TOTAL DE DOCENTES	Nº DE HOMENS	% DE HOMENS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES
Ciências Florestais e Madeira (CCAIE)	25	20	80%	5	20%
Agronomia (CCAIE)	20	17	85%	3	15%
Química e Física (CCENS)	25	17	68%	8	32%
Matemática Pura e Aplicada (CCENS)	13	9	69%	4	31%
Computação (CCENS)	18	14	78%	4	22%
Total	101	77	76%	24	24%

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

De acordo com a Tabela 2, o número máximo de participantes elegíveis para a pesquisa era de 24 mulheres. No entanto, para as entrevistas, foram convidadas duas docentes de cada departamento, totalizando inicialmente dez participantes. Em um dos departamentos, entretanto, não houve retorno de uma das duas docentes convidadas, tendo sido possível entrevistar apenas uma delas. Para manter o número previsto de participantes, foi convidada uma terceira docente de um dos departamentos já inclusos na pesquisa. No entanto, essa participante não respondeu ao processo de validação do conteúdo transcrito, impossibilitando a utilização de seu relato na análise final. Portanto, nesta pesquisa foram consideradas as narrativas de nove mulheres.

Para fins de apresentação dos relatos e com o intuito de homenagear mulheres que contribuíram significativamente para a Ciência, optou-se por atribuir às entrevistadas nomes de cientistas reconhecidas em diferentes áreas do conhecimento. A escolha dos nomes não se baseou em quaisquer semelhanças com as participantes, sendo meramente simbólica e sem intenção de estabelecer paralelos entre as trajetórias das entrevistadas e das cientistas homenageadas. No Apêndice A, apresenta-se uma breve caracterização das cientistas homenageadas. Cada uma dessas mulheres representa uma trajetória notável na história da Ciência, contribuindo de maneira significativa em diferentes áreas do conhecimento. São elas: Ada Byron, Alice Augusta Ball, Djamila Ribeiro, Dorothy Crowfoot, Emmy Noether, Grace Hopper, Hedy Lamarr, Mary Anning e Rita de Cássia dos Anjos.

Todas as narradoras da pesquisa possuem o título de doutorado, sendo que duas atuam como professoras titulares e as demais como professoras adjuntas. Constatou-se que cinco delas são mães e seis são casadas, as idades variam entre 38 e 57 anos.

4.3.2 Segunda etapa – Processo de estruturação da coleta de informações

Como instrumento de coleta de informações, utilizou-se a entrevista narrativa. Para Jovchelovitch e Bauer (2002), a entrevista narrativa (EN) tem como objetivo encorajar os informantes a relatar suas vivências e contextos sociais. Segundo Garnica (2007, p. 32), “[...] a narrativa não só expressa importantes dimensões acerca da experiência vivida como, mais radicalmente, é mediadora da própria experiência e configura a construção social da realidade”.

Esse tipo de entrevista contrasta com o esquema tradicional de pergunta-resposta, pois o entrevistador busca interferir o mínimo possível, valorizando a perspectiva do informante (Jovchelovitch; Bauer, 2002). O pressuposto é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias em que utiliza sua própria linguagem espontânea para narrar os acontecimentos (Jovchelovitch; Bauer, 2002).

Nesta pesquisa, as informações foram coletadas por meio de entrevistas narrativas, nas quais as participantes foram convidadas a discorrer sobre suas trajetórias de vida pessoal e profissional, enfatizando os aspectos que julgassem relevantes, com mínima interferência da pesquisadora.

4.3.2.1 Procedimento de entrevista narrativa

Jovchelovitch e Bauer (2002) em seu trabalho sintetizam o conceito básico de “entrevista narrativa” (EN) e suas respectivas regras de procedimento. Conforme apresentado no Quadro 9, os autores dividem a EN em 5 fases: preparação, iniciação, narração central, fase de perguntas e fala conclusiva. “A função destas regras não é tanto encorajar uma adesão cega, mas oferecer um guia e orientação para o entrevistador, [...] evitando os perigos do esquema pergunta-resposta de entrevista” (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 96).

Quadro 9 - Fases principais da entrevista narrativa

Fases	Regras
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes
1. Iniciação	Formulação de tópico inicial para a narração Emprego de auxílios visuais
2. Narração Central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização (“coda”)
3. Fase de Perguntas	Somente “Que aconteceu então?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo “por quê?” Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4. Fala Conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do tipo “por quê?” Fazer anotações imediatamente depois da entrevista narrativa

Fonte: Jovchelovitch e Bauer (2002).

Assim, o roteiro da entrevista (Apêndice B), foi elaborado tendo como base metodológica os fundamentos de Jovchelovitch e Bauer (2002), a saber:

I. Preparação da entrevista

Jovchelovitch e Bauer (2002) destacam que, nessa fase, o pesquisador deve ter familiaridade com o campo investigado. Segundo os autores, “[...] com base nesses inquéritos iniciais, e em seus próprios interesses, o pesquisador monta uma lista de perguntas exmanentes. Questões exmanentes refletem os interesses do pesquisador, suas formulações e linguagem” (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 97). Diferentemente dessas, que são construídas pelo pesquisador, existem as questões imanentes, isto é, os temas, relatos e assuntos que emergem espontaneamente ao longo da entrevista, trazidos pelo próprio informante. A função central dessa etapa, portanto, é transformar as questões exmanentes em questões imanentes.

Para atender a esse processo, a pesquisadora realizou o levantamento do referencial teórico e a revisão de literatura, o que possibilitou uma compreensão inicial do tema e a elaboração da lista de questões exmanentes, além do delineamento do tópico inicial da narrativa.

II. Fase 1 – Iniciação

Nessa etapa, conforme Jovchelovitch e Bauer (2002), as participantes foram inicialmente informadas sobre o contexto da pesquisa e solicitadas a autorizar o registro das entrevistas em áudio. Em seguida, a pesquisadora apresentou o tópico inicial, previamente elaborado: “Como foi a trajetória pessoal e profissional de mulheres docentes que atuam nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, historicamente associadas aos homens do ponto de vista social e cultura”. Os autores indicam alguns critérios para a formulação desse tópico: ele deve estar ligado à experiência da participante, ter relevância pessoal, ser amplo o suficiente para permitir o desenvolvimento da narrativa e evitar referências aos interesses do pesquisador ou construções direcionadas.

A partir dessa introdução, as participantes foram convidadas a compartilhar aspectos de suas trajetórias pessoais e profissionais relacionados à escolha pela docência no ensino superior em áreas tradicionalmente masculinizadas. Além disso, foram aplicadas nove questões com o objetivo de levantar o perfil das entrevistadas.

III. Fase 2 – Narração central

Jovchelovitch e Bauer (2002) destacam que, no início da narração central, a fala da participante não deve ser interrompida até que surjam sinais claros de conclusão, denominados pelos autores de “coda”. Nesse mesmo sentido, Freitas (2006) enfatiza que o entrevistador deve manter postura de escuta atenta, sem interrupções ou demonstrações de desinteresse, evitando emitir juízos de valor e formulando suas intervenções de maneira neutra.

Nesse momento da entrevista, foi apresentada às participantes a questão norteadora: “Conte sobre a sua história pessoal e profissional, abordando: quais os principais fatores que influenciaram a escolha pela carreira docente no ensino superior em áreas ditas masculinas; e quais elementos facilitaram e quais barreiras foram enfrentadas ao longo da trajetória”.

A pesquisadora limitou-se a realizar escuta ativa, utilizando recursos não verbais e paralinguísticos, como acenos, expressões faciais, a fim de incentivar a continuidade do relato (Freitas, 2006). Quando identificados sinais de coda, foram feitas as perguntas sugeridas por Jovchelovitch e Bauer (2002): “É tudo que você

gostaria de me contar?” ou “Haveria ainda algo que gostaria de acrescentar?”. Em seguida, a entrevista prosseguiu para a fase seguinte.

IV. Fase 3 – Fase das perguntas

A transição da narração central para a fase de questionamento constitui um momento-chave, pois permite aprofundar a compreensão do relato. Como observam Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 99), “[...] quando a narração chega a um fim ‘natural’, o entrevistador inicia a fase de questionamento”, buscando detalhar aspectos do discurso.

Nessa etapa, o objetivo é transformar as questões exmanentes, elaboradas previamente pelo pesquisador, em questões imanentes, que emergem da narrativa da informante e completam eventuais lacunas. Para tanto, os autores estabelecem três orientações principais: (i) evitar perguntas iniciadas por “por que”, dando preferência a questões que explorem a sequência dos acontecimentos; (ii) formular apenas perguntas imanentes, utilizando a linguagem da informante; e (iii) não apontar contradições na narrativa.

A flexibilidade metodológica é essencial nesse processo. Em vez de seguir rigidamente um roteiro, cabe ao entrevistador ajustar as perguntas de acordo com o desenrolar da narração, permitindo que novas indagações surjam de forma espontânea. Freitas (2006, p. 89) reforça essa ideia ao afirmar que “[...] a aplicação dos roteiros nas entrevistas não é feita de forma rígida, uma vez que muitas questões vão surgindo naturalmente no discurso do depoente [...]”.

Nessa fase, buscou-se, portanto, converter as questões exmanentes em imanentes, a fim de aprofundar e ampliar as informações obtidas. Foram elaboradas cinco questões exmanentes (11 a 15), além de possíveis questões imanentes (16 a 27). Na construção dessas perguntas, observou-se a recomendação de Freitas (2006) de evitar a formulação dupla, que poderia levar a respostas incompletas.

V. Fase 4 – Fala conclusiva

Na sequência, passou-se à última etapa da entrevista: a fala conclusiva. Conforme explicam Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 100), “[...] as fases 1, 2 e 3 são gravadas para transcrição literal, com o consentimento dos informantes”; em seguida,

o gravador é desligado. Os autores observam que, nesse momento, os participantes tendem a se sentir mais descontraídos, o que pode favorecer a revelação de informações relevantes para a análise. Nessa fase, é indicado o uso de perguntas do tipo “por quê?”, que contribuem para o aprofundamento do relato.

Os mesmos autores ressaltam ainda a importância do registro em diário de campo ou formulário específico, a ser preenchido imediatamente após a entrevista, a fim de sintetizar comentários informais e assegurar que nenhum dado significativo seja perdido. No presente estudo, utilizou-se o diário de campo como recurso para tais anotações.

4.3.3 Terceira etapa – Contato inicial com as “narradoras” da pesquisa e realização das entrevistas

Após a definição do local, das narradoras da pesquisa e do roteiro da entrevista, estabeleceu-se um primeiro contato por e-mail ou telefone para o agendamento das entrevistas. Nesse momento, foram apresentados os objetivos, a metodologia, os riscos e os benefícios do estudo, bem como realizado o convite formal para participação.

Assim, as entrevistas foram realizadas com mulheres que aceitaram o convite em local previamente agendado, e foram gravadas em formato de áudio. O local para realização das entrevistas foi apropriado e reservado para que as entrevistadas se sentissem confortáveis e seguras.

4.3.4 Quarta etapa – Transcrição das entrevistas e validação

Garnica (2007) aponta que, após as entrevistas, ocorre a transcrição, o que ele chama de “degravação”, momento em que o suporte da entrevista deixa de ser digital (áudio gravado) e passa para o papel. Para o autor, o processo de transcrição deve ser minucioso, e por isso é demorado, pois a partir do documento gerado o pesquisador começará suas análises. Freitas (2006) afirma que se deve transcrever os áudios da forma mais próxima possível ao que foi gravado, dando destaque para o conteúdo em vez da forma. Garnica (2007) complementa, afirmando que no processo de transcrição:

[...] o pesquisador pode optar apenas por excluir do texto da transcrição alguns elementos próprios da oralidade (usualmente chamados “apoios”, “muletas” ou “vícios de linguagem”) e preencher algumas poucas lacunas que tornarão mais fluente sua leitura (Garnica, 2007, p. 36).

Portanto, após as entrevistas, a pesquisadora fez a transcrição dos relatos produzidos pelas participantes, frisando o conteúdo em lugar da forma. Nesse processo, foram minimizadas as interferências, como frases confusas, elementos de oralidade e vícios de linguagem, a fim de realizar uma leitura inicial das entrevistas.

Depois do procedimento de transcrição, o documento gerado foi enviado às entrevistadas para validação, momento em que elas tiveram oportunidade de alterar, excluir ou incluir livremente o que considerassem relevante.

4.3.5 Quinta etapa – Análise dos dados

4.3.5.1 Análise das narrativas

A fim de responder às questões centrais desta pesquisa, optou-se por escutar atentamente as narrativas das docentes participantes, reconhecendo que cada relato é singular e carrega elementos fundamentais para compreender práticas, discursos, valores e preconceitos vivenciados ao longo de suas trajetórias pessoais e acadêmicas. Nesse sentido, esta etapa tem como aporte teórico-metodológico as reflexões de Walter Benjamin, extraídas especialmente em seu ensaio “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (Benjamin, 1994), cuja abordagem permite pensar a experiência como eixo constitutivo do relato.

Para Benjamin (1994), narrar é partilhar experiências de forma artesanal, transmitindo saberes, conselhos e ensinamentos de uma geração a outra. A narrativa, diferentemente da informação, não se limita a fatos isolados: ela preserva a experiência e a integra a uma coletividade, permitindo que o vivido seja assimilado e continue a circular no tempo. A informação, ao contrário, nasce já interpretada e tende a se esgotar no instante em que é comunicada, sem espaço para a continuidade da experiência. Essa distinção fundamenta a escolha metodológica desta pesquisa, pois evidencia a relevância de considerar a experiência das docentes em sua densidade, sem reduzi-la a dados objetivos ou respostas fragmentadas.

Na modernidade, segundo o autor (Benjamin, 1994), ocorre um processo de esvaziamento intensificado, pois a narrativa perde espaço para a informação e para o

romance, fenômeno que contribui para o empobrecimento da experiência compartilhada. Desse modo, ao privilegiar as narrativas nesta pesquisa, busca-se restituir esse lugar de transmissão, resgatando uma memória coletiva que resiste ao esquecimento. Ouvir as docentes e analisar suas falas significou restituir à pesquisa um lugar de transmissão e de memória, recuperando sentidos que poderiam ser silenciados pelo ritmo da vida acadêmica.

O mesmo autor assinala que narrar é útil, na medida em que o narrador transmite lições práticas, normas de vida ou reflexões que se convertem em orientação para quem escuta (Benjamin, 1994). Assim, a condição essencial do narrador é possuir experiências a compartilhar, sejam elas vindas de mudanças profundas ou de vivências cotidianas, que vão se acumulando e se transformando em ensinamentos. Nesse processo, o narrador se inscreve entre os sábios, pois sua fala é fruto tanto de sua própria trajetória quanto da incorporação das experiências alheias. As docentes entrevistadas, nesse sentido, assumem o lugar de narradoras que, ao compartilhar suas experiências, transformam trajetórias individuais em testemunhos coletivos, capazes de iluminar desigualdades históricas e de afirmar resistências no espaço acadêmico.

A escolha por privilegiar a narrativa nesta pesquisa visa justamente resgatar esse lugar de transmissão e de escuta. Ouvir as docentes possibilitou perceber marcas individuais, reconhecer dimensões coletivas de gênero, tempo e espaço que atravessam suas trajetórias. Ao narrar, cada uma delas compartilha memórias pessoais e reflexões sobre o trabalho docente, sobre os desafios enfrentados e sobre os sentidos atribuídos à sua profissão, interseccionados com elementos de gênero, classe e raça. Nesse sentido, as narrativas revelam-se como lugares de produção de saber, uma vez que, ao mesmo tempo que expressam vivências únicas, também desvelam desigualdades e permanências históricas que incidem sobre as mulheres na universidade.

4.3.5.2 *Análise de conteúdo*

As entrevistas transcritas foram submetidas à análise de conteúdo (AC), conforme proposta por Bardin (2011), com o objetivo de identificar categorias a partir da leitura sistemática e recorrente do material. Segundo Bardin (2011, p. 37), a AC é “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A autora ressalta que seu objetivo central vai além da simples descrição: “[...] é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência essa que recorre a indicadores” (Bardin, 2011, p. 37). Assim, a análise deve possibilitar a produção de conhecimento a partir do tratamento dos dados. Valle e Ferreira (2024) ampliam essa definição, compreendendo a AC como um instrumento metodológico:

[...] cujo objetivo é explorar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos participantes de estudos qualitativos, e também quantitativos, a respeito de um tema, problema e/ou fenômeno, a partir da sistematização rigorosa e estruturada (Valle; Ferreira, 2024, p. 8).

Os autores também enfatizam que o processo analítico requer “organicidade e rigor”, sendo estruturado em etapas interdependentes que devem ser seguidas com precisão, pois “[...] a falta de rigor e observância da sequência das fases propostas por Bardin incorrem no risco de comprometer a análise e as considerações tecidas” (Valle; Ferreira, 2024, p. 9).

De acordo com Bardin (2011), a AC organiza-se em três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados e interpretação. Na *pré-análise*, ocorre a organização e sistematização do corpus, além da formulação inicial de hipóteses, objetivos e indicadores. Nessa fase, realiza-se a chamada “leitura flutuante”, que permite o primeiro contato com o texto e a apreensão global de suas mensagens. Para tanto, Bardin (2011) estabelece algumas regras fundamentais:

- exaustividade – incluir todos os elementos do corpus, evitando omissões;
- representatividade – garantir que a amostra seja adequada ao universo pesquisado;
- homogeneidade – selecionar documentos com o mesmo tema e critérios de escolha;
- pertinência – assegurar a relação entre os documentos e os objetivos da pesquisa; e
- exclusividade – evitar a classificação de um mesmo elemento em mais de uma categoria.

Na segunda etapa, a *exploração do material*, os dados brutos são transformados em unidades de análise. Essas unidades podem ser palavras, frases ou trechos significativos que contenham informações relevantes (Valle; Ferreira,

2024). A partir da codificação, procede-se à categorização, classificando os fragmentos de acordo com temas recorrentes. Como explica Rosenthal (2018):

Trata-se de classificar os elementos constitutivos de um conjunto, de acordo com critérios pré-estabelecidos; baseia-se, principalmente, na divisão do texto completo em fragmentos menores, atribuindo significado a eles e contextualizando-os em classificações comuns (Rosenthal, 2018, p. 59).

Bardin (2011) identifica diferentes formas de categorização: semântica (temática), sintática (verbos, adjetivos), léxica (sentido das palavras) e expressiva (variações de linguagem). A autora também destaca alguns requisitos para a construção das categorias: *Exclusão mútua* – cada categoria deve ser definida por um único princípio; *Pertinência* – alinhamento com os objetivos da investigação; e *Objetividade e fidedignidade* – codificação consistente e uniforme.

Na última fase, *tratamento dos resultados e interpretação*, as categorias são analisadas criticamente e articuladas ao referencial teórico, possibilitando a produção de novos conhecimentos a partir dos dados.

Nesta pesquisa, a categorização foi realizada a posteriori, ou seja, as categorias emergiram da leitura contínua das entrevistas. Optou-se por categorias de natureza semântica, definidas a partir dos temas recorrentes identificados no material analisado.

5 RESULTADOS

A seguir, será apresentado o panorama das assimetrias de gênero na docência na UFES, seguido da análise das entrevistas narrativas individuais e, por fim, da análise de conteúdo.

5.1 PANORAMA DAS ASSIMETRIAS DE GÊNERO NA DOCÊNCIA NA UFES

Na UFES, 47% do corpo docente é composto por mulheres e 53% por homens. Embora o número de docentes do gênero masculino seja superior ao do gênero feminino, a diferença percentual entre os dois é relativamente pequena, totalizando apenas 6%. Essa proximidade pode ser explicada pela diversidade de áreas de ensino presentes na instituição.

Apesar de atualmente já ser expressiva a inserção feminina em ambientes em que se faz Ciência, como é o caso das universidades, a participação efetiva das mulheres ocorre de modo dicotomizado e ainda é grande a segregação entre o tipo de Ciência que melhor lhes cabe, algo que precisa ser superado. Por essa razão, torna-se essencial realizar uma análise mais detalhada de cada Centro de Ensino da universidade, considerando suas particularidades e as características específicas das respectivas áreas de conhecimento que cada um atende. Na Tabela 1 (disponível na página 71), apresenta-se a distribuição percentual de gênero entre os docentes da UFES, detalhada por Centro de Ensino.

Nos Centros de Educação (CE) e de Ciências da Saúde (CCS) da UFES, observa-se predominância feminina: no CE, 66% do corpo docente é composto por mulheres, enquanto no CCS esse percentual é de 62%. Esse cenário pode ser explicado pela associação histórica e social das áreas do cuidado, da sensibilidade e da paciência às mulheres (Prado; Fleith, 2020). Contudo, dentro do CCS emergem contradições: no Departamento de Clínica Cirúrgica, apenas 6% das docentes são mulheres, e no de Medicina Especializada o percentual é de 27%. Ambos concentram disciplinas de grande prestígio, como Cirurgia, Oncologia e Cirurgia Plástica, tradicionalmente vinculadas ao universo masculino, o que reflete o processo de hierarquização dos saberes, no qual áreas de maior reconhecimento permanecem sob hegemonia masculina. Silva (2017) explica esse fenômeno ao considerar que as disciplinas destinadas às mulheres muitas vezes não possuem o mesmo status que

as destinadas aos homens, uma vez que, geralmente, lhes são atribuídas disciplinas básicas.

Nos Centros de Ensino de Artes (CAR) (45% de mulheres e 55% de homens), Ciências Humanas e Naturais (CCHN) (51% de mulheres e 49% de homens), Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) (46% de mulheres e 54% de homens), e Educação Física e Desportos (CEFD) (47% de mulheres e 53% de homens), observa-se uma distribuição de gênero que pode ser considerada quase igualitária. Esse equilíbrio pode estar relacionado à diversidade de áreas presentes nesses centros, que congregam campos associados tanto às mulheres quanto aos homens.

Ainda assim, uma análise departamental revela desigualdades internas. No CCHN, por exemplo, enquanto departamentos ligados às Ciências Humanas e Sociais apresentam maioria feminina, como Psicologia (61%) e Ciências Biológicas (65%), áreas ligadas às Ciências Naturais e Abstratas permanecem majoritariamente masculinas, como Filosofia (71% de homens) e Geografia (74% de homens). Tal divisão corrobora a segregação sexual do conhecimento, segundo a qual as Ciências Humanas e Sociais são associadas às mulheres, e as Ciências Exatas e Naturais, aos homens (Suarez, 2016; Silva, 2008).

O Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) apresenta, em termos gerais, uma distribuição quase equilibrada (43% de mulheres e 57% de homens). Contudo, em seu interior, repetem-se padrões de desigualdade: departamentos como Matemática Aplicada (81% de homens) e Computação e Eletrônica (85% de homens) reforçam a vinculação masculina às áreas que demandam raciocínio lógico, enquanto o Departamento de Ciências da Saúde (70% de mulheres) reafirma a associação feminina às carreiras do cuidado (Silva, 2020). O recorte interno evidencia que a desigualdade de gênero não se expressa só em termos absolutos, mas sobretudo na segmentação das áreas de conhecimento, reiterando a divisão sexual do trabalho intelectual já discutida por Saffioti (2015). Esse quadro dialoga com a análise de Scott (1990), que compreende o gênero como categoria de organização das relações de poder: não basta contabilizar presenças, é preciso observar como homens e mulheres são distribuídos hierarquicamente nos diferentes espaços acadêmicos. O aparente equilíbrio estatístico, quando analisado de perto, revela uma hierarquia simbólica: às mulheres, os cursos ligados ao cuidado e à afetividade; aos homens, as áreas ligadas à técnica e ao raciocínio abstrato, tidas como de maior prestígio social e econômico. Além disso, a concentração masculina

em áreas como Computação e Eletrônica reforça o argumento de Silva (2012) sobre a naturalização de discursos biológicos que associam aptidões técnicas ao masculino, legitimando a exclusão feminina como se fosse resultado de uma suposta falta de vocação “natural”. Portanto, essa segmentação expressa um processo estrutural de canalização das trajetórias acadêmicas segundo marcadores de gênero, reproduzindo desigualdades simbólicas, materiais e profissionais que se estendem para além da universidade.

Os Centros de Ciências Exatas (CCE) (22% de mulheres e 78% de homens) e o Centro Tecnológico (CT) (30% de mulheres e 70% de homens) apresentam forte predominância masculina. Ambos concentram departamentos historicamente vinculados às Ciências duras, como Química, Física, Matemática, Informática e Engenharias, áreas socialmente atribuídas aos homens e associadas a características como racionalidade, objetividade e rapidez (Silva, 2012; Prado; Fleith, 2020).

Encerrado esse panorama sobre todos os Centros de Ensino da UFES, a análise voltou-se para os Centros de Ensino situados em Alegre, onde a investigação foi aprofundada nos departamentos, de modo a identificar e selecionar as narradoras da pesquisa.

5.1.1 Mulheres na docência nos Centros de Ensino de Alegre

5.1.1.1 *Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE)*

O CCAIE é composto pelos departamentos de Agronomia, Ciências Florestais e da Madeira, Engenharia Rural, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia, áreas tradicionalmente associadas ao predomínio masculino (Rosenthal, 2018). A distribuição geral entre docentes indica 43% de mulheres e 57% de homens, uma diferença relativamente pequena (14%), mas que ganha nuances importantes quando observada por departamento (Tabela 3).

Nos departamentos de Zootecnia (54% de mulheres e 46% de homens) e Engenharia Rural (48% de mulheres e 52% de homens), observa-se quase equilíbrio entre os gêneros. Esse cenário relaciona-se à diversidade de cursos atendidos, que articulam áreas socialmente associadas ao feminino e ao masculino, conforme discutem Rosenthal (2018) e Silva (2012).

Tabela 3 - Distribuição de gênero entre os docentes do CCAE nos departamentos

DEPARTAMENTOS	Nº DE HOMENS	% DE HOMENS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES	DIFERENÇA PERCENTUAL
Engenharia Rural	13	52%	12	48%	4%
Zootecnia	6	46%	7	54%	8%
Engenharia de Alimentos	5	38%	8	62%	24%
Medicina Veterinária	9	33%	18	67%	34%
Agronomia	17	85%	3	15%	70%
Ciências Florestais e da Madeira	20	80%	5	20%	60%
CCAЕ	70	57%	53	43%	14%

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Os departamentos de Medicina Veterinária (67% de mulheres e 33% de homens) e Engenharia de Alimentos (62% de mulheres e 38% de homens) apresentam maioria feminina, em consonância com o que Silva (2012) destaca: campos ligados ao cuidado tendem a ser ocupados predominantemente por mulheres. A presença majoritariamente feminina na Medicina Veterinária é resultado de um processo multifatorial que combina transformações históricas, sociais e institucionais recentes. A ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior, somada à mudança do foco da profissão, que passou de atividades voltadas ao trato de animais de produção para a medicina de pequenos animais, favoreceu a percepção social da carreira como mais “cuidativa” e, portanto, mais adequada às mulheres, segundo estereótipos de gênero (Morello *et al.*, 2021). Concomitantemente, observou-se o fenômeno da “dominância ocupacional”: à medida que o campo se torna predominantemente feminino, ele tende a desestimular o ingresso masculino (Morello *et al.*, 2021). Contudo, a feminização não significou valorização: ao contrário, pesquisas revelam que, paralelamente à expansão da presença feminina, ocorreram processos de desvalorização salarial e de prestígio profissional, dinâmica que dialoga

com outras áreas onde a predominância feminina é associada à menor remuneração e reconhecimento (Allen, 2016).

Por outro lado, nos departamentos de Ciências Florestais e da Madeira (20% de mulheres e 80% de homens) e de Agronomia (15% de mulheres e 85% de homens), a predominância masculina é ainda mais acentuada, configurando-se como uma das expressões mais evidentes da naturalização das Ciências Agrárias e da Natureza como territórios masculinos. Esses dados confirmam a análise de Prado e Fleith (2020) e Alves (2013), para quem tais áreas continuam sendo socialmente associadas à força física, à rusticidade e à proximidade com a terra, atributos culturalmente vinculados ao masculino. A baixa participação feminina nesses cursos revela a persistência de estereótipos que dificultam o ingresso e a permanência das mulheres, reiterando que sua presença é vista como exceção e não como regra.

Esse cenário dialoga com o que Beauvoir (1980a, 1980b) já apontava: a mulher, ao adentrar espaços historicamente reservados aos homens, precisa constantemente justificar sua legitimidade, vivendo sob a expectativa de provar competência em dobro. Além disso, como reforça Gianvecchio (2022), a resistência enfrentada por mulheres em profissões tradicionalmente masculinas não se limita ao ambiente formativo, mas se estende ao mercado de trabalho, onde barreiras de reconhecimento e credibilidade permanecem ativas. Assim, a expressiva desigualdade de gênero em Ciências Florestais e Agronomia não pode ser compreendida como simples desinteresse feminino por essas áreas, mas como resultado de um processo estrutural de exclusão simbólica e material, sustentado por discursos naturalizados que seguem regulando o que é considerado um espaço legítimo para homens e para mulheres.

5.1.1.2 *Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)*

O CCENS está dividido em seis departamentos: Biologia, Computação, Farmácia e Nutrição, Geologia, Matemática Pura e Aplicada, Química e Física. No conjunto, a distribuição de gênero entre docentes mostra relativa paridade com 48% de mulheres e 52% de homens, com uma diferença de apenas 4%. A Tabela 4 apresenta essa distribuição por departamentos e evidencia como as assimetrias se manifestam de forma distinta em cada departamento.

Tabela 4 - Distribuição de gênero entre os docentes do CCENS nos departamentos

DEPARTAMENTOS	Nº DE HOMENS	% DE HOMENS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES	DIFERENÇA PERCENTUAL
Biologia	8	32%	17	68%	36%
Farmácia e Nutrição	9	31%	20	69%	38%
Geologia	7	54%	6	46%	8%
Química e Física	17	68%	8	32%	36%
Matemática Pura e Aplicada	9	69%	4	31%	38%
Computação	14	78%	4	22%	56%
CCENS	64	52%	59	48%	4%

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025).

Nos departamentos de Biologia (68% mulheres e 32% homens) e de Farmácia e Nutrição (69% mulheres e 31% homens), a predominância feminina confirma o argumento de Rosenthal (2018) de que determinadas áreas da Saúde e das Ciências Biológicas foram historicamente associadas ao feminino. Essa concentração, no entanto, não deve ser lida como conquista de espaço, mas como resultado da naturalização de papéis de gênero que vinculam as mulheres ao cuidado, à nutrição e à preservação da vida. Tais áreas, embora socialmente valorizadas pela função social que desempenham, ainda carregam menor prestígio simbólico e científico em comparação às Exatas, às Engenharias e às Ciências Agrárias, majoritariamente masculinas. Esse padrão revela, portanto, uma segmentação hierárquica: as mulheres são maioria onde se privilegiam a afetividade, o cuidado e a dimensão aplicada da Ciência, enquanto os homens dominam os espaços ligados ao raciocínio lógico, à técnica e à produção de conhecimento considerado de maior status. Assim, embora os números indiquem a forte presença feminina em Biologia e em Farmácia e Nutrição, a análise qualitativa mostra que essa predominância reforça a permanência de fronteiras simbólicas entre o que é considerado Ciência dura e Ciência leve⁹, distinção que reproduz as desigualdades de gênero no campo científico.

⁹ Como oposição às Ciências duras, encontram-se também as expressões “Ciências moles”, “Ciências brandas”.

Por outro lado, a assimetria de gênero nos departamentos de Química e Física (32% mulheres e 68% homens), Matemática Pura e Aplicada (31% mulheres e 69% homens) e Computação (22% mulheres e 78% homens) evidencia a persistência de barreiras estruturais que limitam o acesso e a permanência das mulheres em áreas de maior prestígio técnico e simbólico. As diferenças percentuais de gênero encontradas nestes departamentos dialogam com o que destacam Silva (2012) e Gomes (2015): a ideia de que a competência nas Ciências duras seria uma aptidão inata masculina permanece naturalizada, gerando descrédito em relação às mulheres que ingressam nesses espaços.

Suárez (2016) acrescenta que, mesmo quando conseguem superar as barreiras iniciais, muitas mulheres internalizam a crença de que precisam neutralizar sua feminilidade ou adotar posturas masculinizadas para serem reconhecidas, o que leva a processos de desgaste e adoecimento. Além disso, Silva (2017) observa que a desigualdade se intensifica nas etapas mais avançadas da carreira, quando cargos de maior prestígio e poder de decisão continuam majoritariamente ocupados por homens. A disparidade é ainda reforçada, como mostra Rosenthal (2018), pela pressão social sobre a mulher para conciliar desempenho acadêmico e responsabilidades familiares, o que compromete sua disponibilidade para investir em pesquisas de alta competitividade. Assim, a baixa presença feminina nesses departamentos decorre de um conjunto de barreiras simbólicas, institucionais e culturais que reforçam a masculinização dessas áreas.

O caso da Geologia (46% mulheres e 54% homens) merece atenção especial, pois contraria a tendência registrada por Rosenthal (2018), que classifica as Ciências da Natureza como majoritariamente masculinas. Esse fenômeno pode ser explicado por fatores estruturais e contextuais. Em primeiro lugar, o departamento conta com apenas 13 docentes (6 mulheres e 7 homens), o que reduz a representatividade estatística. Em segundo lugar, a feminização da área reflete mudanças históricas e sociais: a ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior, a diversificação das atividades profissionais, incluindo trabalho em laboratório, análises computacionais e docência universitária, e a escolha do setor público como espaço relativamente menos discriminatório favorecem a presença feminina (Gomes, 2015). Além disso, a visibilidade crescente de docentes mulheres cria um efeito multiplicador, incentivando novas alunas a ingressar na Geologia e contribuindo para a transformação gradual da composição de gênero na área, conforme vem ocorrendo na Medicina Veterinária.

5.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS

De modo geral, em suas narrativas, as docentes iniciam com memórias da infância e da adolescência, avançam para as motivações que influenciaram suas escolhas profissionais e descrevem os percursos trilhados até alcançarem a posição que atualmente ocupam em suas carreiras. Ao longo desses relatos, destacam episódios considerados significativos em suas trajetórias, os quais, à luz da concepção benjaminiana de “narrativa”, configuram-se como experiências compartilháveis. Nesse sentido, as nove docentes assumem o lugar de narradoras, no sentido proposto por Benjamin (1994), uma vez que suas vivências não se limitam ao plano biográfico, mas se transformam em experiências comunicáveis, portadoras de ensinamentos e capazes de produzir sentidos coletivos acerca da docência, do trabalho universitário e das assimetrias de gênero.

A opção por apresentar a análise de forma individualizada, organizando subseções específicas para cada narradora, não se configura como mera estratégia expositiva, mas como escolha teórico-metodológica. Privilegiando, assim cada narrativa em sua singularidade, busca-se reconhecer cada docente como produtora de conhecimento, cuja experiência antecede e fundamenta o próprio processo de categorização. Ainda que a análise de conteúdo, que será apresentada na sequência, implique a organização temática dos relatos, considera-se, em consonância com a perspectiva benjaminiana, que é na construção própria de cada história que se inscrevem saberes, memórias e marcas históricas. Assim, a divisão em subseções visa preservar a integridade de cada voz antes de sua articulação às categorias analíticas, evitando que a sistematização temática reduza a complexidade do vivido. Desse modo, as narrativas são compreendidas simultaneamente como base para a elaboração de categorias interpretativas e como espaços autônomos de produção de saber e de resistência no espaço acadêmico.

5.2.1 Ada

A narrativa de Ada preserva a memória das barreiras estruturais que incidem sobre as mulheres na universidade, ao mesmo tempo que aponta caminhos de resistência e afirmação. Logo no início da entrevista, Ada evidencia o papel

fundamental da família na formação de sua identidade profissional e na construção de sua autonomia. Ela relata:

Minha família sempre me incentivou a estudar. Meu pai e minha mãe sempre falavam que a educação era o bem mais precioso que eles poderiam me deixar. [...] Para minha mãe, o mais importante é estudar para ser independente (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025).

Essa valorização da autonomia remete diretamente à perspectiva de Beauvoir (1980a, 1980b), para quem a independência intelectual e econômica é indispensável para que a mulher se afirme como sujeito e escape da condição de “Outro”. Portanto, para Ada, o incentivo familiar à educação funcionou, tornou-se uma estratégia de rompimento com a destinação tradicionalmente passiva e doméstica atribuída às mulheres. Nesse ponto, a análise dialoga com Silva (2020), que identificou a relevância do apoio familiar como fator de permanência e avanço profissional de mulheres em áreas masculinizadas.

Contudo, ao escolher e permanecer em contextos tradicionalmente masculinos, Ada enfrentou constantes barreiras simbólicas e institucionais. Ada explicita os efeitos duradouros do sexismo em sua trajetória:

Pensando nas barreiras que eu enfrentei na minha trajetória, sofri muito preconceito por ser mulher [...] em todos os níveis da minha formação acadêmica e também profissional (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025).

A constatação de Ada se insere na crítica de hooks (2019), que aponta como o sexismo opera de maneira persistente e transversal, deslegitimando mulheres não apenas no acesso aos espaços de poder e saber, mas na permanência e ascensão nesses espaços. Gomes (2015) também identificou como esse preconceito se manifesta em forma de discriminação da competência e na necessidade de conciliar carreira e cuidados familiares, aspectos fortemente presentes no percurso de Ada. As barreiras relatadas por Ada não são acidentais ou pontuais, mas estruturais, reiteradas em diversos momentos de sua formação e exercício profissional. Sua trajetória acadêmica na graduação já se dava em uma estrutura marcadamente desigual: “Na minha turma de graduação, éramos quatro mulheres numa turma de quarenta alunos [...] durante nossa trajetória enfrentamos muitas barreiras” (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025). Esse dado, além de quantitativo, mostra a desproporção numérica que reforça a solidão institucional que as mulheres enfrentam em áreas masculinamente

hegemonizadas. Segundo Scott (1994), o gênero deve ser entendido como forma primária de significar as relações de poder, e essa disparidade no acesso e na permanência reflete a desigualdade e a hierarquia simbólica. O apoio mútuo entre as colegas, por outro lado, evoca a solidariedade histórica entre mulheres, elementos fundamentais para a resistência.

A desigualdade institucional também se manifesta na ocupação dos espaços profissionais, aliada à escassez de mulheres docentes em departamentos de Ciências Exatas, da Natureza e Agrárias, expõe a persistente divisão sexual do saber, conforme discutido por Saffioti (2015). Ada, no entanto, transforma essa adversidade em enfrentamento consciente: “Estar em um departamento que a maioria é homem é muito desafiador [...]. Eu tenho sempre que me colocar com firmeza, demonstrar que ser mulher não tem nada a ver com a minha competência” (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025).

A declaração carrega uma tensão importante. Ao afirmar que “ser mulher não tem nada a ver com a minha competência”, Ada busca se proteger de estereótipos que a desqualificam; no entanto, essa defesa revela também a naturalização da fragmentação entre identidade de gênero e autoridade científica. Na tentativa de negar o vínculo entre o feminino e a desvalorização, ela acaba, nas entrelinhas, reforçando a ideia de que ser mulher e ser competente são dimensões que precisam ser separadas para garantir reconhecimento. No entanto, como lembra Beauvoir (1980a, 1980b), a experiência feminina constitui inseparavelmente a trajetória profissional, pois é a partir dela que se constroem modos singulares de existir, resistir e produzir conhecimento. Assim, a fala de Ada ilustra a violência simbólica que exige das mulheres a prova constante de neutralidade e a potência de ressignificar essa condição: ser mulher não é obstáculo à competência, é parte constitutiva dela. Esse exercício contínuo de afirmação e presença se alinha à necessidade das mulheres em posições subalternizadas de ocuparem espaços com competência e força simbólica para resistir à desqualificação estrutural.

Apesar das conquistas, Ada reconhece que o caminho continua permeado por tensões, como, por exemplo, a constante necessidade de comprovar sua competência, o que aponta para a dinâmica que, segundo hooks (2019), denuncia o mecanismo de deslegitimação das mulheres em espaços de poder e saber:

As mulheres conquistaram muitas coisas ao longo do tempo, mas ainda precisam superar muitas barreiras e preconceitos. [...] Se eu falar que nunca pensei em desistir da minha carreira, é mentira. [...] Antigamente, eu achava que a mulher tinha que ficar permanentemente tentando comprovar sua competência profissional. Antes eu ficava tentando me provar, como se o fato de ser mulher me tornava inferior. Se eu sentisse que alguém achava que eu não era o suficiente, eu ia lá e fazia, só para mostrar que era capaz (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025).

Esse depoimento explicita o custo emocional e político da permanência. As barreiras são não apenas externas, mas internalizadas sob a forma de dúvida, fadiga e culpa, elementos que constituem os modos como o poder atua sobre os corpos e subjetividades. A permanência, portanto, torna-se um ato político. Ada, mesmo altamente qualificada, foi deslegitimada diversas vezes por alunos, colegas e orientadores, revelando a persistência de estereótipos que associam a autoridade e a competência à figura masculina:

Teve um aluno que ficou a aula inteira rindo de mim. [...] Depois ele me disse que achava que era um trote, que eu não era a professora. [...] Eu não tinha o estereótipo que ele esperava, afinal eu era mulher (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025).

Ada também narra o impacto da maternidade em sua carreira, revelando a dificuldade de conciliar as exigências da docência, da pesquisa e da vida familiar. Martins-Suarez (2016) já havia destacado como a sobrecarga de tarefas e as expectativas sociais em torno do feminino intensificam esses dilemas, impondo às mulheres escolhas difíceis entre carreira e família. Ela enfatiza a queda na produtividade após o nascimento dos filhos e a sobrecarga vivenciada no retorno ao trabalho:

Com a chegada dos filhos tudo muda, ter filhos impacta demais na carreira profissional, hoje eu não consigo produzir mais como antes, óbvio. [...] Depois dos filhos, da maternidade, eu senti essa queda na produtividade, pensando profissionalmente. [...] Eu consigo fazer, mas não como fazia antes de ser mãe. [...] Agora é possível inserir a licença maternidade no currículo [...], mas muito mais do que os seis meses, é o retorno, a rotina é uma loucura [...] A mãe nasce, nasce a culpa junto (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025).

Aqui, a articulação entre maternidade e culpa revela a naturalização da sobrecarga que recai quase exclusivamente sobre a mulher. Mesmo com suporte conjugal, Ada evidencia que a responsabilização simbólica e afetiva pela família permanece assimétrica. Beauvoir (1980a, 1980b) e Saffioti (2015) apontam que a

divisão sexual do trabalho reserva às mulheres o papel majoritário nos cuidados, o que impacta diretamente sua produtividade acadêmica e científica. Esse quadro é corroborado por Silva (2017), ao mostrar que a maternidade e as responsabilidades familiares são barreiras constantes ao avanço na carreira, inclusive em universidades, onde cargos de prestígio seguem majoritariamente ocupados por homens. A culpa, como ela mesma expressa, está profundamente entrelaçada à identidade materna: “Por mais que a gente dedique tempo para elas, nunca vai achar que é suficiente” (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025). O sentimento revela o quanto a ideologia da maternidade, enquanto discurso normativo, impõe modelos de perfeição que são inatingíveis e, muitas vezes, paralisantes. Mesmo com um companheiro compreensivo e colaborativo, Ada reconhece que certos aspectos da maternidade ainda recaem exclusivamente sobre a mulher.

Apesar de todas as tensões, Ada reafirma sua escolha com convicção: “Mas independente de tudo isso, eu nunca me arrependi de ter escolhido essa carreira. [...] Eu iria fazer de novo” (Ada, *Entrevista*, 23 maio 2025). A afirmação final é significativa: ela resgata a autonomia da escolha e a capacidade de se reconhecer como sujeito ativo de sua trajetória, em sintonia com Beauvoir (1980a, 1980b), que defende a necessidade de a mulher se afirmar como existência autônoma e projetiva.

A trajetória de Ada é atravessada por múltiplas camadas de exclusão e resistência, marcada por enfrentamentos cotidianos ao machismo estrutural e aos estereótipos de gênero. Sua história é um testemunho da luta das mulheres por legitimidade, espaço e significado nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, lugares que, embora historicamente hostis, podem ser ressignificados por meio da memória, da coletividade e da afirmação subjetiva.

5.2.2 Alice

Alice inicia a narrativa de sua trajetória afirmando que, em um primeiro momento, não percebia o ambiente acadêmico como masculinizado, conforme Rosenthal (2018) traz em sua pesquisa, percepção que, entretanto, se altera quando passa a transitar em áreas das Ciências historicamente associadas ao masculino:

Na minha formação eu não sentia isso, mas quando fui para o doutorado comecei a notar um ambiente mais masculino. Mas ainda assim, talvez por minha postura ser mais masculina, eu não percebia isso com clareza (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

A não percepção do machismo revela uma adaptação de sua conduta para sobreviver num meio masculino, em que Alice evidencia a renúncia simbólica à expressão do feminino como uma forma de autoproteção. No entanto, como a própria docente reconhece mais adiante, essa negação de si mesma adocece:

Eu era aquela pessoa que falava: no dia que eu virasse mãe gostaria que meu filho fosse homem! [...] Tentava ser menos feminina, achava que se vivesse igual a um homem sofreria menos. [...] Só que nisso a gente vai contra a nossa natureza [...] viver contrariada faz as pessoas adoecerem (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

Aqui reencontramos a tese central de Beauvoir (1980a, 1980b): a mulher é socialmente levada a negar sua condição em nome da adaptação a um modelo universal que é masculino. Essa negação não a emancipa, a adocece. O corpo e o desejo de Alice são diminuídos em prol de uma performance de aceitação, até que o acúmulo da renúncia emerge como sofrimento. Esse adoecimento é mais do que físico: é existencial. Trata-se da negação de uma identidade subjetiva. Rosenthal (2018) mostra como essa exigência de negar a feminilidade, para ser aceita em espaços tidos como masculinos, é uma das maiores violências simbólicas enfrentadas pelas mulheres que desejam permanecer nas carreiras científicas.

O momento da maternidade é descrito por Alice como um divisor de águas, tanto na vida pessoal quanto na percepção das desigualdades estruturais:

Eu consegui reconhecer essa história toda de forma mais evidente depois que eu me tornei mãe [...] até então não conseguia ver que eu pudesse estar nesse meio mais masculino, eu simplesmente fui seguindo o fluxo. [...] Depois que me tornei mãe, comecei a reconhecer com mais clareza o meio em que estava [...] sem rede de apoio, sozinha, adoeci, [...] me senti culpada por não dar conta de tudo (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

A maternidade, para Alice, não é um evento biológico apenas, mas um marco político de consciência. Conforme analisa Beauvoir (1980a, 1980b), a condição feminina é socialmente definida pela função reprodutiva, o que leva à naturalização da sobrecarga e da responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos. A fala de Alice mostra que a ausência de suporte institucional, como creche, instrução adequada sobre direitos ou acolhimento psicológico, compromete a produtividade acadêmica, a dignidade e o bem-estar das docentes e discentes-mães. Essa ausência de políticas institucionais, como observa Silva (2017), reforça a ideia de que a universidade segue

estruturada para corpos masculinos, tornando a experiência materna um fator de desigualdade na carreira.

Sua condição de mãe solo, nesse sentido, é também uma forma de ruptura com a lógica patriarcal que associa a maternidade à dependência de um homem. Alice reivindica para si a dupla posição de mãe e de profissional, mesmo que à custa de sobrecarga, reafirmando a autonomia de que fala Beauvoir (1980a, 1980b). A sensação de não estar fazendo o suficiente é uma constante em sua fala. Essa autocrítica remete à armadilha do ideal da mulher total: a mulher que precisa ser produtiva, afetiva, esteticamente adequada, militante, cuidadora e eficiente. Alice descreve os efeitos da falta de rede de apoio sobre sua carreira e sua saúde mental:

Queria fazer tanta coisa, mas a sobrecarga impede. [...] A gente se autocobra demais. [...] Sou mãe solo, não tenho rede de apoio. [...] Às vezes olho e penso: “eu podia estar fazendo tanta coisa se eu tivesse apoio ou se eu fosse um homem” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

No caso de Alice, a condição de mãe solo intensifica ainda mais a sobrecarga, descrita pela literatura. Se, como aponta hooks (2019), o sexismo já impõe às mulheres a necessidade de provar constantemente sua competência, para as mães sem rede de apoio esse desafio é redobrado, pois a solidão estrutural as expõe a uma cobrança contínua e desigual. Martins-Suarez (2016) reforça essa perspectiva ao mostrar como as expectativas sociais de cuidado recaem de forma desproporcional sobre as mulheres, gerando sobrecarga física e emocional e ampliando os conflitos entre vida profissional e doméstica.

A fala é muito forte e marca o que Saffioti (2015) denomina “dupla jornada”, conceito que precisa ser ampliado para jornadas múltiplas. A ausência de tempo, apoio e condições para participação plena em atividades de pesquisa, política institucional ou extensão revela o caráter excludente das formas atuais de organização do trabalho acadêmico. A autocobrança é emocional e cultural, como apontado por Beauvoir (1980a, 1980b): a mulher, mesmo quando avança, carrega as expectativas anteriores, sem jamais poder abandonar o que lhe é devido: cuidado, afeto, aparência, docilidade, eficiência. Isso também pode ser evidenciado em:

Ainda é muito recente a discussão sobre se as mulheres devem ter voz na sociedade. [...] E não deixamos de ter as atribuições anteriores. [...] As mulheres são cobradas por tudo: beleza, produtividade, cuidado com os pais

e filhos. [...] A mulher é a cuidadora da sociedade inteira (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

A entrada de Alice em um departamento majoritariamente masculino foi um choque:

Num primeiro momento é chocante [...] somos muito poucas mulheres dentro desse departamento. [...] Era um departamento essencialmente de homens (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

A maior surpresa de Alice não vem dos colegas docentes, mas dos alunos homens:

Já ouvi comentários do tipo “você não tem o perfil da área”. [...] Há atitudes de intimidação, assédio moral sutil [...] o comportamento dos alunos homens é menos acolhedor (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

Essas evidências apontam para a reprodução do machismo estrutural nas novas gerações, mesmo entre jovens. Esse dado é alarmante, pois evidencia que, mesmo diante dos avanços discursivos, o sexismo continua operando em níveis profundos da socialização masculina. Gomes (2015) também identificou esse movimento de naturalização do preconceito de gênero nas Ciências Exatas, quando muitas mulheres atribuem suas dificuldades apenas à competência individual, deixando de reconhecer as práticas discriminatórias que marcam o ambiente acadêmico. Por outro lado, a relação com as alunas é marcada por afeto, identificação e espelhamento, e o reconhecimento reafirma a importância da representatividade feminina como mecanismo de resistência e inspiração coletiva. Ela relata:

Das meninas, vejo olhos brilhando. [...] É bonito, me emociona. [...] Já por parte dos meninos, consigo sentir alguns aspectos de preconceito (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

A trajetória de Alice é também o retrato das violências sutis que lhe exigiram renunciar à feminilidade como condição de reconhecimento em um espaço masculinizado. Ainda assim, sua experiência de mãe solo, longe de ser fragilidade, transforma-se em força: revela como o peso do cuidado recaiu sobre seus ombros sem que houvesse renúncia ao sonho acadêmico. Nesse entrelaçar de perdas e resistências, sua história ecoa como memória viva da desigualdade, sua experiência

não é isolada, mas exemplar, e sua história, sensível e potente, é também instrumento de denúncia, inspiração e construção coletiva.

5.2.3 Djamila

A narrativa de Djamila evidencia a centralidade de experiências atravessadas pelas categorias de gênero e raça, revelando uma rede de enfrentamentos cotidianos que marcam sua trajetória. Sua narrativa expõe os desafios vividos por mulheres que constroem suas carreiras em espaços historicamente ocupados e dominados por homens, como ocorre em determinadas áreas do ensino superior. Esse dado dialoga com Martins-Suarez (2016), que aponta a lenta e desigual inserção das mulheres em determinadas áreas das Ciências, ainda marcadas por forte desproporção de gênero. Desde sua formação inicial, Djamila percebeu a ausência feminina na sua área: “Quando eu fui à parte da Ciência¹⁰ pura, as mulheres sumiram. Só tinha professores homens, não tinha nenhuma professora” (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025). Essa constatação evidencia a exclusão material e simbólica das mulheres desses espaços acadêmicos, onde frequentemente aparecem fora da norma, como exceções ou como presenças que precisam ser constantemente justificadas. Djamila relata ainda a desigualdade no tratamento de estudantes mulheres em sala de aula, especialmente nas escolhas feitas pelos professores:

Então era muito difícil, era muito difícil porque na época eu não entendia muito bem sobre essas questões de gênero e de raça, fui me ligar nisso depois, foi aí que eu fui entender muitas coisas que já tinham acontecido, porque é o que aconteceu e que na época eu não conseguia entender. Percebi que nós, mulheres, tínhamos sempre que nos esforçar mais para mostrar que éramos tão capazes quanto os outros. [...] Os professores sempre escolhiam os homens para ir ao quadro, ou para liderar grupos (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Entre as nove docentes entrevistadas, apenas Djamila se autodeclarou negra, evidenciando a persistente desigualdade racial na composição do corpo docente analisado. À luz da perspectiva de hooks (2019, 2020), essa sub-representação não pode ser compreendida como um dado isolado, mas como expressão de uma lógica estrutural de dominação que articula racismo, sexismo e classismo, limitando o

¹⁰ A informação relativa à área de atuação foi suprimida com o objetivo de resguardar a identidade da entrevistada.

acesso, a permanência e a ascensão das mulheres negras na academia. Ao criticar o feminismo hegemônico, centrado nas experiências de mulheres brancas de classe média, hooks (2019, 2020) evidencia como as demandas e vivências das mulheres negras são sistematicamente invisibilizadas, mesmo no interior de movimentos que se propõem emancipatórios.

Nesse contexto, a desigualdade racial se manifesta na exclusão quantitativa e na forma como a presença das mulheres negras é constantemente questionada. Diferentemente das mulheres brancas, cuja luta muitas vezes se concentra na ampliação de direitos dentro do sistema patriarcal, as mulheres negras enfrentam a sobreposição de opressões que as coloca sob permanente exigência de comprovação de competência e legitimidade. Essa condição, que hooks (2019) define como a inter-relação entre sistemas de dominação, produz uma experiência acadêmica marcada pela dupla negação de gênero e raça, na qual o reconhecimento de sua autoridade é frequentemente negado, e sua presença nos espaços acadêmicos é percebida como intrusão. Assim, a necessidade contínua de reafirmação não constitui um desafio individual, mas uma consequência direta das estruturas racistas e sexistas que regulam os lugares de poder e de produção do conhecimento. Ela relata:

Na graduação, por eu ser mulher, negra, e uma aluna mediana, os professores jamais pensaram que eu poderia seguir na pós-graduação. Ninguém me levava a sério (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Além disso, hooks (2020) chama atenção para a forma como o sexismo ensina as próprias mulheres a se voltarem contra si mesmas, e isso inclui, muitas vezes, a reprodução de hierarquias raciais dentro do próprio movimento feminista. A ausência de solidariedade histórica entre mulheres brancas e negras reforçou a marginalização das segundas, que acabaram por criar espaços autônomos de luta. Nesse aspecto, pensar a docência universitária sem considerar as desigualdades raciais significa silenciar parte fundamental da experiência feminina.

Portanto, a análise da desigualdade de gênero nas universidades não pode prescindir da dimensão racial. Se, como lembra hooks (2019, p. 59), “[...] o feminismo não deve beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, mas transformar a vida de todas”, torna-se imprescindível reconhecer que as barreiras enfrentadas por mulheres negras não são equivalentes às enfrentadas pelas mulheres brancas. O feminismo interseccional, defendido por hooks, oferece a chave para compreender

essas diferenças e, sobretudo, para formular estratégias que incluam e centralizem as vozes historicamente marginalizadas.

Djamila descreve com precisão episódios de assédio sexual, como o caso do professor que “azeitava”¹¹ as alunas:

Tinha um professor que sempre que vinha conversar com as alunas olhava de cima abaixo com um sorrisinho no rosto e ficava conversando perto, passando a mão no braço, cotovelo. [...] Passava a mão nas costas, dizia: “fica tranquila, estou só te azeitando”. [...] Comigo não acontecia e acredito que pelo fato de eu ser negra (o que não fazia “o tipo dele”), [...] mas tinha uma colega branca, de cabelos lisos que sempre acontecia com ela. [...] Isso aconteceu há quase três décadas e ainda acontece em 2025 [...] Alunas aqui da UFES já me relataram que passam por isso, que se sentem mal porque professor vem conversar colocando a mão, se aproximando demais, se aproximando por trás em aula de laboratório (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

O relato de Djamila escancara a permanência de práticas de assédio sexual no espaço acadêmico, práticas que se naturalizam no gesto corriqueiro, no toque forçado, no olhar invasivo. A cena narrada não é só memória de um passado distante, mas denúncia da continuidade de violências que, décadas depois, ainda atravessam a experiência de alunas. Beauvoir (1980a, 1980b) já denunciava que a mulher é reduzida a um corpo disponível ao olhar e ao toque do outro, sendo esse corpo um campo de disputa simbólica e política.

Ao destacar que sua pele negra a excluía do “tipo” preferido do agressor, Djamila revela como gênero e raça se entrelaçam também na lógica do assédio, demarcando quem é mais vulnerável e quem é temporariamente poupada. Sua fala ecoa como denúncia de um sistema que insiste em transformar o corpo feminino em território de apropriação, reiterando que a universidade, embora se pretenda espaço de saber, continua sendo também espaço de violação.

Mesmo após anos de carreira, Djamila segue enfrentando mecanismos de exclusão em seu próprio departamento, o que reforça a persistência de práticas que marginalizam e silenciam mulheres negras no meio acadêmico:

Eu [...] na minha trajetória toda, tive problemas com sexismo, racismo, mas naquela época eu não tinha leitura disso, talvez até pensasse que eu estava exagerando. Só que hoje eu tenho leitura, estou num nível de conhecimento a esse respeito, em que eu não acho mais que é brincadeira e que as coisas

¹¹ No trecho citado, o termo “azeitava” é empregado pelo professor como um eufemismo para justificar ou suavizar o assédio sexual praticado contra alunas, revelando uma tentativa de naturalizar comportamentos invasivos sob uma linguagem aparentemente inofensiva, mas profundamente violenta e opressora.

são sem querer, [...] no departamento se estamos em uma reunião e ao abrir a boca para falar sempre tem um professor, homem, que fala por cima, é muito comum. Ou então quando uma mulher fala, o homem pede a palavra logo em seguida e repete tudo que a mulher falou, só para a última palavra ser a dele, não de uma mulher [...]. Eles só me atribuem as matérias básicas. [...] Tenho competência para dar disciplinas avançadas, mas nunca vou ter essa chance (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

A fala mostra o funcionamento do machismo velado que estrutura as relações entre docentes homens e mulheres. A negação sistemática do acesso às disciplinas de prestígio corresponde ao que Saffioti (2015) denunciava como distribuição desigual dos poderes institucionais. Além disso, Silva (2017) mostra como essas práticas se materializam na academia, onde cargos de prestígio e disciplinas de maior status seguem concentrados entre homens, reforçando desigualdades de gênero. Esses tipos de comentários desqualificam tanto a formação quanto a prática da docente, reiterando que a autoridade acadêmica continua sendo percebida como um atributo masculino.

Entretanto, Djamila reconhece o valor de sua presença como inspiração para outras mulheres, sobretudo negras:

Teve uma turma com três mulheres negras. Eu falava sempre com elas: é importante marcar esse lugar. Nós fomos discriminadas, não acreditam na gente. Quando vejo uma aluna nas aulas, sempre fico muito próxima [...] elas passam por situações complexas, como ser chamadas de “representantes das mulheres” em turmas só com meninos (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Ao refletir sobre sua trajetória e as transformações recentes, Djamila diz:

Isso está na nossa subjetividade, eu acho que o lado bom é que as mulheres estão crescendo, está tendo muito mais mudança no perfil das meninas que estão chegando do que dos meninos, hoje a gente já luta, não tolera. [...] E a gente parte de uma situação em que a gente era muito omissa, parada em relação a isso, para um momento em que a gente, as meninas agora enfrentam, partem por enfrentamento. Mas chega uma hora que você cansa de ficar enfrentando (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Esse cansaço revela um dos efeitos colaterais da resistência constante: o esgotamento emocional e político. Beauvoir (1980a, 1980b) reconhece que a emancipação exige rupturas profundas, mas, sem suporte coletivo e institucional, ela recai sobre os ombros das mulheres como mais uma sobrecarga. Essa sobrecarga é intensificada no caso das mulheres negras, como assinala hooks (2020), pois a

intersecção entre patriarcado e racismo amplia os obstáculos à permanência em espaços de poder.

A análise se conclui com um dos trechos mais reveladores da entrevista de Djamila, em que ela expõe o desequilíbrio estrutural entre o esforço exigido às mulheres e a permissividade concedida aos homens:

Eu trabalho da mesma forma que estudava: para mostrar que sou capaz. E isso não acontece com os homens. [...] Eles podem ser bons ou ruins, tanto faz, basta serem homens. [...] É como se tivessem liberdade para tudo. [...] É um machismo velado, mas a gente sabe que está ali (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Esse depoimento evidencia o que, enquanto os homens são reconhecidos como sujeitos autônomos por definição, as mulheres precisam constantemente provar que merecem ocupar o lugar que ocupam, conforme já destacado por Beauvoir (1980a, 1980b). No caso de Djamila, essa exigência é agravada pelo cruzamento entre gênero e raça, que impõe a ela uma vigilância contínua sobre sua atuação. A percepção de que o básico é suficiente para os homens, enquanto as mulheres precisam ser excepcionais para serem levadas a sério, revela uma das formas mais difíceis de desigualdade: a que naturaliza o mérito masculino e exige excelência feminina silenciosa. Esse machismo velado de que Djamila fala é a estrutura invisível que organiza comportamentos, silencia reações e reafirma privilégios.

A trajetória de Djamila é exemplar das contradições vividas por mulheres negras no campo das Ciências consideradas tradicionalmente masculinas: sofrer para permanecer, resistir para ensinar, calar para existir e falar para sobreviver. E vai além: Djamila transforma a dor em prática política, a docência em território ético e o afeto em metodologia didática. Ao não aceitar que seu saber seja reduzido e que sua autoridade seja questionada apenas por ser mulher e negra, ela encarna o gesto de que fala Beauvoir (1980a, 1980b): a recusa de ser o “Outro” e a afirmação plena de ser “Sujeito”.

5.2.4 Dorothy

A narrativa de Dorothy revela como sua trajetória foi marcada por experiências de gênero, hierarquia institucional e relações de poder. Sua narrativa evidencia questionamentos recorrentes, disputas simbólicas e enfrentamentos cotidianos,

especialmente em contextos predominantemente masculinos, como o curso, o departamento e as disciplinas em que atua. Esse aspecto converge com a investigação de Silva (2012), que aponta o uso histórico de discursos biologizantes para justificar a ausência feminina nas Ciências duras, reforçando a naturalização de sua suposta inferioridade nesses espaços.

Dorothy narra que iniciou sua trajetória docente de forma não planejada, assumindo turmas compostas por homens mais velhos. Esse estranhamento inicial remete à noção de “território simbólico masculino”, descrita por Scott (1994), segundo a qual o espaço acadêmico-científico é constituído por estruturas históricas que deslegitimam a autoridade feminina, especialmente quando esta desafia normas implícitas de gênero e hierarquia etária. Ela relata:

A primeira vez que eu entrei em uma sala de aula como professora eu quase morri, me assustei porque tinha muito homem. [...] Os estudantes, em sua maioria, eram mais velhos (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025).

A necessidade de reafirmação contínua da competência apareceu como uma constante na narrativa de Dorothy:

As mulheres parecem enfrentar uma necessidade permanente de provar sua competência profissional, independentemente de sua experiência ou qualificação. [...] Basta que um homem repita a mesma ideia e todos prestam atenção, acatam e valorizam sua fala (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025).

Esse cenário é destacado por hooks (2019) como sendo de valorização automática da fala masculina e de exigência para que as mulheres reafirmem constantemente sua autoridade. Tal dinâmica revela como a docência feminina é marcada por mecanismos de invisibilização e desvalorização simbólica. Nessa mesma direção, Almeida (2016) identificou nos cursos de Engenharia discursos que reforçam a dominação masculina e restringem as subjetividades de gênero das mulheres, limitando seu reconhecimento pleno.

Dorothy descreve sua chegada à UFES como uma experiência marcada pela ausência de acolhimento e pela indiferença institucional. A impessoalidade do processo de entrada reforça a neutralidade aparente das instituições, que, ao se negarem a reconhecer a especificidade das trajetórias femininas, perpetuam desigualdades estruturais. A hierarquia que privilegia os mais antigos (e, por

consequência, os homens) na escolha de disciplinas reflete a naturalização da autoridade masculina no campo científico:

Os mais antigos no departamento escolhem as disciplinas primeiro, e os mais antigos são todos homens. [...] Eles pegam as disciplinas mais fáceis, as mulheres ficam com as que sobram (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025).

Esse relato aproxima-se das conclusões de Silva (2020), que identificou como as hierarquias institucionais e a naturalização de práticas discriminatórias levam muitas mulheres a aceitar desigualdades como “parte do jogo”, internalizando processos de exclusão e naturalizando o sexismo em espaços dominados por homens.

Ao contrário de muitas colegas que relatam episódios de silenciamento, constrangimento ou omissão institucional, Dorothy adota uma atitude de fala, posicionando-se diante de comportamentos desrespeitosos, especialmente quando estes partem de colegas homens dentro do ambiente universitário. Sua fala evidencia uma consciência da dinâmica de poder que sustenta o machismo acadêmico, especialmente aquele velado, que se expressa por meio de indiferenças, interrupções, invalidações simbólicas ou distribuições desiguais de tarefas e oportunidades. Essa postura ativa remete à noção de resistência cotidiana, que reconhece na reação direta uma forma de ruptura com o ciclo de opressão e silenciamento. Ela conta:

Eu não aceito isso. Acredito que é fundamental se posicionar, responder, enfrentar essas situações de cabeça erguida. Porque, se ninguém impõe um limite, esse tipo de comportamento se torna rotina (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025).

A trajetória de Dorothy é marcada por resistência institucional, enfrentamentos simbólicos e críticas às práticas machistas no meio acadêmico. Sua experiência revela as tensões da docência feminina em campos científicos ainda organizados por lógicas patriarcais, ao mesmo tempo que evidencia a importância de iniciativas que ampliem a presença das mulheres nas Ciências. Assim, Dorothy articula uma experiência, permeada por escolhas, resistências e pela consciência crítica das dinâmicas de gênero no ensino superior.

5.2.5 Emmy

A narrativa de Emmy evidencia uma trajetória marcada por questões de gênero, disputas por reconhecimento e busca de legitimidade em ambientes institucionais. Sua experiência mostra os desafios de ocupar e manter espaços nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, historicamente dominados pela hegemonia masculina e pela exigência de reafirmação constante da competência profissional. Esse aspecto converge com Gianvecchio (2022), que aponta como mulheres em profissões tradicionalmente masculinas enfrentam resistências que vão além da inserção, alcançando também a permanência e o reconhecimento de suas habilidades.

Desde o início da entrevista, Emmy evidencia a complexidade de sua relação com a docência e com a sua área. Sua escolha de carreira, inicialmente motivada por questões práticas e de empregabilidade, acabou se tornando o caminho que consolidou sua identidade profissional. Um aspecto central de sua formação foi o fenômeno que ela mesma nomeia como “efeito tesoura”, quando observa que, na graduação, havia mais mulheres, mas na pós-graduação se sobrepunha a presença masculina:

Na minha formação, minha turma já refletia o fenômeno que a gente está vivendo, hoje tem mais mulheres do que homens [...] Já no mestrado tinha mais homens, é o Efeito Tesoura que a gente vê atualmente, que há mais mulheres na graduação e mais homens na pós-graduação, além disso meu mestrado [...], que já não tem muitas mulheres, é historicamente associado aos homens (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

Esse relato dialoga com as análises de Scott (1994) e Rosenthal (2018), que descrevem o gênero como um princípio organizador das relações de poder, evidenciando como o avanço na carreira acadêmica reforça os mecanismos de exclusão. A metáfora da tesoura ilustra a saída progressiva das mulheres nos níveis mais altos da formação ao apontar os obstáculos estruturais à permanência feminina em espaços de prestígio.

O ingresso de Emmy no departamento trouxe à tona novas barreiras de gênero. O relato sobre o acolhimento recebido apenas por outra professora e a preocupação da chefia com seu estado civil explicitam o sexismo institucionalizado:

Eu já entrei aqui [...] foi um desafio enorme entender como a universidade funcionava, quando eu cheguei só tinha uma mulher no departamento. Ela foi a única que me acolheu a princípio [...] fiquei preocupada, pois estava

entrando em um ambiente que só tem homens [...] o primeiro contato com que tive com a chefia da época foi ele me perguntado se eu era casada ou noiva [...] fiquei me questionando se fosse um homem será que ele faria a mesma pergunta (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

Essa abordagem inicial reforça a análise de Saffioti (2015) sobre os estereótipos de gênero no mundo do trabalho, nos quais a maternidade é percebida como ameaça à estabilidade institucional. O gênero, portanto, estrutura as relações interpessoais e as práticas institucionais cotidianas. Como destaca Ferreira (2023), essa desconfiança em relação às mulheres manifesta-se em assédios sutis, perguntas invasivas e atitudes de vigilância que não recaem sobre os homens, criando barreiras simbólicas já nos primeiros contatos institucionais.

Ao longo da entrevista, Emmy expressa de forma direta o sentimento de ter que provar sua competência constantemente:

Eu acho que isso tem a ver com o fato que as mulheres têm necessidade constante de ficar se provando, sua competência profissional, a gente não deveria ter que fazer isso, mas a sociedade patriarcal nos impõe isso [...] o tempo todo [...] procurando o meu lugar, me reafirmando [...] pra homem não, o homem não precisa disso, só dele estar ali, ele já é uma figura respeitada (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

A maternidade é outro eixo central da narrativa de Emmy. A experiência da gravidez, do cuidado e do impacto na carreira surgem com força:

Eu me tornei mãe, então eu tinha virado outra pessoa, tinha virado uma leoa. Eu quero ser um exemplo de mulher forte para a minha filha, quero mostrar para ela que nós, mulheres, nós tínhamos nosso lugar e que nós não podemos abaixar a cabeça para o machismo, empoderar a minha filha por meio do meu empoderamento, então eu virei outra mulher também, porque eu me tornei mãe (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

Nesse contexto, a maternidade deixa de ser uma experiência pessoal, mas um marco de empoderamento e de redefinição de papéis sociais, como aponta Beauvoir (1980a, 1980b), ao tratar da construção da subjetividade feminina frente às experiências de vida. Emmy também aponta, com clareza, os impactos da maternidade sobre sua trajetória acadêmica:

A maternidade impactou diretamente na minha carreira, para falar a verdade antigamente a maternidade era um problema para mim [...] Eu demorei a conhecer professoras da minha área que tivessem filhos [...] Mesmo com todo o apoio do meu marido, o impacto da maternidade é maior em mim (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

Esse depoimento reforça o que Saffioti (2015) já indicava como a divisão sexual do trabalho reprodutivo, na qual a sobrecarga e a responsabilização pelo cuidado recaem majoritariamente sobre as mulheres, ainda que existam redes de apoio familiar.

O fato de ter uma mulher na posição de chefe do departamento também é destacada por Emmy como um marco simbólico e emocional. Esse sentimento de representatividade ecoa a análise de hooks (2019) sobre a importância de as mulheres ocuparem espaços de poder como forma de romper simbolicamente com o ciclo da exclusão. A presença de uma liderança feminina tem efeitos diretos na sensação de pertencimento e na diminuição do isolamento institucional. Ela conta:

Uma coisa que aconteceu que me deixou muito contente foi ter uma chefe mulher no departamento, para mim isso foi uma vitória pessoal. [...] Fiquei com muito orgulho quando ela assumiu a chefia, me senti representada, nós mulheres conseguimos chegar lá (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

Ao refletir sobre o ambiente de trabalho, Emmy reconhece que o machismo existente hoje é menos explícito, mas ainda persistente:

Pensando de forma bem superficial a relação entre os homens e as mulheres no meu departamento é tranquila, não existe uma expressão de machismo escancarado, o que acontece é velado, assim como todo ambiente, que tem poucas mulheres e muitos homens, você vai ter um machismo velado (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025).

Esse machismo velado é uma manifestação do que o referencial define como mecanismos sutis de exclusão de gênero, reforçando a análise de Scott (1994) sobre o caráter estrutural e institucionalizado das relações de gênero.

A trajetória de Emmy evidencia como as mulheres nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas precisam negociar continuamente seu espaço, reafirmar sua competência e enfrentar os impactos da maternidade e do isolamento de gênero. Ao narrar sua experiência marcada pelo “efeito tesoura”, pela maternidade e pela exigência constante de legitimação, Emmy assume a função de narradora descrita por Benjamin (1994) e sua fala preserva a experiência como memória coletiva, transformando desigualdades vividas em reflexão crítica e inspiração para outras mulheres na universidade.

5.2.6 Grace

O relato de Grace revela uma narrativa reflexiva, marcada pela recorrência de justificativas e motivações que buscam legitimar sua presença e permanência em um campo historicamente masculino. Suas falas evidenciam tensões estruturais de gênero, em que ser mulher aparece constantemente associado a preconceito, diferença e à oposição simbólica entre o feminino e o masculino. Essa necessidade de legitimação constante ecoa o que Ferreira (2023) identificou como uma das estratégias mais comuns entre mulheres em áreas masculinizadas: a de transformar a resistência cotidiana em tática de sobrevivência, mesmo diante de assédios, piadas e olhares de desconfiança.

Em sua trajetória inicial, Grace evidencia a ambivalência das influências familiares: se, por um lado, o pai a estimulava em atividades consideradas masculinas, como aprender atividades técnicas¹² ou dirigir ainda jovem, por outro, a mãe reforçava limites sociais ao proibir práticas como jogar futebol e até mesmo dirigir. Essa tensão revela como a família, ao mesmo tempo que pode abrir caminhos de autonomia, também atua como guardiã das normas de gênero, reforçando a ideia, apontada por Beauvoir (1980a, 1980b), de que a mulher é constantemente orientada a se adequar a expectativas socialmente prescritas desde a infância.

As restrições impostas pela mãe em relação ao esporte, sobretudo a proibição de jogar futebol, considerado inapropriado para mulheres, revelam como a prática esportiva também é regulada por normas de gênero. Ainda assim, Grace encontrou no handebol uma forma de afirmação e resistência, inscrevendo o corpo como espaço de disputa simbólica. Como observa Beauvoir (1980b, p. 23), embora se tornasse cada vez mais comum encorajar as meninas a estudar e a praticar esportes, esperava-se delas êxito e a preservação da feminilidade, numa exigência contraditória que limitava sua autonomia.

A narrativa de Grace mostra como os processos de socialização de gênero atuam desde a infância, delimitando espaços e práticas atribuídos às meninas, conforme Beauvoir (1980a, 1980b) destaca: esses episódios evidenciam que as construções culturais do feminino restringem a experiência corporal e a autodeterminação desde cedo. Morales (2021) observa que o condicionamento inicial

¹² Aqui a área foi suprimida a fim de preservar a identidade da narradora.

do desejo e das práticas é decisivo para limitar ou ampliar a escolha da carreira, podendo reforçar ou desafiar estereótipos de gênero. Ao desobedecer a essas normas, Grace expressa resistência às imposições de gênero, processo marcado por um referencial familiar ambíguo: uma mãe conservadora e um pai que estimulava sua liberdade.

Essa masculinização também se expressa de forma concreta em sua formação acadêmica. Na graduação, Grace integrou uma turma composta por cerca de 40 estudantes, dos quais apenas 6 eram mulheres, o que evidencia uma desproporção de gênero significativa, já no ingresso no ensino superior. Essa experiência, para além de um dado numérico, é uma percepção estruturante de pertencimento desigual, sintetizada em sua própria fala:

A minha área é um mundo masculino. Quando eu entrei na faculdade tinha uns 40 alunos e só tinham 6 mulheres. Era eu, minha irmã, mais umas 4, o resto só de homem. E isso continua até hoje (Grace, *Entrevista*, 20 maio 2025).

Ao afirmar que essa configuração se mantém ao longo do tempo, Grace aponta para a permanência histórica da masculinização do campo, revelando que se trata de uma estrutura duradoura que atravessa sua trajetória acadêmica e profissional.

Logo no início da entrevista, Grace relata seu primeiro contato com o universo técnico e as reações que provocava:

Eu era uma menina, tinha 15 anos e estava lá consertando TV e rádio. Eu sempre ouvia isso: “uma mulher consertando televisão?!” [...] Eu sou como qualquer pessoa ou qualquer homem. [...] Que diferença que faz? Eu ser homem ou mulher, não importa, importa é o meu conhecimento (Grace, *Entrevista*, 20 maio 2025).

Essa afirmação espelha a denúncia de Beauvoir (1980a, 1980b) sobre a estrutura simbólica que define o masculino como o padrão e o feminino como o “Outro”. Ao reivindicar o valor do conhecimento, e não do sexo como critério de competência, Grace confronta diretamente essa lógica de exclusão. Seu enfrentamento também dialoga com Gianvecchio (2022), que ressalta como a inserção de mulheres em profissões consideradas masculinas desafia normas históricas e reconfigura as fronteiras simbólicas do que significa ser profissional em tais espaços.

A surpresa por parte de outras pessoas diante de sua competência técnica, em tarefas que exigem precisão, tomada de decisão e domínio de conhecimentos especializados, revela o preconceito naturalizado sobre o que se espera do desempenho feminino em certas áreas:

Eu fiz [...] funcionar [...] e eles ficaram maravilhados, porque eu fiz funcionar. [...] mas a surpresa deles era que uma mulher tinha feito isso (Grace, *Entrevista*, 20 maio 2025).

Esse episódio exemplifica um mecanismo simbólico de deslegitimação, em que o reconhecimento é acompanhado de um espanto que revela a norma implícita: a competência técnica é, a priori, masculina. A desconfiança relatada por Grace, ainda hoje, mesmo com vasta experiência e reconhecimento acadêmico, confirma o argumento de Scott (1994), para quem o gênero é uma estrutura de significação das relações de poder.

Ao abordar sua atuação profissional, Grace afirma que trabalha em áreas nas quais a presença feminina é historicamente rara, naturalizando essa ausência como parte do cotidiano:

As áreas que atuo são áreas que você também não vê mulheres, como sempre foi, já me acostumei, nem sinto mais essa diferença, mas tem sempre uma desconfiança (Grace, *Entrevista*, 20 maio 2025).

No entanto, essa aparente adaptação convive com o reconhecimento de experiências recorrentes de desconfiança. Essa ambivalência revela um mecanismo de negação parcial do desconforto, que não elimina, mas antes normaliza as situações de estranhamento e suspeição. Embora Grace afirme não se sentir afetada, seus relatos reiterados de desconfiança indicam que o incômodo persiste de forma velada, incorporado como parte do funcionamento cotidiano do campo. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência simbólica, em que o desconforto é minimizado discursivamente, mas continuamente reafirmado pela experiência, evidenciando como a masculinização do espaço produz tensões que não desaparecem, apenas se tornam silenciosas.

Ao longo de sua trajetória, Grace desenvolveu iniciativas voltadas ao fortalecimento da presença feminina nas áreas científicas, demonstrando compromisso com a transformação estrutural. Esses tipos de iniciativa se articulam à

proposta de Lerner (2019), hooks (2019) e Dahmouche *et al.* (2024), de que a consciência histórica das mulheres se desenvolve na partilha e no reconhecimento de experiências comuns, destacando a importância de modelos femininos e iniciativas coletivas para inspirar meninas e jovens mulheres a permanecerem nas Ciências, rompendo o isolamento simbólico que Grace tão bem reconhece em sua fala.

A história de Grace é marcada por deslocamentos simbólicos e institucionais: do envolvimento com tarefas técnicas no ambiente doméstico à docência universitária, da infância livre e esportiva às estruturas do ensino superior, das relações familiares ambíguas à criação de espaços coletivos de apoio feminino. Sua trajetória revela um caminho permeado por constante justificação, resistência e transformação. Grace constrói uma trajetória que desafia os binarismos de gênero, enfrenta estruturas patriarcais e, sobretudo, afirma com convicção que competência, sensibilidade e liderança não são atributos masculinos ou femininos: são humanos. Sua história é de ruptura e reinvenção em meio às estruturas que ainda tentam enquadrar as mulheres em papéis previsíveis e limitados.

5.2.7 Hedy

A trajetória profissional de Hedy está profundamente marcada pela vivência de gênero no ambiente acadêmico, revelando como essa dimensão atravessa suas experiências e percepções. Sua narrativa expõe dilemas, enfrentamentos e tensões que evidenciam os desafios a serem superados para ela se inserir e permanecer nesse ambiente. Nesse sentido, Almeida (2016) observa que os espaços de formação e atuação em áreas tradicionalmente masculinas operam com discursos que simultaneamente reforçam e tensionam a dominação, influenciando a construção das subjetividades acadêmicas femininas.

Desde a graduação, Hedy percebeu ocupar um espaço em que a presença feminina era minoritária e frequentemente desconfortável. Esse sentimento de deslocamento dialoga com a análise de Scott (1994), que define o gênero como categoria socialmente construída, responsável por organizar o acesso ao saber e à autoridade. De modo semelhante, Morales (2021) destaca que a ausência de referências femininas nos processos formativos condiciona o desejo e a autopercepção das estudantes, levando muitas a duvidarem de sua capacidade de avançar na carreira científica. A fala de Hedy evidencia, assim, que a vivência feminina

nesses espaços não é neutra, mas atravessada por sentimentos de inadequação e pela exigência constante de legitimação. Ela relata:

Na turma que tinha mais disciplinas, eu sempre percebi que a maioria dos alunos era de homens [...] a gente, as mulheres, tinha o sentimento de estar correndo atrás, como se não fosse um meio totalmente nosso (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025).

Em contrapartida, a presença de professoras mulheres durante a graduação foi um fator de fortalecimento identitário:

Era muito bom ter aula com mulheres [...] eu me espelhava nelas. [...] Me ajudou a me sentir capaz de fazer um mestrado, um doutorado (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025).

Esse trecho remete ao papel formativo da memória e da representatividade feminina. As figuras docentes femininas, para Hedy, não eram só mediadoras, mas referências vivas da possibilidade de pertencer àquele espaço. Hedy observa que havia uma divisão marcada entre os percursos escolhidos por homens e mulheres no curso: “A gente via um número muito maior de mulheres indo para a licenciatura do que homens” (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025).

Como já apontado por Saffioti (2015), a divisão sexual do trabalho se projeta na formação acadêmica, associando a docência ao cuidado, à afetividade e à estabilidade, atributos culturalmente vinculados às mulheres. Silva (2020) observa que essa segmentação se intensifica na carreira universitária, em que as mulheres raramente alcançam cargos de prestígio, sendo frequentemente relegadas a funções de menor status. A masculinização do bacharelado reforça a percepção de que as carreiras técnicas e socialmente valorizadas são mais adequadas aos homens. Com o avanço da formação, essa desigualdade se acentua: além das barreiras institucionais, as mulheres enfrentam inseguranças internas, autossabotagem e a ausência de referências. Como enfatiza Hedy, o sentimento de não pertencimento atravessa tanto estudantes quanto docentes:

Incrível como o número de mulheres vai diminuindo com o avançar das etapas [...] da graduação ao doutorado, o número de mulheres vai caindo pela metade. [...] Cada vez eu tinha mais professores homens e menos professoras. [...] A gente se questionava mesmo, se sentia incapaz (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025).

Outro aspecto central da narrativa de Hedy é o silenciamento simbólico, vivido principalmente nas relações com orientadores homens, especialmente nos vínculos orientador/orientanda. A exceção, como ela mesma relata, foi a presença pontual de uma professora em reunião de pós-doutorado:

Sempre acontecia uma posição de submissão, de silenciamento [...] não conseguia botar para fora o que eu queria dizer. [...] Foi quando ela percebeu que eu não estava acompanhando o raciocínio que me chamou e explicou. A partir do momento que entendi, eu também consegui me expressar (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025).

Hedy também reconhece a presença do machismo de maneira velada em seu departamento. Em diversos momentos, Hedy relata o desgaste simbólico de ocupar espaços de comando:

Não tem um perfil machista proposital, mas o machismo está ali, nas relações [...] não de forma explícita. [...] Coordenei uma das semanas acadêmicas e fui atravessada várias vezes [...] colegas homens repetindo o que eu acabava de dizer [...] quando eu delegava tarefas, alguns me retrucavam (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025).

Esse machismo estrutural velado opera pelo costume, pela tradição e pelo implícito. A persistência dessas estruturas, mesmo em contextos considerados democráticos, mostra que o problema é tanto institucional quanto cultural. Nessa dinâmica, mulheres em cargos de liderança enfrentam resistências adicionais, como desconfiança, incômodo e hostilidade. Ferreira (2023) observa que muitas docentes elaboram estratégias de resistência subjetiva, desde escolhas estéticas até o silêncio diante de comentários, para preservar sua autoridade e permanecer nesses espaços. A liderança feminina, nesse cenário, costuma ser interpretada como imposição ou arrogância, enquanto o mesmo comportamento, quando exercido por homens, é visto como natural.

A trajetória de Hedy é marcada por oscilações entre pertencimento e deslocamento, silêncio e fala, resistência e exaustão. Sua experiência mostra um percurso de enfrentamento às assimetrias de gênero em todos os níveis da formação e da atuação docente.

5.2.8 Mary

A narrativa de Mary dá visibilidade à experiência de uma mulher inserida em um ambiente institucional hegemonicamente masculino, especialmente em seu campo de atuação, ainda frequentemente percebido como uma profissão de homem, como ela mesma enfatiza em diversos momentos. Tal narrativa rememora o ingresso em um ambiente amplamente hostil à presença feminina:

Quando eu cheguei aqui, era novata, não conhecia ninguém, me deparei com um departamento só de homens [...] um departamento que até hoje é muito machista [...] no início foi difícil aqui no meu departamento por ter muito homem (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

A sensação de vigilância permanente e os limites simbólicos impostos à fala de Mary revelam formas de opressão sutis, mas persistentes:

Teve uma reunião do departamento que eu estava sorrindo [...] o professor me chamou a atenção no meio da reunião [...]. Eu evito ao máximo falar, nas reuniões eu nem fico rindo mais [...] tento falar com o chefe depois (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

A autovigilância relatada aqui remete aos efeitos estruturais do poder de gênero: a regulação da voz e da presença da mulher em espaços públicos. Esse processo de silenciamento reduz a potência da ação feminina e naturaliza o domínio masculino como critério de autoridade. Ferreira (2023) mostra como, em cursos de áreas masculinizadas, muitas mulheres desenvolvem estratégias semelhantes de auto-silenciamento e adaptação para evitar constrangimentos e ataques, o que evidencia o caráter estrutural dessa prática.

Mary denuncia que as disciplinas de maior prestígio e pertencimento são tradicionalmente ocupadas por homens, o que reforça a hierarquia interna do saber:

Na minha área quem dá a disciplina é um homem [...] tentei dividir com ele, mas ele é o dono dela. [...] Acho que se em vez de um homem fosse uma mulher, talvez eu já estaria dividindo. [...] Com relação a isso, achei melhor deixar para lá, quando a gente entra também que a gente está nos testes probatório, a gente fica com medo de tudo, fica com medo de ser mandado embora e chamarem o segundo lugar (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

A ideia da posse da disciplina reflete um padrão histórico de apropriação dos espaços de poder por homens, inclusive dentro de departamentos universitários.

Saffioti (2015) já apontava para a existência de uma divisão sexual do trabalho intelectual, na qual as mulheres são direcionadas a áreas de menor visibilidade, mesmo quando possuem formação qualificada. Rosenthal (2018) complementa que esse processo é sustentado pela negação do “lugar de mulher” em determinadas carreiras científicas, impondo às docentes o esforço contínuo de legitimar sua presença em territórios percebidos como masculinos.

Essa sensação de vulnerabilidade, associada ao fato de ser mulher e recém-chegada, reafirma a fala de Beauvoir (1980a, 1980b): as mulheres, ao ingressarem em espaços de poder historicamente masculinos, não herdaram automaticamente os mesmos direitos simbólicos. São constantemente testadas, expostas, e muitas vezes precisam renunciar a confrontos para garantir a permanência. Mary observa a tendência das mulheres a optarem por carreiras no ensino público:

Na minha graduação a maioria dos alunos era homem, mas quem se formou eram mais mulheres [...]. As meninas foram para o setor público [...] o setor privado prefere os homens porque acham que eles têm mais pulso para lidar com os homens [...] (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

O setor produtivo privado exige das mulheres que provem sua competência com intensidade redobrada, ao mesmo tempo que naturaliza os homens como autoridades. Beauvoir (1980a, 1980b) e Silva (2012) apontam que esse processo é legitimado por discursos biológicos que associam os homens às áreas duras da Ciência, enquanto as mulheres seriam “naturalmente” mais adequadas ao cuidado, à docência e às áreas de menor prestígio.

Um dos trechos mais densos da narrativa de Mary trata da escolha (ou renúncia) à maternidade:

Sempre pensei: quero trabalhar para poder sustentar meu filho sem precisar de homem nenhum [...] coloquei a carreira na frente da família e hoje me arrependo [...] agora não dá mais tempo (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

Essa passagem demonstra o custo subjetivo das exigências que recaem sobre as mulheres que optam por trilhar carreiras acadêmicas. A mulher é colocada numa encruzilhada histórica: precisa escolher entre realizar-se profissionalmente ou afetivamente, uma escolha que raramente é exigida aos homens. Martins-Suarez (2016) reforça que essa frustração decorre das expectativas sociais que empurram as

mulheres para conciliar múltiplos papéis: carreira, maternidade, cuidados domésticos, produzindo sobrecarga física e emocional.

A trajetória de Mary é marcada por tensões constantes entre pertencimento e exclusão, resistência e silenciamento, poder e subordinação. Seu percurso revela a luta de uma mulher que ocupa, transforma e reivindica espaço em um campo ainda estruturalmente excludente. Mary afirma-se como docente que forma, acolhe, inspira e o faz sem renunciar a sua postura ética, de sua autonomia e de sua capacidade crítica.

5.2.9 Rita

A trajetória de Rita é marcada por justificativas constantes, enfrentamentos cotidianos e formas de resistência, muitas vezes silenciosas, em espaços acadêmicos e profissionais ainda hegemonicamente masculinos. Sua experiência evidencia os múltiplos atravessamentos de gênero que incidem sobre sua vida, revelando a sobrecarga emocional, os impactos subjetivos de conciliar maternidade, carreira e afirmação de identidade em um campo historicamente desigual.

Desde os primeiros passos de sua formação, Rita lidou com desafios interseccionais que combinavam desigualdade de gênero, de classe e de território. Como ela própria relata, por conta da situação financeira da família, precisou residir em casas de terceiros para poder estudar, situação que revelou ao mesmo tempo uma oportunidade e um espaço de vulnerabilidade. Ela descreve:

Como nossa família era mais pobre, fiquei morando em casa de conhecidos [...] muitas vezes era tratada quase como uma empregada doméstica da casa. [...] Sofri um assédio quando eu tinha uns 13-14 anos, em que o homem tentou me abraçar. Eu me impus, empurrei, felizmente nunca mais tentou nada (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025).

Esse episódio de violência na adolescência revela com clareza o que Beauvoir (1980a, 1980b) definiu como a exposição precoce da mulher ao olhar e ao toque do outro, indicando que o corpo feminino é socialmente construído como passível de apropriação desde muito cedo, o que evidencia a socialização precoce da mulher à condição de vulnerabilidade. Morales (2021) reforça que tais experiências de vulnerabilidade precoce impactam a trajetória educacional das mulheres, produzindo marcas subjetivas que acompanham a vida acadêmica e profissional.

Ao avançar na graduação, Rita percebeu a ausência de mulheres entre as docentes das disciplinas técnicas: “Nas matérias específicas do curso não tive nenhuma mulher. Havia professoras apenas em disciplinas introdutórias” (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025). A divisão entre disciplinas básicas e técnicas, somada à ausência de mulheres nos espaços de prestígio, revela a reprodução de uma lógica que hierarquiza saberes com base em estruturas de gênero: o saber mais valorizado é aquele associado ao masculino, enquanto o conhecimento de base é desvalorizado e atribuído às mulheres. Silva (2017) e Gianvecchio (2022) observam que essa distinção simbólica é um dos mecanismos que perpetuam a masculinização das áreas técnicas, legitimando o domínio masculino sobre os espaços de maior capital científico.

Mesmo sem inicialmente perceber o quanto essas desigualdades a afetam, Rita reconhece que as mulheres continuam sendo minoria em seu departamento: “Pensando no meu departamento, somos poucas mulheres [...]. Esses dias mesmo eu brinquei que o próximo concurso tem que ser mulher” (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025). Embora use um tom de leveza, a constatação de desequilíbrio de gênero na composição do corpo docente traduz uma percepção crítica que amadureceu ao longo dos anos. Apesar de apontar que as relações em seu departamento são boas, Rita também menciona que há machismo velado: “Sempre tem uma piadinha, uma fala machista velada” (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025). Ferreira (2023) descreve esse fenômeno como uma forma de violência simbólica que mina a autoconfiança das docentes, naturalizando comportamentos discriminatórios como “brincadeiras” e dificultando sua denúncia.

Durante o doutorado, Rita enfrentou um momento de profunda vulnerabilidade pessoal, conciliando a defesa da tese com desafios intensos em sua vida privada¹³. Essa experiência sintetiza o silêncio imposto às mulheres: a expectativa de que, mesmo em meio à dor, sigam produzindo, entregando, performando normalidade. Em seu relato, ela narra:

Estava passando por uma situação muito difícil e defendendo o doutorado. Ninguém sabia, apenas uma amiga. [...] Depois da defesa, meu orientador me chamou para comemorar, e aí eu contei (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025).

¹³ Tais desafios foram suprimidos a fim de preservar a identidade da narradora.

A maternidade, embora não tenha interrompido a carreira de Rita, exigiu dela uma desaceleração. O relato é carregado de ambivalência: ao mesmo tempo que reconhece o desejo de estar presente na criação do filho, Rita percebe que a sobrecarga é também resultado da naturalização que atribui, de forma exclusiva à mulher, o cuidado com os filhos. Beauvoir (1980a, 1980b) alerta que a divisão sexual do trabalho impõe à mulher a responsabilidade quase exclusiva pelas tarefas de cuidado, o que Rita sintetiza ao afirmar:

Tive que desacelerar muito. Uma conhecida até disse: “você não quer mais fazer nada”. Eu respondi: “quero ficar com a minha cria”. [...] Meu marido não move muito os pauzinhos, mas eu também não deixo. [...] Eu que tomo a frente com as coisas do meu filho. A responsabilidade maior do meu filho é minha [...] a sociedade impõe isso para as mulheres: que elas cuidem dos pais, dos filhos e ainda trabalhem (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025).

A narrativa de Rita evidencia como o patriarcado opera em sua forma mais persistente: aquela que se disfarça na normalidade do cotidiano. Suas experiências revelam diferenças naturalizadas, sofrimentos silenciados e imposições constantes, mostrando que o simples fato de existir como mulher em um campo masculinizado exige estratégias, renúncias e força.

5.3 DAS NARRATIVAS À ANÁLISE DE CONTEÚDO

As narrativas reunidas neste estudo, no sentido proposto por Benjamin (1994), ultrapassam o testemunho individual e constituem experiências coletivas que preservam a memória das desigualdades de gênero e indicam caminhos de resistência. Quando articularam lembranças pessoais com marcas estruturais, cada docente transforma vivências singulares, relacionadas à maternidade, ao racismo, ao assédio, à solidão feminina, aos enfrentamentos institucionais e às conquistas, em parte de uma memória coletiva que circula, instrui e orienta outras mulheres. Essa coletividade de vozes evidencia a permanência do patriarcado na universidade e reafirma a potência da experiência narrada como instrumento crítico e político.

Nesse contexto, a análise das entrevistas com docentes da UFES demonstra que ser mulher no ensino superior ainda significa enfrentar processos constantes de justificação da presença, práticas sutis de exclusão e a necessidade de resistências cotidianas, o que confirma que, em muitos casos, a docência feminina permanece uma exceção em território hostil. As docentes ouvidas enfrentam desigualdades: elas

as nomeiam, as explicam, as transformam. Seja por meio da docência ética, seja pela presença inspiradora ou pela escuta ativa das alunas, elas quebram o silêncio histórico imposto às mulheres nos campos científicos. Como nos ensinou Beauvoir (1980a, 1980b), a emancipação das mulheres não é apenas uma questão de direito, mas de existência. Esse gesto é, talvez, o que mais radicalmente desafia as estruturas.

Considerando todos estes apontamentos, a partir desse conjunto de experiências foram sistematizadas três categorias analíticas, conforme proposto por Bardin (2011): Exclusão simbólica; Maternidade e culpa; e Espelhamento e resistência.

5.3.1 Exclusão simbólica

Essa categoria agrupa experiências em que a condição de gênero se apresenta como elemento estruturante de desigualdades, silenciamentos e exclusões dentro da formação acadêmica e da docência no ensino superior. As narrativas das docentes revelam uma constante: a necessidade de reafirmação da competência profissional. Para muitas, a condição feminina é acompanhada pela presunção de inadequação, o que se evidencia de forma marcante nas entrevistas de Ada, Djamila, Dorothy e Emmy. Esse processo configura uma vigilância internalizada, descrita por Beauvoir (1980a, 1980b) como a obrigação de a mulher ajustar-se ao olhar masculino, o mesmo olhar que a julga, a mede e, frequentemente, a desqualifica.

Esses achados dialogam diretamente com a literatura mapeada na revisão de literatura integrativa, especialmente com a categoria “Desigualdade de gênero na academia”. Silva (2012) e Gomes (2015) já apontavam que mulheres em áreas das Ciências Exatas e da Natureza são frequentemente submetidas a um regime de suspeição quanto à sua competência, tendo que provar continuamente sua capacidade em ambientes estruturados por padrões masculinos. A análise de Rosenthal (2018) sobre a negação do “lugar de mulher” nas carreiras científicas também ilumina essas narrativas, evidenciando que o problema não é apenas a ausência numérica, mas a construção simbólica de que aquele espaço não lhes pertence plenamente.

Nesse sentido, a percepção de isolamento feminino aparece como um dos primeiros marcadores dessa exclusão. O vazio de presenças femininas se transforma

em silêncio, em solidão, em uma espécie de estranhamento diante de um espaço que, historicamente, lhes foi negado. O ambiente acadêmico se apresenta como território hostil, onde o simples fato de existir enquanto mulher já carrega o peso de ser exceção, quase uma intrusa. Não se trata só da ausência numérica, mas do constante lembrete de que sua presença ali ainda precisa ser justificada, defendida, provada. Essas vozes revelam um sentimento que atravessa gerações: ser a primeira, a única. Cada ausência feminina é um eco de exclusão, cada presença solitária é uma prova da resistência necessária para ocupar esse lugar:

Quando eu cheguei aqui era só homem, só tinha uma mulher no departamento (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

Fui a única mulher na sala (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

É chocante, você está em um lugar que até pouco tempo atrás não tinha nenhuma professora mulher [...] meu departamento é muito masculino, somos poucas (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025).

A primeira vez que entrei em sala, quase morri, era só homem (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025).

Quando entrei no departamento só tinha eu e outra mulher (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

Essa experiência de solidão institucional também se aproxima das análises de Martins-Suarez (2016) e Gianvecchio (2022), que demonstram como a inserção feminina em espaços tradicionalmente masculinos ocorre de maneira lenta e desproporcional, produzindo sobrecarga simbólica sobre aquelas que conseguem ingressar. A condição de “única” ou “primeira” não representa uma conquista individual, mas revela a permanência de estruturas que dificultam o acesso e naturalizam a desigualdade como algo esperado.

Outra questão que se destaca é a das violências simbólicas e institucionais. Embora a maioria das docentes evite usar diretamente o termo “machismo”, como bem expressa Alice: “[...] eu não gosto de usar essa palavra, mas o comportamento dos alunos meninos não é acolhedor” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025), suas experiências concretas o denunciam de forma inequívoca. Djamila compartilha um episódio ilustrativo:

Quando entrei numa disciplina [...], o professor olhou a sala cheia de mulheres e disse: “Achei que tinha entrado na pedagogia, nunca vi tanta mulher. Senhoras, espero que consigam mostrar algum resultado”. Isso é muito desmotivador (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

A mulher, diferentemente de seus colegas homens, é chamada a justificar sua presença, a provar que é capaz, antes mesmo de demonstrar qualquer trabalho. O questionamento não se dirige ao seu projeto, mas à sua própria existência acadêmica:

Na prova oral do mestrado me perguntaram o que me fazia pensar que eu conseguiria fazer um mestrado (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Esse descrédito mostra uma hierarquia invisível da voz: a masculina é validada, a feminina, posta em dúvida. O que para eles é legitimidade, para elas é ruído; o que para eles é argumento, para elas é “opinião”: “Os homens falam a mesma coisa e são ouvidos” (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025). Mary também revela:

Já tive professor que foi na minha sala gritar comigo. E eu fiquei me perguntando: será que ele só fez isso porque eu sou mulher? (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

Tais situações reiteram o que Almeida (2016) discute acerca dos efeitos discursivos que produzem e reforçam posições de dominação no ambiente acadêmico, bem como o que Silva (2017) analisa sobre a divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual de prestígio nas universidades. As falas evidenciam que a exclusão simbólica não se limita a episódios isolados, mas integra um sistema mais amplo de produção de subjetividades femininas marcadas pela autovigilância, pela dúvida e pela necessidade constante de legitimação, dinâmica também observada por Ferreira (2023), ao apontar as estratégias de adaptação adotadas por mulheres para sobreviver em ambientes masculinizados.

Emergem também formas explícitas de assédio moral e sexual, que expõem a vulnerabilidade das docentes e alunas diante de práticas abusivas naturalizadas no ambiente universitário. São gestos aparentemente banais, comentários disfarçados de brincadeira, explosões de autoridade que ultrapassam o debate acadêmico e recaem sobre o corpo e a condição de ser mulher. É nesse ponto que a violência deixa de ser apenas estrutural e se manifesta, produzindo medo, constrangimento e sensação de impotência:

Professor me chamou atenção no meio da reunião só porque eu estava sorrindo (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

Professor passou a mão nos ombros da aluna e disse que estava azeitando (Djamila, *Entrevista*, 3 jun. 2025).

Um professor veio gritar comigo na minha sala [...] tudo é processo. Já fui ameaçada por tentar ajustar a grade de aula (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025).

Mesmo sendo eu que pagava, os pedreiros só obedeciam ao meu namorado. [...] Quando eu fui lá e risquei na parede, me acharam doida (Rita, *Entrevista*, 29 maio 2025).

Essas falas constroem uma narrativa coletiva em que o cotidiano das mulheres, dentro e fora da universidade, expõe a mesma lógica de poder: sua autoridade é negada, seus gestos interpretados como inadequados, seus corpos tomados como disponíveis e sua voz como secundária. Assim, a universidade, que deveria ser espaço de emancipação, muitas vezes reproduz e intensifica desigualdades sociais mais amplas, confirmando o que Scott (1994) aponta: o gênero como categoria estruturante das relações de poder, em que o reconhecimento da autoridade feminina permanece condicionado ao aval masculino.

5.3.2 Maternidade e culpa

Refere-se às experiências de gestação, cuidado, renúncias e reorganizações subjetivas vividas pelas docentes, evidenciando os impactos profundos da maternidade sobre a trajetória acadêmica e profissional. A maternidade aparece como uma vivência que limita, redefine identidades, escolhas e compromissos. As narrativas a revelam como uma das principais barreiras estruturais à continuidade da carreira, articulada a sentimento de culpa, à sobrecarga do cuidado e às limitações impostas por rotinas extenuantes, um campo de demandas emocionais e simbólicas que permanecem invisibilizadas pelas instituições.

Os achados desta categoria também dialogam diretamente com a literatura revisada, especialmente com os estudos de Silva (2012), Gomes (2015) e Martins-Suarez (2016), que identificam a dificuldade de conciliação entre carreira acadêmica e responsabilidades familiares como um dos principais entraves à permanência e ascensão das mulheres nas Ciências da Natureza e Exatas. Assim como nas narrativas aqui apresentadas, essas autoras evidenciam que a maternidade, além de ser uma experiência pessoal, também é marcador estrutural de desigualdade, que impacta a produtividade, o reconhecimento e as oportunidades profissionais.

Essas narrativas confirmam o que Saffioti (1987) denuncia como um dos pilares da dominação patriarcal: a divisão sexual do trabalho, que atribui à mulher, quase exclusivamente, a responsabilidade pelo cuidado com os filhos, com os pais, com a

casa e ainda exige produtividade acadêmica, estabilidade emocional e compromisso institucional. Trata-se de uma carga múltipla, muitas vezes naturalizada, que escapa às métricas formais de avaliação e reconhecimento. À luz de Beauvoir (1980a, 1980b), essa situação pode ser compreendida como a prisão da mulher ao espaço da repetição, do cuidado, da permanência. Mesmo quando intelectualmente emancipada, a mulher segue sendo socialmente encarregada da sustentação da vida cotidiana, o que a afasta da esfera da transcendência que marca o sujeito masculino. A maternidade, nesses termos, torna-se um marcador brutal de desigualdade: interrompe carreiras, redefine rotinas e gera sentimentos recorrentes de culpa e inadequação. Ainda que seja vivida com afeto e sentido, como mostram as entrevistadas, permanece sem o suporte estrutural necessário para não penalizar a mulher em sua trajetória profissional.

Mais do que sobrecarga material, as narrativas revelam a produção de um sentimento recorrente de incompetência. Não conseguir atender plenamente às expectativas sociais de “boa mãe”, “professora produtiva”, “pesquisadora disponível” e “mulher emocionalmente equilibrada” faz com que muitas docentes internalizem a ideia de falha pessoal. No entanto, como evidenciam os estudos revisados e o próprio referencial feminista mobilizado, trata-se de uma incompetência socialmente fabricada: o sistema impõe padrões simultâneos e inconciliáveis e, posteriormente, responsabiliza individualmente as mulheres por não os alcançar. A culpa, nesse sentido, não é traço de fragilidade, mas efeito de uma estrutura que lhes exige desempenho pleno em múltiplas esferas sem oferecer suporte proporcional.

Alice explicita como a maternidade reorganizou sua vida profissional e afetou profundamente sua saúde mental: “Depois que me tornei mãe, adoeci, porque negava o meu feminino para sobreviver no ambiente masculino” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025). Essa fala ecoa a crítica de Beauvoir (1980a, 1980b) à imposição da maternidade como destino natural, que aprisiona a mulher a papéis rígidos, mutilando sua possibilidade de transcendência. Ao negar seu feminino para sobreviver no espaço acadêmico, Alice traduz em sua experiência concreta aquilo que Beauvoir (1980a, 1980b) denuncia como a necessidade de se adaptar a um modelo masculino para ser reconhecida.

Esse mesmo conflito aparece quando Alice relata: “Achei que depois de dois meses do parto já estaria bem para voltar ao trabalho, mas tive ataques de pânico” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025). Aqui, o corpo da mulher expõe o limite da lógica

produtivista acadêmica, que naturaliza a retomada imediata da performance profissional, ignorando os impactos físicos e psíquicos da maternidade. hooks (2019) lembra que o patriarcado exige das mulheres sacrifícios emocionais e a negação de suas necessidades corporais, reforçando um modelo de resistência e autocontrole que as violenta.

Outras narrativas, como a de Mary: “Sempre coloquei o trabalho na frente da família, hoje me arrependo” (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025), revelam o peso da escolha imposta, já que suas decisões parecem nunca ser verdadeiramente livres. Beauvoir (1980a, 1980b) já indicava que a mulher, ao priorizar o trabalho, ainda carrega o fardo de ser socialmente responsabilizada pela vida familiar. O arrependimento de Mary mostra como a dicotomia entre dedicação ao trabalho e dedicação à família continua recaindo sobre a mulher, nunca sobre o homem. Por outro lado, Emmy traz uma perspectiva de valorização afetiva: “Depois que me tornei mãe, me tornei uma leoa” (Emmy, *Entrevista*, 14 maio 2025). O que evidencia que, apesar das dificuldades, a maternidade é também fonte de sentido e realização. Contudo, como analisa Beauvoir (1980a, 1980b), o problema não está em a mulher valorizar a maternidade, mas em ser reduzida a ela.

Essa ambivalência entre realização e penalização também aparece nos estudos de Rosenthal (2018), ao discutir como a feminilidade é frequentemente associada à maternidade, reforçando expectativas sociais que restringem as possibilidades de atuação profissional das mulheres. Do mesmo modo, Silva (2017) demonstra que a divisão sexual do trabalho continua operando na academia, fazendo com que o avanço na carreira seja atravessado por responsabilidades familiares que recaem desproporcionalmente sobre as mulheres. As narrativas aqui analisadas confirmam que a maternidade não é apenas uma etapa da vida, mas um ponto de inflexão na trajetória acadêmica feminina.

Além dos efeitos subjetivos, Alice denuncia também a ausência de políticas institucionais: “A universidade deveria perguntar: ‘você é mãe, como é sua estrutura familiar?’”, “Não fui nem instruída sobre pontuação diferenciada para mães”, “Às vezes recebo convite para formatura ou evento, mas não tenho com quem deixar minha filha, então não vou” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025). Essas falas evidenciam o que Beauvoir (1980a, 1980b) alertava: a ausência de creches, de suporte institucional e de redes de cuidado paralisa a vida profissional das mulheres. O que se apresenta

como uma escolha individual é, na realidade, o reflexo de uma estrutura que as penaliza sistematicamente.

Essa limitação se estende ao campo político: “A gente deixa de se envolver politicamente porque tem que cuidar dos filhos” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025). A impossibilidade de participação em espaços de poder e decisão mostra como o patriarcado se perpetua. Para hooks (2020), trata-se de uma estratégia central da dominação: sobrecarregar as mulheres com demandas privadas para afastá-las dos espaços de transformação coletiva. Ao retirar das mães a possibilidade de ação política, a estrutura reforça sua exclusão simbólica.

Os estudos de Ferreira (2023) e Morales (2021) também evidenciam como mulheres criam estratégias individuais para lidar com essas limitações, mas destacam que tais estratégias não substituem políticas institucionais efetivas. Assim, os dados desta pesquisa reafirmam o que a literatura já vinha indicando: a permanência das mulheres nas áreas científicas não depende só de mérito ou esforço individual, mas de transformações estruturais que reconheçam a maternidade como dimensão social e coletiva, e não como obstáculo pessoal a ser administrado isoladamente.

As docentes aqui ouvidas não naturalizam essa desigualdade, entretanto muitas vezes a internalizam como se fosse produto de sua própria escolha ou temperamento. E é justamente por isso que suas vozes são fundamentais: porque quando narraram suas rotinas, expõem uma lógica perversa de um sistema que exige da mulher tudo e oferece pouco em troca.

5.3.3 Espelhamento e resistência

Esta categoria evidencia que as narrativas revelam processos de reelaboração subjetiva e a criação de estratégias para enfrentar os desafios da carreira e das condições estruturais. As docentes mobilizam vínculos afetivos, compromissos ético-políticos e reconstruções identitárias para resistir à sobrecarga, ao isolamento e às desigualdades. Nesse movimento, destacam a importância da presença de outras mulheres em cargos de liderança, na sala de aula ou na orientação, como fonte de inspiração, fortalecimento da autoestima acadêmica e estímulo ao pertencimento profissional.

A dimensão do espelhamento encontra respaldo nos estudos de Dahmouche *et al.* (2024), que destacam a relevância de modelos femininos nas Ciências Exatas

como estratégia concreta de ampliação da representatividade e incentivo à permanência de meninas e mulheres nessas áreas. De modo semelhante, Morales (2021) evidencia que as relações afetivas e as referências acadêmicas exercem papel central na escolha e consolidação da carreira científica, demonstrando que o pertencimento não é individual, mas construído relacionalmente. Assim, os dados desta pesquisa reforçam que a presença de mulheres em posições de visibilidade opera como dispositivo simbólico de transformação.

O esforço de reconfiguração também aparece na relação entre formação, docência e áreas de atuação, como revela Mary ao afirmar: “Fiquei na minha área na pós-graduação, onde posso orientar, já que na graduação dou disciplina fora da minha formação” (Mary, *Entrevista*, 4 jun. 2025). A fala explicita como as desigualdades institucionais obrigam as docentes a reorganizar sua identidade profissional para sustentar a legitimidade acadêmica. Outras narrativas apontam para processos de afeto e descoberta da profissão docente, como descreve Dorothy: “No começo foi muito difícil, mas depois fui me apaixonando pela docência” (Dorothy, *Entrevista*, 16 maio 2025). Nesse movimento, a construção do pertencimento não se dá de forma linear, mas atravessada por tensões e reapropriações de sentido.

Silva (2020), ao analisar os eixos Família, Oportunidades, Negação e Condescendência, demonstra que mulheres em áreas masculinizadas frequentemente elaboram estratégias de adaptação e resignificação para sustentar sua permanência. As trajetórias aqui analisadas dialogam com essa perspectiva ao evidenciar que resistir não significa confrontar diretamente as estruturas, mas reinventar práticas e reconstruir identidades dentro dos limites institucionais existentes.

A dimensão do acolhimento, especialmente em espaços de formação coletiva, também surge como estratégia de resistência e pertencimento. Alice ressalta: “Me senti acolhida no laboratório do curso” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025), revelando a potência dos vínculos horizontais na consolidação da trajetória acadêmica. A representatividade feminina, por sua vez, emerge como um fator estruturante para a constituição identitária das docentes. Hedy sintetiza essa experiência ao dizer: “Passei a me ver como professora por causa da representatividade de outras mulheres” (Hedy, *Entrevista*, 7 maio 2025). Nesse reconhecimento, opera-se o que Beauvoir (1980a, 1980b) descreve como a possibilidade de transcendência: o olhar da outra que rompe a lógica da alteridade e devolve à mulher a condição de sujeito.

As narrativas também projetam o sentido da docência como legado, não no acúmulo quantitativo de resultados, mas na transformação que se imprime na vida dos estudantes. Alice expressa: “O legado não precisa ser grande, mas precisa transformar vidas” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025). Essa perspectiva desloca a lógica produtivista, inscrevendo na prática docente uma ética de cuidado e transformação social.

Nesse processo, a experiência em sala de aula explicita tanto reconhecimento quanto resistência. Como afirma Alice: “Das meninas, vejo olhos brilhando. [...] É bonito, me emociona. [...] Já por parte dos meninos, consigo sentir alguns aspectos de preconceito” (Alice, *Entrevista*, 11 jun. 2025). A fala revela a tensão entre o impacto positivo da presença feminina como modelo para alunas e a persistência de atitudes discriminatórias entre estudantes homens, reafirmando as barreiras simbólicas que ainda atravessam a docência universitária.

Ao se verem como espelhos e referências, essas docentes rompem com a lógica do isolamento e produzem redes de solidariedade que funcionam como antídotos à exclusão e ao descrédito institucional, conforme Grace faz em sua atuação docente. Ao lado dessas presenças inspiradoras, os relatos também evidenciam múltiplas formas de resistência subjetiva, muitas vezes silenciosas, mas não menos potentes. As diferenças nas abordagens das docentes revelam que não há um único modo de resistir ao machismo estrutural e institucional. Há enfrentamentos diretos, silêncios, redes de apoio, escolhas éticas e ações formativas. Todas essas práticas são expressões legítimas da busca por autonomia e afirmação em espaços que, historicamente, foram interditados às mulheres.

Essa pluralidade de estratégias também se aproxima das análises de Ferreira (2023) e Gianvecchio (2022), que evidenciam como mulheres constroem táticas cotidianas de enfrentamento, desde a criação de redes de apoio até a ocupação estratégica de espaços institucionais, como forma de tensionar o patriarcado acadêmico. Do mesmo modo, Gomes (2015) já indicava que a docência no setor público pode se constituir como espaço relativamente mais favorável à permanência feminina, funcionando como território de resistência frente a ambientes ainda mais excludentes.

Beauvoir (1980a, 1980b) compreende essa pluralidade como parte da luta pela transcendência feminina: tornar-se sujeito não significa adotar um modelo único de ação, mas produzir sentidos próprios, apesar dos imperativos do sistema patriarcal.

As docentes aqui ouvidas reinventam continuamente suas formas de existência e atuação como educadoras, pesquisadoras, mães, líderes ou parceiras.

Em síntese, as categorias *Exclusão simbólica*, *Maternidade e culpa* e *Espelhamento e resistência* revelam que as trajetórias dessas docentes são atravessadas por mecanismos estruturais que operam tanto no plano simbólico quanto no cotidiano institucional.

A *Exclusão simbólica* evidencia como a Ciência, historicamente construída sob paradigmas androcêntricos, produz silenciamentos, descréditos e a constante necessidade de comprovação de competência, exigindo das mulheres uma performance permanente de legitimidade. Essa dinâmica dialoga diretamente com a análise de Beauvoir acerca da mulher como “Outro”, cuja identidade é construída em relação ao masculino tomado como norma, e com a crítica de bell hooks às estruturas de dominação que naturalizam hierarquias de gênero e mantêm sistemas de poder aparentemente neutros.

A categoria *Maternidade e culpa*, por sua vez, explicita o modo como o patriarcado mantém o controle sobre o corpo, o tempo e as escolhas das mulheres, deslocando para elas a responsabilidade moral pelo cuidado e produzindo tensionamentos constantes entre vida acadêmica e vida privada, o que impacta suas possibilidades de permanência e ascensão na carreira.

Já *Espelhamento e resistência* aponta para os movimentos de ruptura e reinvenção que emergem dessas experiências. As docentes narram violências e limitações, e constroem estratégias de enfrentamento, tecem redes de apoio e tornam-se referências simbólicas para outras mulheres que ingressam em áreas majoritariamente masculinas. Nesse processo, produzem fissuras na lógica excludente do campo científico e tensionam os padrões historicamente estabelecidos.

Assim, as narrativas confirmam os aportes teóricos mobilizados e evidenciam que as estruturas analisadas por Beauvoir e bell hooks permanecem operantes no espaço universitário contemporâneo, em consonância com os estudos identificados na revisão de literatura, que já apontavam a persistência de desigualdades de gênero, sobrecargas maternas e estratégias de resistência nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas. Ao mesmo tempo, os dados desta pesquisa aprofundam essas análises ao revelar, por meio das narrativas docentes, as dimensões subjetivas e institucionais dessas experiências, ainda que continuamente desafiadas por práticas de

solidariedade, espelhamento e resistência que anunciam possibilidades concretas de transformação institucional e cultural.

6 “CONSIDERAÇÕES FINAIS”

Encerrar esta análise não é concluir, mas tensionar ainda mais as estruturas que seguem operando silenciosamente sob a fachada da igualdade. As discussões aqui apresentadas representam o ponto de chegada de uma pesquisa que se propôs a escutar, sistematizar e analisar, de forma sensível, as trajetórias de mulheres docentes no interior da universidade pública. A soma entre as análises narrativa e de conteúdo permitiu revelar os sentidos atribuídos pelas participantes às suas experiências. Por esse motivo, opta-se por utilizar aspas no título desta seção, indicando que as “Considerações finais” não são esboços inacabados, mas uma conclusão que não deseja ser encerramento, mas deseja provocar novas reflexões, inquietações e desdobramentos.

As trajetórias narradas revelaram que suas vivências não são exceções: são testemunhos de uma estrutura que ainda opera para manter as mulheres em posição de marginalidade, mesmo quando adentram os espaços que historicamente lhes foram negados. Trata-se de um padrão de exclusão que se atualiza em reuniões, em exigências produtivistas descoladas da realidade das mulheres que assumem as responsabilidades da maternidade e do cuidado em comissões majoritariamente masculinas, em decisões que negligenciam trajetórias atravessadas pelas múltiplas jornadas. Não se trata de obstáculos materiais, mas simbólicos: silenciamentos, desconfianças, ausência de reconhecimento e um esforço contínuo para provar legitimidade, exigência que, como mostram os relatos, não recai sobre os homens.

Ao longo desta pesquisa, tornou-se evidente que as trajetórias das mulheres docentes da UFES se inscrevem em um campo de disputas marcado por assimetrias de gênero, que atravessam desde a inserção profissional até a ocupação de espaços de poder. Esse cenário revelou-se de forma evidente em 2020, quando, pela primeira vez na história da instituição, uma mulher, a professora Ethel Leonor Noia Maciel, foi a mais votada pela comunidade acadêmica e pelo Conselho Universitário para assumir a reitoria. No entanto, a decisão presidencial de nomear o segundo colocado da lista tríplice inviabilizou que a UFES tivesse sua primeira reitora. O gesto foi mais do que administrativo, foi simbólico: expôs a permanência de um projeto histórico de silenciamento, em que estruturas patriarcais insistem em lembrar às mulheres que o poder, mesmo quando conquistado, pode ser-lhes arrancado. Esse episódio, amplamente noticiado e contestado por entidades acadêmicas e movimentos sociais,

evidencia como a lógica patriarcal continua a operar, negando às mulheres o reconhecimento pleno de sua legitimidade, mesmo quando conquistam, por meio democrático, o direito de ocupar posições de liderança. A desigualdade de gênero não se restringe ao âmbito privado, mas se perpetua em instituições formais públicas.

Trata-se de uma ferida aberta na memória da universidade, que revela o quanto ainda caminhamos em solo desigual. Não se trata de um fato isolado, mas de um espelho do que tantas docentes relataram: o esforço constante para afirmar-se em locais que parecem sempre lhes escapar. O não reconhecimento, nesse caso, foi mais uma forma de dizer que a presença feminina segue sendo tolerada, mas não plenamente aceita quando ameaça a ordem estabelecida. A não nomeação de Ethel Leonor Noia Maciel, portanto, ultrapassa a dimensão individual, trata-se de um sintoma de como as estruturas políticas e sociais ainda resistem em aceitar mulheres em postos de comando. Esse episódio recente da UFES permanece em sua história: um lembrete de que o poder, quando disputado por mulheres, ainda encontra muros erguidos para contê-las, e que a luta, portanto, precisa ser contínua.

A análise de conteúdo evidenciou que o ingresso na docência é atravessado por condicionantes sociais, econômicos e culturais, revelando a interseccionalidade entre classe, raça e gênero nas trajetórias das participantes. O acesso à carreira e a permanência no ensino superior foram marcados por percursos não lineares, reencontros vocacionais e reconfigurações de sentido, muitas vezes vivenciados em contextos de vulnerabilidade. Esses resultados respondem aos objetivos da pesquisa ao permitir compreender as práticas, discursos, valores e preconceitos que atravessaram suas trajetórias como cientistas, identificar os fatores que influenciaram a escolha pela docência no ensino superior, reconhecer elementos que atuaram como facilitadores e as barreiras enfrentadas ao longo do percurso profissional e analisar os mecanismos mobilizados para garantir inserção, permanência e desenvolvimento na carreira acadêmica.

Os dados demonstram que tais escolhas não são fruto de decisões isoladas ou estritamente individuais, mas se constroem em meio a limites e possibilidades socialmente condicionados, mais exatamente, são escolhas permeadas por renúncias, deslocamentos e reinvenções. As narrativas revelam marcas de uma violência estrutural que se manifesta de forma cotidiana e, por vezes, naturalizada nas instituições acadêmicas. As participantes relatam a vivência de violências recorrentes, que exigem constante resiliência e vigilância de si. Dando visibilidade a essas

experiências, a pesquisa evidencia que os obstáculos enfrentados pelas mulheres na Ciência não são episódicos, e sim estruturais e reiterados, compondo o cenário no qual suas trajetórias se desenvolvem.

Apesar disso, as trajetórias também anunciam estratégias de permanência. Há, em cada fala, uma força que insiste. As docentes aqui ouvidas sobreviveram às engrenagens da desigualdade e criaram formas de estar e resistir, transformaram a dor em denúncia, a invisibilidade em linguagem, a solidão em rede. Algumas se fizeram múltiplas, conciliando filhos, aulas, pesquisas e reuniões. Outras, exaustas, permaneceram silenciosas, sustentando sua existência em espaços que lhes foram negados. Essas experiências mostram que a resistência se dá tanto no plano institucional quanto no individual e cotidiano. Para muitas, as práticas docentes tornaram-se também práticas de cuidado, afeto e reinvenção de si, modos de construir sentido frente às adversidades.

A maternidade, por fim, revelou-se um eixo estruturante da desigualdade docente. Longe de ser apenas um episódio em suas trajetórias, ela se impõe como ruptura e reorganização profunda de prioridades, identidade e existência. Os relatos apontam para a ausência de políticas institucionais que realmente funcionam, o desprezo pelo tempo do cuidado e a culpabilização das mães pela queda de desempenho. Esses testemunhos reforçam o argumento de que a universidade ainda é desenhada para corpos masculinos, relegando às mulheres a responsabilidade de conciliar o inconciliável.

As vozes das docentes aqui reunidas narram vivências e escancaram as engrenagens sutis que sustentam a exclusão, o descrédito e a sobrecarga feminina na universidade. A opressão persiste nos gestos cotidianos, nas interdições simbólicas, na exigência incessante de justificação. Entretanto há, nas entrelinhas de cada narrativa, uma recusa profunda, não apenas à posição de “Outro”, mas ao destino imposto. Ao falarem, essas mulheres desafiam séculos de silêncio, ao resistirem, inscrevem-se como autoras de sua própria trajetória e ao se espelharem mutuamente, constroem um outro tempo: um presente que anuncia a possibilidade de um futuro em que ser mulher, ser docente e ser sujeito não mais se excluam, mas se fortaleçam.

Este trabalho se afirma, assim, como denúncia e como semente. Denúncia de um sistema acadêmico que, apesar de suas políticas de gênero e declarações de diversidade, ainda se estrutura sobre pilares masculinos e valores androcêntricos e

mente de uma possibilidade: a de que as histórias de mulheres nas Ciências Exatas, da Natureza e Agrárias deixem de ser exceção e passem a ser memória coletiva, referência e legado.

Ao mesmo tempo, este percurso investigativo também reverberou na própria trajetória formativa de sua autora. O mestrado constituiu-se como espaço de deslocamento e amadurecimento crítico, no qual inquietações antes dispersas encontraram densidade teórica e direção política. O encontro com a produção feminista e, sobretudo, com as narrativas das docentes participantes, não apenas fundamentou a análise, mas provocou transformação: consolidou um posicionamento feminista em permanente construção, compreendido como processo ético de conscientização e responsabilidade diante das desigualdades reveladas. Escutar essas mulheres, reconhecer nas entrelinhas de suas histórias ecos de vivências pessoais e sistematizar tais experiências como conhecimento científico ampliou horizontes e aprofundou compreensões, produzindo crescimento intelectual e humano. Assim como as narrativas aqui reunidas permanecem como memória e ensinamento coletivo, também permanecem como marca na formação de quem as escutou, indicando que pesquisar, neste contexto, foi igualmente um exercício de transformação.

Que estas “Considerações finais”, portanto, sirvam de passagem, não de encerramento: entre o que foi dito e o que ainda precisa ser escutado, entre o que se vive e o que se espera mudar. Evidenciando as engrenagens que excluem, silenciam e sobrecarregam os gestos de permanência, resistência, cuidado e reinvenção, este trabalho assume um compromisso com a escuta, com a memória coletiva e com a transformação das instituições. O que se fez aqui foi reconhecer que essas histórias importam, e que a Ciência, para ser justa, precisa se deixar afetar por elas. Narrar é preservar experiências de modo que ultrapassem o vivido individual e circulem como ensinamento coletivo. Essas vozes cumprem exatamente esse papel: ao partilhar dores, resistências e conquistas, transformam vivências singulares em memória social, herança crítica e horizonte de mudança. São narradoras no sentido mais pleno, pois suas histórias não se esgotam em si mesmas, permanecem como legado capaz de orientar, inspirar e fortalecer outras mulheres na universidade.

Permaneça, portanto, o chamado à continuidade: que outras vozes se levantem, que outras trajetórias sejam registradas, que não mais se repita o silêncio que marcou o passado. Pois narrando suas dores e resistências, essas mulheres

revelaram desigualdades e semearam possibilidades. É na coragem de quem insiste em existir que a esperança de uma universidade verdadeiramente igualitária pode florescer.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Clare. Feminisation: threat or opportunity? **The Veterinary Record**, [s. l.], v. 178, n. 16, p. 391-393, abr. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27084608/>. DOI: <https://doi.org/10.1136/vr.i2140>. Acesso em: 1 set. 2025.
- ALMEIDA, Edileuza de Sarges. Relações de gênero e seus efeitos discursivos na constituição de subjetividades nos cursos de Engenharia do Campus Universitário de Tucuruí – CAMTUC/UFPA. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/8480>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1423>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000200002>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. v. 1.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. v. 2.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Macedo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961. Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 jan. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3868.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **4.6 BRASIL: CNPq – Distribuição percentual do número total de bolsas-ano concedidas no país e no exterior, por grande área segundo o sexto do bolsista, 2001-2024**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/bolsa-formacao/bolsa-formacao/4-6-brasil-cnpq-total-de-bolsas-ano-concedidas-no-externo-por-grande-area-e-modalidade>. Acesso em: 9 out. 2024.

CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? É, sim senhora!... **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 19, n. 71-72, p. 9-28, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1130>. Acesso em: 25 set. 2024.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DAHMOUCHE, Mônica Santos; LACERDA, Monica de Mesquita; PINTO, Simone Pinheiro; LOPES, Thelma. Museu, universidade e escola: tríade para promoção de meninas em STEM. **Em Questão**, v. 30, local. 132879, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/132879>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.132879>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FERREIRA, Adrielle Cristina de Paiva Marques. **A vivência de mulheres em cursos superiores majoritariamente cursados por homens na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2023. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15780>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. Um ensaio sobre história oral: considerações teórico-metodológicas e possibilidades de pesquisa em educação matemática. **Quadrante – Revista de Investigação em Educação Matemática**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 27-50, 2007. Disponível em: <https://quadrante.apm.pt/article/view/22818>. DOI: <https://doi.org/10.48489/quadrante.22818>. Acesso em: 8 out. 2024

GIANVECCHIO, Larissa Angelini de Andrade. **A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Corumbá**. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5085>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GOMES, Marcia Cristina. **Ciência e tecnologia: desequilíbrios de gênero da docência da educação superior**. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3652>. Acesso em: 18 jan. 2024.

HISTÓRIA [da criação do Centro Agropecuário da UFES em Alegre]. **Universidade Federal do Espírito Santo**. Galeria Início/Sobre o Campus. Vitória, c2013. Disponível em: <https://alegre.ufes.br/historia>. Acesso em: 13 set. 2024.

hooks, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Temos, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alegre**. Galeria Cidades e Estados/ES. Rio de Janeiro, 2024 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/alegre.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORALES, Andréa Cantarelli. **Mulheres nas Ciências Exatas**: condições que possibilitam suas escolhas profissionais. 2021. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/9632>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORELLO, Samantha L.; ROGUS-PULIA, Nicole; BRANCHAW, Janet; BRAUER, Markus; SCHWAKOPF, Jordan; CARNES, Molly. The influence of messaging on perceptions of careers in veterinary medicine: do gender stereotypes matter? **Journal of Veterinary Medical Education**, Toronto, v. 49, n. 3, p. 382-392, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8651859/>. Acesso em: 1 set. 2025.

OLIVEIRA, Leticia de; ROQUE, Tatiana. **Mulheres na Ciência**: o que mudou e o que precisamos mudar. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2024.

PRADO, Renata Muniz; FLEITH, Denise Souza. Mulheres talentosas no Brasil: trajetórias e desafios profissionais na sociedade contemporânea. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, local. e46906, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/46906>. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46906>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ROSENTHAL, Renata. **Ser mulher em Ciências da Natureza e Matemática**. 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-10072018-141247/pt-br.php>. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.81.2018.tde-10072018-141247>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a *Gender and politics of history*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/187>. Acesso em: 16 out. 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro, da versão em francês, revisada por Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na Ciência**: vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5028>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, Lucimeiry Batista da. **Carreiras de professoras das Ciências Exatas e Engenharia**: estudo em uma IFES do Nordeste brasileiro. 2017. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9763>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Vanessa de Jesus da. **Entre números e saias**: a trajetória de mulheres professoras de Ciências Exatas da Universidade Federal do Maranhão. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3251>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na Ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, Lucimeiry Batista da; RABAY, Glória de Lourdes Freire. Uma professora no Departamento de Física. **Com a Palavra o Professor**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 12, p. 373-388, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/cpp/article/view/17788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS-SUAREZ, Fernanda Chiozzini. **Assimetria de gênero na academia**: a carreira profissional e a vida doméstica de docentes e pesquisadores das Ciências Exatas. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9876>. Acesso em: 18 jan. 2024.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, London, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8551.00375>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. **Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores, c2013a. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/estatuto-da-ufes>. Acesso em: 13 set. 2024.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. **Relação dos servidores da Universidade (XLS)**. Galeria Quadros e Informações. Vitória: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, c2013b. Disponível em: <https://progep.ufes.br/quadros-e-informacoes>. Acesso em: 10 set. 2024.

A UNESCO desafia os interessados de todo o mundo a pôr fim à disparidade de gênero na Ciência. **UNESCO**. Galeria Articles. [S. l.], 7 mar. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-desafia-os-interessados-de-todo-o-mundo-por-fim-disparidade-de-genero-na-ciencia#note>. Acesso em: 9 out. 2024.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, local. e49377, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469849377>. Acesso em: 4 out. 2024.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; 2009.

APÊNDICE A – CIENTISTAS CITADAS NESTE TRABALHO

Ada Byron King – Condessa de Lovelace (1815-1852)¹⁴

Matemática britânica, é considerada a primeira programadora da história. Colaborou com Charles Babbage no projeto da máquina analítica e escreveu algoritmos pioneiros para seu funcionamento. Sua visão antecipou a ideia de máquinas capazes de processar não apenas números, mas também símbolos e música.

Alice Augusta Ball (1892-1916)¹⁵

Química norte-americana, foi a primeira mulher e a primeira pessoa negra a obter um diploma na Universidade do Havaí. Desenvolveu o “Método Ball”, tratamento eficaz contra a hanseníase, que permaneceu em uso por décadas. Seu trabalho foi inicialmente apropriado por outros, mas posteriormente reconhecido. Foi também a primeira mulher e a primeira negra a se graduar na Universidade do Havaí e a obter um mestrado.

Djamila Ribeiro (1980-)¹⁶

Filósofa, escritora e ativista brasileira, reconhecida por sua atuação no campo do feminismo negro e dos direitos humanos. Djamila tem sido uma voz central no debate sobre desigualdade racial e de gênero no Brasil. Com formação em Filosofia e mestrado em Filosofia Política, também se destaca como organizadora da Coleção Feminismos Plurais, da Editora Jandaíra (antiga Pólen), e como palestrante internacional.

Dorothy Crowfoot Hodgkin (1910-1994)¹⁷

Química britânica, laureada com o Prêmio Nobel de Química em 1964 por seus avanços na técnica de cristalografia por raios X. Contribuiu significativamente para a elucidação das estruturas da penicilina, vitamina B12 e insulina. Foi defensora da Ciência como instrumento de paz e desenvolvimento social.

¹⁴ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ada-Lovelace>. Acesso em: 25 abr. 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Alice-Ball>. Acesso em: 25 abr. 2024.

¹⁶ Djamila Ribeiro. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019. (Coleção Femininos Plurais).

¹⁷ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Dorothy-Hodgkin>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Emmy Noether (1882-1935)¹⁸

Matemática alemã reconhecida por suas contribuições fundamentais à álgebra abstrata e à física teórica. Seu teorema, que relaciona simetrias e leis de conservação, é considerado um dos pilares da física moderna. Noether enfrentou forte resistência institucional por ser mulher, mas deixou um legado duradouro na matemática.

Grace Hopper (1906-1992)¹⁹

Pioneira na Ciência da Computação, foi uma das primeiras programadoras do Harvard Mark I e desenvolveu o primeiro compilador para uma linguagem de programação. Hopper também esteve envolvida no desenvolvimento da linguagem COBOL. É lembrada por sua visão inovadora e por promover a acessibilidade da programação.

Hedy Lamarr (1914-2000)²⁰

Além de atriz de cinema, Lamarr foi inventora autodidata. Durante a Segunda Guerra Mundial, codesenvolveu uma tecnologia de comunicação por espectro expandido, precursora do Wi-Fi, GPS e Bluetooth. Seu trabalho só foi reconhecido décadas depois, evidenciando a invisibilidade histórica das contribuições femininas na Ciência.

Mary Anning (1799-1847)²¹

Paleontóloga britânica autodidata, conhecida por suas descobertas fósseis na costa da Inglaterra. Seus achados foram fundamentais para o desenvolvimento da paleontologia moderna, embora seu trabalho tenha sido frequentemente atribuído a cientistas homens de sua época.

Rita de Cássia dos Anjos (1983-)²²

Astrofísica brasileira com destacada atuação na área da Educação, especialmente no campo da formação docente e dos estudos de gênero. Sua produção acadêmica valoriza as narrativas de mulheres e propõe uma educação emancipatória, crítica e inclusiva. É referência no debate sobre as epistemologias do Sul e práticas pedagógicas feministas.

¹⁸ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Emmy-Noether>. Acesso em: 25 abr. 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Grace-Hopper>. Acesso em: 25 abr. 2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Hedy-Lamarr>. Acesso em: 25 abr. 2024.

²¹ Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Mary-Anning>. Acesso em: 25 abr. 2024.

²² Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/5775617413825711>. Acesso em: 25 abr. 2024.

2ª Fase – Narração Central: Nessa etapa a informante não será interrompida, a pesquisadora se limitará a fazer encorajamentos não verbais. Será solicitado que a informante comece a narração da sua história de vida, da sua trajetória pessoal e profissional, como a informante decidiu ser docente em áreas predominantemente masculinas. Interação com a informante:

9. Conte sobre a sua história pessoal e profissional, abordando sobre:
Quais os principais fatores influenciaram na escolha por seguir a carreira de docente no ensino superior em áreas ditas masculinas;
Quais os elementos que facilitaram e as barreiras enfrentadas ao longo da trajetória.

3ª Fase – Fase de Perguntas: Nessa fase as perguntas exmanentes irão se traduzir em perguntas imanentes. A pesquisadora não dará opiniões e nem discutirá atitudes e contradições, não fará perguntas do tipo “por quê?”, apenas do tipo “O que aconteceu antes/depois/então”.

10. O que te fez optar por um curso de uma área historicamente masculina?
11. Diante do paradigma histórico de que “mulheres que seguem carreiras masculinas perdem sua feminilidade”, o que você pensa sobre isso?
12. Você acha que as mulheres têm necessidade permanente de provar sua competência profissional? Isso ocorre com os homens?
13. Como é estar em um departamento cuja composição majoritária é de homens?
14. Já ocupou cargos de: () Chefia () Coordenação () Direção de Centro () Conselhos Superiores

Prováveis perguntas imanentes:

15. Em algum momento se arrependeu da escolha de carreira?
16. Na sua família, qual foi a reação sobre esta escolha? Alguém incentivou ou não aprovou a escolha?
17. Você encontrou dificuldades/obstáculos para permanecer na carreira?
18. Na sua formação, você tinha muitas ou poucas colegas mulheres?
19. Você se lembra de colegas mulheres que se formaram na mesma época? Tem notícias das suas carreiras, se foram para indústrias... para onde foram?

20. Como considera a relação entre homens e mulheres no seu departamento?
21. Já presenciou ou passou por alguma situação de discriminação por ser mulher? Se sim, descreva.
22. Caso seja casada, como a carreira impactou seu casamento e vida familiar?
23. Caso tenha filhos, já precisou abandonar algum projeto ou disciplina por eles?
24. Caso não tenha filhos, essa escolha se deu devido a sua carreira?
25. Caso tenha se divorciado, como o divórcio impactou sua carreira?

OBSERVAÇÃO: Até a fase de questionamentos (3ª fase), a pesquisadora fará as perguntas exmanentes (questões de 1 a 14) às informantes. Em seguida, de acordo com a narração da informante na questão 9 (da fase de narração central – 2ª fase), serão feitas as questões imanentes cabíveis (questões 15 a 25) ao final da fase de questionamentos.

4ª Fase – Fala Conclusiva: Nessa fase a pesquisadora irá finalizar a gravação, e continuar a conversação, caso julgar necessário poderá fazer perguntas do tipo “por quê?”. Assim que a entrevista finalizar, a pesquisadora fará anotações que julgar convenientes.

Obrigada pela sua participação!!!

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora/Senhorita _____ foi convidada a participar da pesquisa intitulada “**Assimetria de gênero na docência: trajetórias de professoras de Centros de Ensino da Universidade Federal do Espírito Santo em Alegre**”, do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC) da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a responsabilidade da pesquisadora Lorrane Vimercati Rodrigues, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Carvalho, professora do Departamento de Química e Física do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa é sustentada pela necessidade e relevância de estudos sobre a baixa representatividade de mulheres nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas. Visto que, apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos, ainda persistem paradigmas históricos e culturais profundamente enraizados em nossa sociedade, os quais continuam a restringir os espaços ocupados por mulheres e homens. Dessa forma, o estudo busca ampliar o debate sobre essa questão, oferecendo novas perspectivas e contribuições que possam enriquecer a compreensão do tema e fomentar uma discussão mais ampla sobre as barreiras de gênero nas Ciências.

OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa busca investigar a baixa representatividade de mulheres nas Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas. O objetivo geral é entender a trajetória pessoal e profissional das docentes que ministram aulas nos centros: Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) e Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAE) da Universidade Federal do Espírito Santo, nas áreas de Ciências da Natureza, Agrárias e Exatas, buscando questionar e entender práticas, discursos, valores e preconceitos vividos por essas mulheres em suas formações como cientistas.

PROCEDIMENTOS DE ESTUDO

A coleta de informações procederá por meio de Entrevista Narrativa. A pesquisadora utilizará de gravações de áudio sendo que a senhora/senhorita pode não autorizar este registro e pode, a qualquer momento, retirar a autorização dada. No desenvolvimento desse procedimento, serão asseguradas a confidencialidade e a privacidade, sendo garantida a não utilização das informações em prejuízo da sua pessoa. Na primeira fase de iniciação da entrevista, com a sua permissão, a pesquisadora iniciará a gravação, fará 8 perguntas sobre o seu perfil, e relatará o contexto e o tópico inicial da investigação. A segunda fase diz respeito à narração central que será feita por você, sobre suas experiências como docente. Na terceira fase, a pesquisadora direcionará a você outras perguntas que serão construídas a partir da sua narração central. Por fim, a quarta e última fase, corresponde ao momento de fala conclusiva pela pesquisadora. A gravação será finalizada e serão feitos os últimos questionamentos sobre o que a senhora/senhorita narrou nas fases anteriores. Cabe destacar que a entrevista será gravada em áudio a fim de transcrevê-la e o arquivo resultante será enviado para sua validação. Nesse momento de validação, é seu direito editar suas falas, caso julgue necessário melhor esclarecimento das suas respostas, podendo inclusive solicitar acesso ao arquivo de áudio da sua entrevista.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida em 2025 no município de Alegre/ES, no campus da UFES, onde a senhora/senhorita desenvolve o seu trabalho docente. A entrevista será realizada em local e hora marcados previamente, de acordo com a sua disponibilidade, tendo como duração máxima em torno de 90 minutos. Cabe ressaltar que serão seguidas as medidas sanitárias de prevenção de propagação do novo coronavírus e da covid-19, estabelecidas pelo Ministério da Saúde, como uso de máscara, álcool 70% em gel e distanciamento.

RISCOS E DESCONFORTOS

A senhora/senhorita poderá sentir cansaço e/ou desgaste durante a entrevista narrativa, assim como frustração ao recordar as suas trajetórias acadêmica e profissional ou ter outros sentimentos negativos associados a isso. Caso isto ocorra, poderá ser feito um intervalo para descanso ou remarcação da entrevista para outro

dia, conforme sua decisão e disponibilidade. Caso sinta algum constrangimento diante das perguntas ou não compreenda o que está sendo perguntado ou se sentir que alguma pergunta é ofensiva, fica resguardado o direito de não responder. Se nenhuma das medidas citadas anteriormente forem suficientes, a senhora/senhorita pode a qualquer momento deixar de participar da pesquisa, sem que haja penalidades ou prejuízo decorrentes da recusa, não sendo mais contactada pela pesquisadora. Além disso, há risco de identificação da senhora/senhorita e das demais participantes, dada a especificidade do contexto institucional e do número reduzido de docentes no campus. Para mitigar esse risco, serão adotadas medidas rigorosas de confidencialidade, incluindo o uso de nomes fictícios para as entrevistadas, garantindo que nenhuma informação pessoal fique identificável na dissertação. Adicionalmente, as análises não serão segmentadas por departamento, mas conduzidas de maneira ampla, assegurando que, mesmo nos trechos selecionados para a análise, não haja qualquer dado que permita a identificação da entrevistada. O sigilo pleno será mantido em todas as etapas da pesquisa, impedindo qualquer associação entre as respostas e os departamentos de lotação das participantes. Outras estratégias para reforçar a proteção da identidade incluem a supressão de detalhes específicos sobre cargos ocupados, eventos marcantes ou publicações que possam ser vinculadas diretamente a uma entrevistada. Considerando a pandemia da covid-19, para a realização das entrevistas serão seguidas as orientações sanitárias do Ministério da Saúde de prevenção de propagação da covid-19, como: uso de máscara, álcool em gel 70%, e distanciamento.

BENEFÍCIOS

Quanto aos benefícios da pesquisa, são indiretos, porém de extrema importância. A análise da trajetória profissional e acadêmica das entrevistadas irá contribuir para a compreensão dos fatores que influenciaram em suas escolhas profissionais, além de colaborar na expansão do conhecimento na área, gerando uma reflexão sobre a reprodução dos papéis históricos, culturais e socialmente impostos às mulheres. A proposta de investigar seus desafios, trajetórias e vivências é servir de inspiração para futuras gerações de meninas que também optam pelas Ciências consideradas masculinas. Logo, apesar dos benefícios serem indiretos, a entrevistada irá contribuir como cidadã que busca igualdade de gênero. A pesquisa também trará benefícios para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) ao promover a ampliação do

debate acadêmico sobre igualdade de gênero, contribuindo para a valorização da diversidade nas Ciências e fortalecendo o papel da instituição como promotora de conhecimento inclusivo e transformador.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Caso ocorra algum dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora responsável prestará total assistência à participante.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

A senhora/senhorita não é obrigada a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, a senhora/senhorita não mais será contactada pela pesquisadora.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a resguardar, com o mais rigoroso sigilo, a sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação. Os dados fornecidos durante as entrevistas serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa identificar a senhora/senhorita. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 2 anos.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO

Não haverá necessidade de despesas pelos participantes da pesquisa. A pesquisa não garante nenhum tipo de ressarcimento ou remuneração aos sujeitos respondentes, estando estes comprometidos a serem voluntários e contribuintes com o andamento da pesquisa.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

No caso de ocorrer algum dano, o participante poderá procurar a defensoria pública, para obtenção de possível indenização decorrente da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, a senhora/senhorita pode contatar a pesquisadora Lorrane Vimercati Rodrigues através do e-mail: lorrane.v.rodrigues@ufes.br ou o Comitê de Ética em Pesquisa do Campus de Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/Alegre/UFES) através do telefone (28) 3552-8771, e-mail: cep.alegre.ufes@gmail.com ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio Administrativo de Alegre, Alto Universitário, s/n, caixa postal 16, Bairro Guararema, CEP 29.500-000, Alegre/ES, Brasil. O CEP/Alegre/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h.

Declaro que fui verbalmente informada e esclarecida sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Alegre (ES), ____ de _____ de 20__.

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “**Assimetria de gênero na docência: trajetórias de professoras de Centros de Ensino da Universidade Federal do Espírito Santo em Alegre**”, eu, Lorrane Vimercati Rodrigues, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Lorrane Vimercati Rodrigues
Pesquisadora